



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
DIRECÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO AGRÁRIA**

**PLANO DIRECTOR DE EXTENSÃO AGRARIA
2007 – 2016**



MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Maio de 2007

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	III
PREFÁCIO	IV
PREFÁCIO	IV
LISTA DE ABREVIACÕES	V
1 ANTECEDENTES	1
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	1
1.2 ALGUNS DADOS BÁSICOS	2
2 CONTEXTO DE POLÍTICA	4
2.1 ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POBREZA	4
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL	4
2.2.1 <i>Estratégia de Descentralização</i>	4
2.2.2 <i>Estratégia de Desenvolvimento Rural</i>	5
2.3 SECTOR AGRÁRIO	5
2.3.1 <i>A agricultura e a pobreza</i>	5
2.3.2 <i>Estratégia do Sector Agrário</i>	6
2.3.3 <i>PROAGRI</i>	7
2.4 EXTENSÃO AGRÁRIA	8
2.4.1 <i>NEPAD</i>	8
2.4.2 <i>Estratégia Nacional da Extensão</i>	9
2.5 OUTRAS ESTRATÉGIAS IMPORTANTES	10
3 LIÇÕES APRENDIDAS	11
3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	11
3.2 ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO	12
3.2.1 <i>Sistema Nacional de Extensão Agrária</i>	12
3.2.2 <i>Sistema Unificado de Extensão</i>	14
3.3 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS	14
3.4 COBERTURA	15
3.5 ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES E COMUNITÁRIAS	16
3.6 FINANCIAMENTO DE EXTENSÃO AGRÁRIA	18
3.6.1 <i>Considerações Gerais</i>	18
3.6.2 <i>Sector Público</i>	19
3.6.3 <i>Sector Privado e das ONGs</i>	19
3.6.4 <i>Terciarização</i>	20
3.7 ABORDAGEM DA EXTENSÃO	21
3.7.1 <i>Treinamento e Visita</i>	21
3.7.2 <i>Abordagens alternativas da extensão</i>	22
3.8 LIGAÇÃO ENTRE A INVESTIGAÇÃO E A EXTENSÃO	22
3.9 MONITORIA E AVALIAÇÃO	23
4 ESTRATÉGIA DA EXTENSÃO 2007-2016	25
4.1 VISÃO DO MINAG	25
4.2 VISÃO DE EXTENSÃO AGRÁRIA PÚBLICA	25
4.3 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA EXTENSÃO AGRÁRIA	26
4.4 PRINCIPAIS COMPONENTES DO PLANO DIRECTOR DA EXTENSÃO	27
4.4.1 <i>Componentes e sub-componentes</i>	27
4.4.2 <i>Desenvolvimento da oferta</i>	28
4.4.3 <i>Desenvolvimento da procura</i>	31
4.4.4 <i>Provisão de Serviços Agrários</i>	33

5	DETERMINAÇÃO DO GRUPO ALVO	35
5.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	35
5.2	PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS TIDOS COMO ALVO	35
5.2.1	<i>Melhoramento do sistema de sustento dos pequenos produtores</i>	35
5.2.2	<i>Abordagem da cadeia de valores</i>	36
5.2.2	<i>Questões transversais</i>	37
5.3	GRUPO ALVO	38
5.3.1	<i>Categorias</i>	38
5.3.2	<i>Beneficiários Directos</i>	39
5.3.3	<i>Beneficiários Indirectos</i>	40
5.4	ÁREA ALVO E COBERTURA GEOGRÁFICA (2007 – 2016)	40
6	CONTEXTO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL	42
6.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	42
6.2	SISTEMA DE INOVAÇÃO AGRÁRIA	42
6.3	SISTEMA DE CONHECIMENTO AGRÁRIO E DE INFORMAÇÃO	43
6.4	INTERACÇÃO INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO AGRÁRIA	43
6.5	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EXTENSÃO	45
6.5.1	<i>Direcção Nacional da Extensão Agrária, DNEA</i>	45
6.5.2	<i>Serviços Provinciais de Extensão Rural</i>	46
6.5.3	<i>A equipa distrital da Extensão Rural:</i>	47
7	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRECTOR DA EXTENSÃO 2007 – 2016	49
7.1	INTRODUÇÃO	49
7.2	PROVISÃO MÚLTIPLA DE SERVIÇOS DE EXTENSÃO AGRÁRIA	49
7.2.1	<i>Terciarização</i>	49
7.2.2	<i>O papel do sector público</i>	50
7.2.3	<i>Organizações dos Produtores (OP)</i>	50
7.2.4	<i>O Papel das ONGs na Extensão Agrária</i>	51
7.2.5	<i>O Papel dos Provedores de Serviços do Sector Privado</i>	52
7.3	ABORDAGEM DA EXTENSÃO	52
7.3.1	<i>Considerações gerais</i>	52
7.3.2	<i>Extensão baseada na aprendizagem participativa</i>	52
7.3.3	<i>Comunicação na Extensão</i>	53
7.3.4	<i>Colaboração com as Escolas Rurais</i>	54
7.4	PLANIFICAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO	54
7.4.1	<i>Planificação</i>	54
7.4.2	<i>Sistemas de Informação para a Gestão, Monitoria e Avaliação</i>	55
7.5	DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE EXTENSÃO AGRÁRIA	59
7.5.1	<i>Termos de referencia do extensionista</i>	59
7.5.2	<i>Competências do extensionista</i>	60
7.5.3	<i>Carreira de Extensionista</i>	61
7.5.4	<i>Condições e meios de trabalho</i>	61
8	INVESTIMENTO PARA O PLANO DIRECTOR DA EXTENSÃO 2007-2016	63
8.1	INTRODUÇÃO	63
8.2	FINANCIAMENTO	63
8.2.1	<i>Programa Nacional de Extensão Agrária, PRONEA</i>	63
8.2.2	<i>Financiamento proveniente de fora do PROAGRI II</i>	64
8.3	JUSTIFICAÇÃO DO INVESTIMENTO	64
8.4	CENÁRIOS DE DESPESAS DE MÉDIO PRAZO	66
8.5	CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS	68
	REFERÊNCIAS	70

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 MOÇAMBIQUE: NÍVEIS DE PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS (T/HA)	3
TABELA 2 MOÇAMBIQUE: CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DOS TIPOS DE MACHAMBAS (TIA, 2003)	38
TABELA 3 NÚMERO DE AGREGADOS FAMILIARES ASSISTIDOS EM CADA CATEGORIA DE PEQUENOS PRODUTORES	39
TABELA 4 FASEAMENTO NA CAPACITAÇÃO DOS DISTRITOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA ABORDAGEM DE EXTENSÃO AGRÁRIA.....	41
TABELA 5 INDICADORES DO PARPA II PARA A EXTENSÃO AGRÁRIA PÚBLICA, INCLUINDO A TERCIARIZAÇÃO	56
TABELA 6 PROGRAMA DO INCREMENTO DA PRODUÇÃO (TON/NÚMEROS VENDIDOS)	66
TABELA 7 RESUMO DAS DESPESAS DO PROGRAMA NACIONAL DA EXTENSÃO PARA 2007-2014 POR COMPONENTES.....	67
TABELA 8 RESUMO DAS DESPESAS DO PROGRAMA NACIONAL DA EXTENSÃO POR CONTA DE DESPESA	68
TABELA 9 PROGRAMA NACIONAL DA EXTENSÃO AGRÁRIA: ORÇAMENTO (EM USD '000) TOTAIS INCLUINDO CONTINGÊNCIAS	68

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 COMITÉ DE GESTÃO DA EXTENSÃO CONSTITUÍDO POR REPRESENTANTES LOCAIS DE GRUPOS DE AGRICULTORES E POR OUTROS ACTORES (MINAG, 2004)	17
FIGURA 2: O PAPEL DOS EXTENSIONISTAS NA INTENSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÁRIA E NO PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO (MINAGB, 2006).....	36
FIGURA 3 A CADEIA DE VALOR E A COMERCIALIZAÇÃO AGRÁRIA (CDM, 2006)	37
FIGURA 4: PRINCIPAIS GRUPOS DE ACTORES NO SISTEMA DE INOVAÇÃO AGRÁRIA	42
FIGURE 5: SISTEMA DE CONHECIMENTO AGRÁRIO E DE INFORMAÇÃO (AKIS)	43
FIGURA 6: PROCESSO DE GERAÇÃO, VERIFICAÇÃO, DEMONSTRAÇÃO E DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS AOS INTERVENIENTES MÚLTIPLOS.....	44
FIGURA 7: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA A EXTENSÃO AGRÁRIA AO NÍVEL CENTRAL.....	45
FIGURA: 8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL AO NÍVEL PROVINCIAL	46
FIGURE 9: ESTRUTURA ORGÂNICA DISTRITAL (BDR, DECRETO LEI 6/2006)	47

PREFÁCIO

O Plano Director de Extensão Agrária é resultado de um processo de consultas e diálogo com os actores envolvidos na prestação de serviços de extensão agrária e, em particular, aqueles que se espera virem a beneficiar-se, directa ou indirectamente, dos serviços prestados.

Assim, agradeço a contribuição de todos, e gostaria de fazer uma menção especial a todos os provedores dos serviços de extensão que participaram na Reunião Nacional da Extensão Agrária, que decorreu em Outubro de 2006 na Namaacha, assim como os actores do sistema de extensão do sector privado, das organizações de produtores e das ONGs, que encontraram tempo para fazer contribuições escritas e orais.

Assim, espera-se que o presente plano de extensão agrária proporcione um quadro para a extensão no País que vá para além do programa nacional de extensão agrária do Ministério da Agricultura.

Uma versão final deste Plano Director de Extensão foi produzida após um processo de validação pela extensão tanto pública como privada e produtores que participaram nos seminários regionais que ocorreram em Abril de 2007 nas zonas Sul, Centro e Norte do País. O documento também foi validado pelo grupo de doadores do PROAGRI II.

Finalmente, após análise, o presente Plano Director de Extensão 2007-16, que deverá ser revisto passados 5 anos, foi aprovado pelo Conselho Consultivo do MINAG na sua sessão do dia 24 de Maio de 2007

Maputo, Maio de 2007

O Director Nacional da Extensão Agrária

LISTA DE ABREVIACÕES

AKIS	Sistema Agrário de Conhecimento e Informação
CAADP	Comprehensive Africa Agriculture Development Programme
CdM	Concelho de Ministros
CDR	Campos de Demonstração de Resultados
CTA	Federação de Associações Económicas de Moçambique
DFDTT	Departamento de Formação, Documentação e Transferência de Tecnologia
<i>DNDR</i>	<i>Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural</i>
DNEA	Direcção Nacional de Extensão Agrária
EMC	Escola na Machamba do Camponês
EMP	Empresas Medias e Pequenas
IAM	Instituto de Algodão de Moçambique
IFAD/FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INCAJU	Instituto de Fomento do Cajú
INE	Instituto Nacional de Estatística
M&A	Monitoria e Avaliação
MINAG	Ministerio de Agricultura
NEPAD	Nova Parceria para Desenvolvimento Africa
OCB	Organizações Comunitárias de Base
ONGs	Organizações Não Governamentais
OP	Organizações de Produtores
PARPA	Plano de Acção para a Redução de Pobreza Absoluta
PDEA	Plano Director de Extensão Agrária
PPFD	Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
PROAGRI	Programa Nacional de Agricultura do MINAG
PRONEA	Programa Nacional de Extensão Agrária
PVHS	Pessoas Vivendo com HIV/SIDA
QAD	Quadro de Avaliação de Desempenho
REPETE	Revisão Periódica de Tecnologia
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SIA	Sistema de Inovação Agrária
SIMA	Sistema de Informação de Mercados Agrícolas
SISNE	Sistema Nacional de Extensão Agrária
SMS	Técnicos Ramais
SPER	Serviços Provinciais de Extensão Rural
SUE	Sistema Unificado de Extensão
T&V	Treinamento e Visita
TIA	Trabalho de Inquérito Agrícola
UE	União Europeia

1 ANTECEDENTES

1.1 Considerações Gerais

Os objectivos a longo prazo do sector da agricultura em Moçambique são melhorar a segurança alimentar e reduzir a pobreza, através do apoio aos esforços dos pequenos produtores, às agências do sector privado e do Governo e não governamentais no sentido de aumentarem a produtividade agrícola, o agro-processamento e a comercialização, ao mesmo tempo que se mantém uma via sustentável para a exploração dos recursos naturais. O PROAGRI I, o primeiro Programa Nacional de Investimento no sector da agricultura (1998 – 2004) foi importante para se alcançarem estes objectivos a longo prazo.

Os Serviços de Extensão constituíam um dos oito componentes do PROAGRI I e o primeiro Plano Director da Extensão (PDE, 1999-2004) foi formulado em conformidade com os princípios básicos para a Extensão no PROAGRI I: maior ligação investigação e extensão, prestação de contas aos produtores relativamente aos serviços prestados, sistemas múltiplos de prestação dos serviços de extensão, inclusão social (em particular as mulheres, jovens e PVHS) e a qualidade do pessoal a diferentes níveis.

O PDE contemplava uma abordagem com duas vertentes: a adopção de Serviços Unificados de Extensão, SUE, compreendendo a produção de culturas, pecuária e a gestão dos recursos naturais, e o desenvolvimento de um Sistema Integrado do Serviço Nacional de Extensão Agrária, SISNE, com parcerias funcionais entre os serviços de extensão públicos e privados, incluindo o desenvolvimento de contratos públicos com provedores de serviços não-governamentais. Por outro lado, o plano apela igualmente para ligações crescentes com outras instituições como as de investigação, os serviços agrários e as instituições de comercialização, e fazia menção sobre a possibilidade de recuperação de custos por parte dos produtores servidos pelos serviços de extensão pública.

Depois de uma extensa consulta e com o suporte da formulação da Visão para o Sector da Agricultura, a segunda fase do PROAGRI foi planificada para começar em Janeiro de 2005, sendo o primeiro ano para resolver questões operacionais e de procedimento pendentes e o arranque efectivo em 2006. Em consonância com os objectivos do PROAGRI II, o PDE foi igualmente revisto e um novo PDE (2006-10) foi formulado com maior enfoque sobre: a implementação de diferentes abordagens de extensão em apoio ao processo de desconcentração; maior eficiência e aumento da cobertura da provisão de serviços múltiplos de extensão.

Entretanto, a componente dos Serviços de Extensão do PROAGRI II foi formulada, mas por um período de 8 anos. O Programa Nacional de Extensão, apoiado através do fundo comum do PROAGRI deverá arrancar nos princípios de 2007. Esta versão final do PDEA (2007-2016) está em conformidade com o já formulado Programa Nacional de Extensão Agrária, PRONEA, quer em termos de visão, objectivos estratégicos e calendário e, desse modo, complementa a documentação básica da componente dos Serviços de Extensão ao abrigo do PROAGRI II, que foi desenvolvido com o apoio do IFAD (ASP, 2005).

O Plano Director da Extensão Agrária providencia a estratégia do Ministério da Agricultura para a Extensão Agrária para o período 2007-2016. A Estratégia da Extensão Agrária baseia-se na Estratégia para o PROAGRI II 2006-2010, no esboço

do Plano Director da Extensão e no Programa Nacional de Extensão Agrária 2007-2014, PRONEA, que se baseia nos documentos do Programa de Apoio Agrário (ASP, 2005).

Todos os documentos aludidos passaram por um extenso programa de consultas com os actores a nível distrital, provincial e central, assim como com o sector público e privado. Os produtores e as suas organizações foram particularmente consultados quanto as suas exigências de serviços baseados no conhecimento para os próximos anos. Os documentos base para o actual Plano Director da Extensão foram ainda baseados nas lições positivas e negativas que foram aprendidas durante a implementação do Plano Director da Extensão do período 1999-2005 e, com efeito, as lições aprendidas durante a implementação do PROAGRI I, como a necessidade amplamente reconhecida de uma mudança de paradigma relativamente a Extensão Agrária no País devido aos recentes desenvolvimentos como a descentralização, a planificação, monitoria e avaliação participativas e a introdução generalizada de abordagens de vários actores nos sistemas de inovação agrária e no desenvolvimento da cadeia de valor.

A presente versão do Plano Director da Extensão para 2007-2016 passou por um processo de validação a nível regional com participação de actores provinciais e distritais antes de se estabelecer finalmente como a Estratégia da Extensão Agrária e esboço de implementação para a próxima década.

Com base nas lições aprendidas com o PROAGRI I e em vista os processos em curso de descentralização, globalização do comércio e o progresso registado em relação ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o Plano Director da Extensão vai ser actualizado depois de cinco anos, portanto perto dos finais de 2011.

1.2 Alguns dados básicos

Moçambique é um País vasto com uma área de cerca de 799 380 km² e uma linha de costa de aproximadamente 2 400 km ao longo do Oceano Índico. Moçambique partilha cerca de 4 330 km de fronteiras terrestres com a Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Zimbabué, Suazilândia e África do Sul. O País encontra-se dividido em 10 províncias e 128 distritos. A área total arável é estimada em cerca de 36 milhões de hectares, dos quais apenas cerca de 9 milhões de hectares se encontram presentemente em cultivo (PROAGRI II, 2004, p. 27). Estima-se que cerca de 3,3 milhões de hectares de terra podem ser irrigados, mas presentemente apenas 50 000 hectares de terra (0,13%) têm irrigação.

A população de Moçambique, de 19 milhões, está a crescer a uma taxa de cerca de 2,6% por ano, e é predominantemente rural (70% segundo o censo mais recente). A agricultura é dominada por 3,2 milhões de pequenos produtores (sector familiar) com a dimensão média de 1,1 ha de campos de cultivo (PROAGRI, 2004, ASP, 2005). A agricultura joga um papel importante na geração de emprego rural e contribui para a segurança alimentar familiar e nacional, e reduz a pobreza essencialmente rural, sendo central para a economia onde representa 20% do PIB e 80% das exportações, ao mesmo tempo que 80% da força de trabalho encontra-se no sector agrícola, sendo 90% das mulheres e 70% dos homens, e a pobreza é mais acentuada nas zonas rurais (55%) comparativamente com as zonas urbanas (52%). A pobreza rural é atribuída principalmente ao limitado desenvolvimento agrícola, ao desenvolvimento

limitado dos mercados e aos baixos níveis de produtividade. O potencial agrícola não é devidamente convertido na geração de receitas e na criação de emprego de modo tangível. Moçambique teve um Rendimento Nacional Bruto (RNB) por capita de USD 260 por ano em 2004, de acordo com a revisão conjunta do PARPA, que é uma das dez mais baixas do mundo. O PIB do sector da agricultura está a crescer a uma taxa anual de 5-7%, mas a uma taxa inferior a da economia em geral, a medida que a proporção da agricultura no PIB está a baixar gradualmente de 37% (1997) para 24% (2000) e para 20% em 2002, ao mesmo tempo que a contribuição da indústria aumentou rapidamente durante o mesmo período (de 22% para 31%) (FMI, 2003). O desenvolvimento agrícola, porém, é fundamental para a redução da pobreza, pois as famílias rurais geram cerca de 80% da sua renda a partir do sector agrícola, enquanto os restantes 20% têm uma ligação forte com a economia local (TIA 2002, CAP, 2000). Os índices de produção da maioria das culturas em Moçambique são baixos (Tabela 1). O uso de insumos modernos e da mecanização é praticamente inexistente (menos de 2% usam fertilizantes ou pesticidas, 5% usam a tracção animal e menos de 10% usam alguma forma de equipamento agrícola) (PROAGRI I, 2004; p21, ASP, 2005).

Tabela 1 Moçambique: Níveis de Produção das Principais Culturas (t/ha)

Culturas	Produção em t/ha
Milho	0,9
Mandioca	5,5
Sorgo	0,6
Legumes	0,45
Amendoim	0,5
Arroz	1,1
Coco	4,2

Fonte: SG2000 Second Phase Project Document (2003), ASP, 2005

O denominador comum do sector familiar (de pequena escala) é a baixa produtividade, capacidade limitada dos agregados familiares gerarem poupanças e a insegurança alimentar. Estas características dominam a agricultura de pequena escala, que se encontra geograficamente dispersa e é heterogénea cultural, técnica e economicamente. Assim, perante esta situação geral, o desafio é saber como mobilizar a capacidade produtiva latente de 3,2 milhões de produtores do sector familiar e os produtores de média e grande escala e transformar a agricultura em Moçambique de um sistema de produção essencialmente de subsistência para um sistema de produção mais orientado para o mercado ao mesmo tempo que se melhora a segurança alimentar nacional e familiar.

2 CONTEXTO DE POLÍTICA

2.1 Estratégia de Redução da Pobreza

O objectivo principal das estratégias de redução da pobreza em Moçambique (PARPA I e II) é a redução da incidência da pobreza absoluta de 70% em 1999 para menos de 60% em 2005 e para menos de 50% até 2010. As áreas prioritárias para a promoção do desenvolvimento humano e para a criação de um ambiente favorável para o crescimento rápido, inclusivo e de base alargada são: (i) educação; (ii) saúde; (iii) agricultura e desenvolvimento rural; (iv) infra-estruturas básicas; (v) governação; e (vi) políticas macroeconómicas e financeiras. Em relação à agricultura, dois pilares principais estão contemplados: (i) a capacitação dos produtores para o aumento da produtividade nas suas actividades; e (ii) a transformação do papel das instituições públicas.

O PARPA reconhece a natureza multi-sectorial da agricultura e do desenvolvimento rural, ao preconizar que o sucesso depende de medidas situadas fora da alçada da agricultura, como as infra-estruturas de transporte, a expansão dos mercados, um sistema adequado de finanças rurais, assim como o ensino, formação, saúde e nutrição. O desenvolvimento da agricultura é uma prioridade na estratégia de redução da pobreza e no crescimento de base alargada. O objectivo principal do desenvolvimento rural é aumentar as oportunidades de geração de receitas, especialmente no sector familiar.

O sector agrário entre 1996/7 e 2002/3 contribuiu com 11 pontos percentuais de um total de 15 para a redução da pobreza. O sector agrário é, individualmente, o sector mais significativo para o crescimento geral, e a fonte mais importante de renda para cerca de 70% da população de Moçambique (Birgegård, 2006)

2.2 Desenvolvimento Local

2.2.1 Estratégia de Descentralização

A Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE - Lei 08/03) providencia a visão sobre o papel do distrito na estrutura hierárquica do Estado unitário. O Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) tem por objectivo colocar o distrito no centro do processo de desenvolvimento. O documento foi preparado pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento/Direcção Nacional de Plano durante Junho e Julho de 2005 (MPD, 2005).

A planificação e as finanças descentralizadas requerem a canalização da despesa pública para os níveis provincial e distrital. A Lei do Sistema da Administração das Finanças do Estado (SISTAFE - Lei 09/02) providencia o quadro para a gestão das finanças públicas. Assim, o desafio para o PPFD é estabelecer a ligação entre a Lei 08/03 e a Lei 09/02 para criar uma visão geral para a implementação da planificação e finanças descentralizadas nos Órgãos Locais do Estado. Este desafio é facilitado por regulamentos detalhados (respectivamente o Decreto 11/05 e o Decreto 23/04) que foram publicados depois da promulgação da legislação primária.

A Estratégia do PPFD assenta em quatro princípios metodológicos para a planificação e finanças descentralizadas, que são: (i) Planificação Estratégica nos

Órgãos Locais do Estado para formularem e implementarem estratégias de desenvolvimento territorial; (ii) Planos e orçamentos anuais com base nessas estratégias que juntam as finanças do Estado e as acções de outros; (iii) Participação, consultas e diálogo com a comunidade relativamente às estratégias, planos e orçamento; e (iv) Uma abordagem multi-sectorial e um relacionamento entre o distrito e a província, onde esta última torna-se mentora e facilitadora do distrito.

A Estratégia do PPFDD vai ser implementada de acordo com estes três princípios, que são: (i) Implementação gradual da Estratégia do PPFDD a um ritmo natural, em função da capacidade de desenvolvimento, evitando estruturas paralelas; (ii) Harmonização ou um conjunto comum de manuais e guiões baseados na reforma legislativa, e (iii) Liderança por parte do Comité de Supervisão, que é presidido pelo MPD e integra todos os ministérios chave i.e. MPD, MAE, MF e MOPH.

2.2.2 Estratégia de Desenvolvimento Rural

A Estratégia de Desenvolvimento Rural, EDR, do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, MPD, pretende ser uma inspiração e uma ferramenta de mobilização para todos os actores envolvidos no desenvolvimento rural. A Visão do Desenvolvimento Rural para 2025 é que “O desenvolvimento humano nas zonas rurais de Moçambique será em 2025 cerca de três vezes superior que no período 2000-2005, entrando desta forma para a categoria de desenvolvimento humano médio, com base na transformação para um padrão de desenvolvimento económico nacional mais favorável ao meio rural, e através de uma economia rural que seja mais competitiva, sustentável, equilibrada em termos ambientais, e socialmente estável e atractiva (MPD, 2006)” Foram formulados cinco objectivos principais para os próximos 20 anos (i) Maior competitividade, produtividade e acumulação da riqueza rural; (ii) Gestão produtiva e sustentável dos recursos naturais; (iii) Crescimento do capital humano, inovação e tecnologia; (iv) Diversificação do capital social, eficiência e eficácia institucional; e, (v) Boa governação e planificação do mercado. O Desenvolvimento Rural ao nível do distrito faz parte dos termos de referência do Serviço Distrital para as Actividades Económicas, SDAE (BdR, Decreto 6/2006), A Extensão Agrária faz parte do referido serviço. A Extensão Agrária tem um papel específico relativamente aos objectivos 3 e 4: A inovação na agricultura e o desenvolvimento do capital social respectivamente, mas também de forma crescente na consecução de outros objectivos, como a economia rural (objectivo 1: comercialização e cadeia de valor), gestão sustentável dos recursos naturais (objectivo 2), e fortalecimento da planificação distrital (objectivo 5).

2.3 Sector Agrário

2.3.1 A agricultura e a pobreza

O PARPA I estabelece metas claras para o sector da agricultura no seu quadro para o período de cinco anos, que terminou em 2005, que constitui também o fim do PROAGRI I. O crescimento da agricultura deveria ter passado de 7,3% em 2001 para 8% em 2005. A meta para a extensão pública foi fixada em 164 000 produtores directamente assistidos, enquanto 460 000 produtores do sector familiar teriam adoptado técnicas melhoradas e 2 500 hectares seriam acrescentados às áreas que se beneficiam da irrigação de pequena escala. A produção de cereais deveria crescer

de 1,471 milhões de toneladas em 1999/2000 para 1,725 milhões de toneladas em 2003/2004. Embora metas não tivessem sido formuladas, uma redução no número de distritos sofrendo de insegurança alimentar deveria ocorrer; em 2000, 38 dos 144 distritos rurais e urbanos eram considerados com sofrendo de insegurança alimentar.

A revisão conjunta dos doadores do PARPA de 2005 observou que crescimento anual da agricultura em 2004 tinha sido de 9,0%, acima da meta, com um crescimento substancial de 6% nas culturas alimentares básicas, 10,7% nos cereais básicas, 16% em relação ao milho e o normal 4% no caso da mandioca.

A segunda estratégia de redução da pobreza para o período 2005-2009 (PARPA II) identifica novas metas para as quatro actividades principais da Extensão Agrária pública no Ministério da Agricultura i.e. (i) distribuir e disseminar tecnologias agrárias (número de tecnologias distribuídas, % de agregados que recebem material de plantio, número de produtores apoiados através da terciarização (outsourcing), e o número de horas na rádio em que passam mensagens sobre a extensão), (ii) distribuir material de plantio vegetativo (número de enxertos distribuídos), (iii) apoiar e fortalecer as organizações dos produtores (número de associações apoiadas) e (iv) melhorar a provisão de serviços veterinários (número de vacinações contra a doença de Newcastle).

A monitoria do progresso é feita através do Quadro de Avaliação do Desempenho, que tem dois indicadores principais para a Extensão Agrária do MINAG, nomeadamente, o número de agregados dedicados a agricultura que tenham recebido assistência da extensão (incluindo através da terciarização), e o número de agregados cujas galinhas tenham sido vacinadas contra a doença de Newcastle. Estes são indicadores gerais que mostram a percentagem de agregados que adoptou uma tecnologia nova nos últimos doze meses, passando de 15% em 2005 para 20% em 2009 (Matriz Revista do PARPA II, 2006).

2.3.2 *Estratégia do Sector Agrário*

O MINAG formulou a visão para o sector da agricultura como se segue: “Um sector agrário integrado, sustentável, competitivo, diversificado, base do bem-estar e acumulação económica, articulado em cadeias que acrescentam valor, em que os benefícios são amplamente partilhados. A formulação da visão tomou em consideração os constrangimentos do desenvolvimento da agricultura, que se podem resumir em quatro pilares: (i) Mercados; (ii) Serviços financeiros, (iii) Tecnologia, e (iv) Acesso aos recursos naturais. Estes pilares ilustram que os constrangimentos da agricultura são multi-sectorial e situam-se para além da definição sectorial estrita de agricultura.

O Ministério da Agricultura está em processo de desenvolver o seu plano estratégico. Um primeiro passo foi o estabelecimento das prioridades da intervenção do sector público no sector da agricultura (MINAG, 2006), assim como o desenvolvimento de estratégia para os subsectores como a investigação e a extensão. As prioridades principais estabelecidas para a extensão concentram-se principalmente no fortalecimento do Sistema Nacional De Extensão Agrária (SISNE), incluindo o fortalecimento dos provedores dos serviços de extensão agrária do sector privado e das ONGs, bem como o estabelecimento de promotores e facilitadores locais da extensão. O Sistema Unificado da Extensão (SUE) de extensionistas apoiados pelos técnicos ramais necessita de ser fortalecido, em particular em relação a extensão

ligada a criação de animais e no tocante a consolidação das organizações de produtores, para se ter um melhor acesso aos mercados e aos serviços agrários e de extensão agrária, tais como pacotes de tecnologia desenvolvidos pela investigação, a produção vegetal e animal, período pós colheita, conservação dos recursos naturais, comercialização e serviços relacionados com a mitigação da pandemia do HIV/SIDA (MINAG, 2006).

2.3.3 PROAGRI

O documento de estratégia do PROAGRI II (2006-2010) desenvolve ainda mais a estratégia para o sector da agricultura em Moçambique, que envolve não só uma grande variedade de actores do sector comercial, agricultores de pequena escala, sociedade civil e o sector público, mas também vários ministérios do sector público. Os objectivos principais do PROAGRI II são: (a) consolidar a capacitação institucional conseguida com o PROAGRI I e concluir a reforma do Ministério da Agricultura e a transformação das suas modalidades de funcionamento (b) melhorar a capacidade a nível provincial e distrital em termos de planificação agrária e implementação de programas em conexão com as intervenções que apoiam a descentralização para o nível distrital; (c) encorajar e promover a evolução de grupos de agricultores e de associações e as suas parcerias com as agências apropriadas do sector público, privado e das ONGs, como provedoras de serviços e/ou com empresas parceiras; e (d) traduzir essas melhorias o mais eficazmente possível em benefícios directos, tangíveis e significativos em termos de benefícios e impacto, sendo a maior prioridade dada a aceleração da implementação de intervenções directamente produtivas ao nível dos pequenos e médios agricultores e dos agregados.

Três categorias de actividades foram consideradas no PROAGRI II; (i) as funções nucleares mínimas do MINAG, que são essencialmente orientadas pela oferta; (ii) actividades internas orientadas pela procura, que incluem tudo desde a investigação, actividades de extensão para fortalecer as associações de agricultores; e (iii) actividades externas orientadas pela procura, que são essenciais para o desenvolvimento da agricultura, mas que se situam para além do mandato do MINAG, como os mercados, as finanças rurais, infra-estruturas rurais e um ambiente favorável. A implementação da última categoria de actividades vai em particular ser coordenada pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento e pelas Direcções Provinciais do Plano e Finanças. A Extensão Agrária constitui uma das funções nucleares do Ministério da Agricultura e é crucial para a provisão de outros serviços agrários a nível central, provincial e, principalmente, ao nível distrital.

A visão sobre a desconcentração, participação comunitária e coordenação entre sectores, também realçada na Política Agrária e Estratégia de Implementação, PAEI, não foi suficientemente operacionalizada durante o PROAGRI I, 1999-2004, o que resultou na centralização, progresso lento no apoio público para a capacitação das comunidades e dos agricultores, assim como a fraca coordenação com outros sectores ao nível do Governo local (MADER, 1995). A Estratégia do PROAGRI II procura corrigir estas falhas de concepção do PROAGRI I, com a sua ênfase sobre o papel das associações de agricultores, na planificação distrital participativa, assim como na provisão de serviços orientados pela procura por parte de intervenientes múltiplos, com a coordenação e gestão feita ao nível distrital.

2.4 Extensão Agrária

2.4.1 NEPAD

Muitos países africanos estão a fazer a reforma dos seus serviços de extensão para melhorar a sua relevância para os agricultores, e aumentar a sua eficiência, eficácia e impacto. Os serviços de extensão estão a passar duma abordagem orientada pela oferta com o Governo como único provedor de aconselhamentos, para um sistema muito mais flexível e pluralista orientado pela procura. As reformas mais importantes incluem a descentralização da administração dos serviços de extensão no terreno; melhoria das ligações entre os agricultores, educadores, investigadores, extensionistas e outros; e aumentando a independência e a flexibilidade dos serviços de extensão agrária através da criação de unidades pequenas e semi-autónomas dentro dos ministérios governamentais. A seguir apresentam-se os principais elementos do processo de reformas em curso nos sistemas de extensão agrária em África (NEPAD, 2002):

- *Descentralização da responsabilidade e do financiamento para os serviços de extensão no terreno* – A descentralização das responsabilidades e dos recursos da extensão para os governos locais, comunidades, ou organizações de produtores dá aos agricultores um papel maior na concepção, financiamento, governação, execução e avaliação dos programas de extensão. De igual modo, isso melhora a resposta e a prestação de contas dos agentes da extensão. A mudança de responsabilidades e da prestação de contas ajuda a assegurar que os agricultores recebam os serviços que desejam.
- *Contratação ou terciarização de alguns ou todos os serviços de extensão no terreno* – A contratação de serviços de extensão de organizações não-governamentais, e de grupos privados, universidades, fornecedores de insumos ou de organizações de agricultores pode melhorar a eficiência na actuação e na prestação de contas dos agentes da extensão, especialmente onde existe a escolha dos provedores. Os Governos devem determinar e fazer observar os padrões de qualificação e desempenho, estabelecer um sistema de registo dos provedores de serviços agrários como profissionais, e proporcionar a formação.
- *Partilha dos custos entre o Governo nacional e local e os agricultores* – Progressivamente transferir os custos dos serviços de extensão dos orçamentos nacionais significa partilha-los entre os governos centrais, os governos locais, as associações de agricultores, organizações não-governamentais, doadores, e agricultores, tornando o financiamento dos serviços de extensão mais sustentáveis e menos dependentes dos orçamentos nacionais.
- *Sistematicamente realizar a monitoria e avaliação dos programas e dos seus impactos* – Acompanhamento cuidadoso dos indicadores acordados para medir o progresso, concentrando a atenção nos resultados; devem-se envolver os agricultores pobres para assegurar que os programas vão ao encontro das suas necessidades.

A maioria das reformas mencionadas está a ser abordada na componente de extensão do plano estratégico do sector da agricultura do MINAG: PROAGRI II 2006-2010.

2.4.2 Estratégia Nacional da Extensão

A Estratégia do PROAGRI (I e II) estabelece a necessidade de um Sistema Nacional de Extensão Agrária para facilitar a transformação do sector da agricultura de pequena escala através da inovação agrária. A política de Extensão Agrária e a Estratégia do PROAGRI I previa o estabelecimento de um Sistema Nacional de Extensão, integrando todas as actividades de extensão do MINAG (Serviço Unificado da Extensão, SUE, compreendendo as culturas, pecuária e a gestão dos recursos naturais) bem como a promoção da colaboração de outros provedores de serviços agrários não governamentais e do sector privado num Sistema Nacional de Extensão, SISNE (DNER, 2004).

A Extensão Agrária do MINAG contempla as funções nucleares mínimas como a transmissão de tecnologias, a promoção das organizações de produtores, a estratégia de desenvolvimento, coordenação e vacinações obrigatórias. Outras funções estratégicas incluem a capacitação das organizações dos produtores (na planificação, provisão de serviços, e na cadeia de valores) e em aptidões empresariais e de gestão.

As principais medidas a serem tomadas estão alistadas como sendo: (i) disseminação de informações sobre as opções de tecnologia para os vários sistemas produtivos, e a formação dos produtores para a aplicação dessas tecnologias através da ampliação da rede de extensão rural; (ii) promoção de organizações de produtores para assumirem a responsabilidade pela gestão dos recursos disponíveis; (iii) estabelecimento de ligações entre os fornecedores de insumos agrícolas e os utentes (produtores e associações); (iv) estabelecimento de ligações claras com empresas do sector privado e ONGs envolvidas na provisão de serviços de extensão, fortalecimento das redes de extensão rural através da terciarização. Outras medidas incluem: (i) organizar a rede de extensão em linhas verticais com a principal coordenação operacional a nível provincial e a execução básica a nível distrital; (ii) realizar campanhas de informação/extensão para diagnósticos participativos; e (iii) desenvolver metodologias para a participação da comunidade na gestão dos recursos naturais.

A Extensão Agrária para os pequenos produtores em Moçambique enfrenta alguns desafios de vulto para chegar aos pobres, e estes incluem: (i) a grande diversidade socio-económica, ecológica e, portanto, diversidade dos sistemas de cultivo, conjugado com uma densidade populacional relativamente baixa; (ii) complexidade dos sistemas de cultivo e a inexistência de novas tecnologias rentáveis; (iii) baixa procura efectiva pela extensão devido, entre outros, ao nível de educação dos agricultores e ao nível de orientação para o mercado. Com base nestes desafios, o sistema de extensão está a ser desenvolvido tendo como premissa três princípios principais: (i) desconcentração dos serviços para o nível distrital; (ii) maior participação do grupo alvo na provisão dos serviços; e (iii) parceria com outros actores, também através da terciarização.

A política e a estratégia têm a sua fundamentação no princípio da participação activa dos produtores para garantir que a extensão responda efectivamente aos problemas e necessidades dos agricultores. O Plano Director da Extensão 2007-2016 inclui como sua estratégia principal, a promoção a extensão financiada pelo sector público que ficará aberta a arranjos múltiplos de financiamento e de actuação. Esse arranjo inclui o desenvolvimento de parcerias com ONGs e outros agentes privados da extensão através da terciarização, partilha de custos, com as estruturas locais da

extensão e a recuperação de custos dos agricultores, e dos grupos e associações de agricultores. Os serviços de extensão procuram elevar os índices de produtividade na agricultura, criação animal, florestas e fauna bravia, aumentando as rendas e garantindo a segurança alimentar para as famílias rurais, assim como travando a degradação dos recursos naturais.

2.5 Outras Estratégias Importantes

Outros documentos estratégicos importantes para a Extensão Agrária Pública são: A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT, 2006), a Estratégia de Comercialização Agrícola do Ministério da Indústria e Comércio (MIC, 2006) e a Determinação das Prioridades para a Investigação (IIAM, 2006). Todos estes documentos contribuem para a definição do papel da Extensão Agrária, que é mais ampla do que apenas ajudar os produtores com a transferência de tecnologia, mas apresenta a visão da extensão facilitando a inovação na agricultura, através do estímulo à aprendizagem interactiva entre todos os actores na cadeia de valor.

3 LIÇÕES APRENDIDAS

3.1 Considerações Gerais

A Extensão Agrária passou por várias etapas em Moçambique. Antes da independência, a Extensão Agrária concentrava-se completamente nos campos comerciais para a produção de culturas de rendimento para exportação, com o financiamento feito principalmente pelos correspondentes sectores dessas culturas. Depois da independência em 1975, foi dada prioridade às empresas estatais e às cooperativas. O fracasso da produção conduziu a uma mudança de paradigma para uma maior atenção em relação a produção dos pequenos agricultores e a produção em larga escala do sector privado e, em 1987, o sistema de Extensão Agrária do sector público foi criado (Decreto Ministerial 41/87, 1987). A evolução da Extensão Agrária pode ser dividida em três fases principais: (i) fase do estabelecimento (1987-1992): primeira experiência em alguns locais com base em T&V; (ii) fase de expansão (1993-1997): introdução de T&V modificado; utilização flexível da abordagem; vasto apoio dos doadores em relação à extensão do sector público e das ONGs; (iii) Fase do Plano Director (1999-2004): adopção de um sistema de provisão múltipla de serviços de extensão agrária.

As principais observações das revisões sobre a Extensão Agrária (MADER, 2002, Eicher, 2002, DANIDA, 2002, Finney, 2003, Walker et al. 2004) podem ser resumidas como se segue:

- (i) Embora a unificação da extensão do sector público tenha aumentado a compreensão em relação as questões transversais, continua insuficiente o número de extensionistas com conhecimento e com treinamento e, conseqüentemente, a extensão foi incapaz de sistematizar as recomendações para os produtores;
- (ii) Embora a abordagem do topo para a base do Treinamento e Visitas (T&V) em relação à extensão esteja a chegar ao fim, são poucos os trabalhadores da extensão que possuem necessário conhecimento tecnológico, dos mercados e da agro-indústria e possuem a capacidade técnica assim como a atitude certa como facilitadores dos grupos;
- (iii) Impacto limitado atribuído à extensão na redução da pobreza rural, também devido ao fraco sistema de monitoria;
- (iv) Faltam estudos sobre a relação custo-benefício em relação às tecnologias presentes e novas que sejam rentáveis para os pequenos produtores também devido a relação fraca com a investigação, quer institucionalmente quer tecnologicamente; e
- (v) Grande saída do pessoal, por causa da pandemia do HIV/SIDA, mas principalmente devidos aos fracos incentivos, pois a maioria dos extensionistas encontram-se sob o regime de contratos; igualmente não possuem regalias em função do seu nível de educação e, por conseguinte, os melhores qualificados partem para as ONGs, onde ganham o dobro, uma vez que já adquiriram experiência.

O consenso das revisões é que o modelo actual do T & V deveria ser abolido e que Moçambique deveria desenvolver o seu próprio modelo para a extensão com base em três princípios chave, sublinhados no PROAGRI II: (i) desconcentração, (ii)

participação, e (iii) parcerias e terciarização. Ao mesmo tempo o sistema de incentivos, com base no desempenho, para os trabalhadores da extensão pública deve ser melhorado, e deve-se dar mais atenção à rentabilidade da tecnologia disponibilizada. A estrutura da procura pela Extensão Agrária irá melhorar através das associações de agricultores e dos comités de gestão da extensão, ao mesmo tempo que a abordagem da extensão vai basear-se cada vez mais na aprendizagem, valores e conhecimentos endógenos, assim como na planificação participativa, e na monitoria e avaliação de um programa com o pleno envolvimento dos próprios agricultores. A necessidade de fortalecer a orientação das actividades de Extensão Agrária dá também prioridade especial a integração dos princípios do sector comercial assim como do próprio sector privado.

3.2 Organização da extensão

Os dois pilares principais para a organização da Extensão Agrária em Moçambique foram o Sistema Nacional de Extensão (SISNE), em que os diferentes provedores da extensão do sector público e privado têm um papel a desempenhar e o Sistema Unificado da Extensão (SUE) do Ministério de Agricultura em que todos os serviços agrários operam através de um único extensionista que contacta os agricultores numa determinada área de operação.

3.2.1 Sistema Nacional de Extensão Agrária

O Sistema Nacional de Extensão Agrária, SISNE, é um sistema em que todos os provedores da extensão interagem, como a Direcção Nacional de Extensão Agrária, DNEA do MINAG e apoiado pelos técnicos ramais das outras Direcções como Direcção Nacional de Serviços Agrários, DNSA, Direcção Nacional dos Serviços de Veterinária, DNSV, e a Direcção Nacional de Terra e Florestas, DNTF, mas também as ONGs, Extensão do Sector Privado, Organizações de Produtores e as próprias comunidades de agricultores.

Perante a ausência de um sistema de extensão pública em muitas partes do País e dada a história específica da extensão, os provedores dos serviços de extensão do sector privado e das ONGs preencheram esse fosso de certa forma, particularmente a partir de 1992. A prestação pluralista dos serviços de extensão foi formalmente reconhecida em 1998 quando foi aprovado o então Plano Director da Extensão. Previa-se que a prestação pluralista dos serviços de extensão iria resultar numa melhor relação custo-eficácia e elevar a resposta aos produtores comparativamente com a situação em que a extensão do sector público era a única existente. Os Planos Distritais de Desenvolvimento da Agricultura, porém, são muitas vezes de qualidade fraca ou não existem, e não contemplam aquele que muitas vezes é um papel complementar de diferentes provedores dos serviços de extensão, com base em vantagens comparativas e em princípios de relação custo-eficácia, complementaridade e da sustentabilidade.

Muitas ONGs nacionais e internacionais encontram-se a operar na Extensão Agrária. As principais contribuições para o Sistema Nacional de Extensão são: (i) maior cobertura geográfica e número de produtores alcançados; (ii) promoção das abordagens de aprendizagem participativa; (iii) formação de grupos de produtores e comunitários; (iv) promoção das melhores práticas (segurança alimentar,

organizações de produtores, apoio aos mercados e advocacia da agricultura); e (v) combate contra o HIV/SIDA. Algumas lições negativas das ONGs incluem a noção de que algumas colocam mais ênfase na participação da comunidade como o objectivo final, ao invés de constituir um meio para o desenvolvimento da agricultura. A maioria das ONGs promoveu o envolvimento de “animadores” e de membros da comunidade, mas muitas vezes estes carecem de capacidade. Outras ONGs providenciaram incentivos e ofertas com objectivos a curto prazo, impedindo o surgimento das forças normais do mercado para os sistemas de crédito e de distribuição de sementes. (Gemo et Al. 2004, pp. 38-39)

A maioria dos agricultores comerciais privados encontra-se envolvida na produção de algodão, tabaco e castanha, ao abrigo de contratos em que estes prestam assistência técnica e insumos aos pequenos produtores e estes restituem os empréstimos na altura das colheitas. Este tipo de mecanismo facilita aos pequenos produtores o acesso aos insumos, a um mercado seguro e o pagamento em numerário, e os agricultores concordam em vender os seus produtos de rendimentos às empresas privadas ao preço acordado. Nalgumas províncias, como no caso do Niassa, existe uma boa colaboração entre o serviço de extensão público e as empresas privadas no fomento da produção do tabaco. O sector privado presta serviços de Extensão Agrária, através de lojas de fornecimento de insumos e através de empresas de produção, processamento e de comercialização, e implementa também esquemas de fomento agrário. O sector, em grande medida, opera com base em contactos e apoio a agricultores individuais, mas financia os trabalhadores da extensão da comunidade para a promoção de culturas. As associações de produção de semente cada vez mais jogam um papel na Extensão Agrária privada. O sector público (com o apoio da UE) contratou os concessionários da produção do algodão para providenciarem os serviços de extensão relativamente a diversificação das culturas para permitir aos agricultores em Nampula, Cabo Delgado e Zambézia terem um sistema de rotação equilibrada das culturas. Similarmente, as indústrias do algodão, da castanha e do açúcar providenciam, por via de taxas, uma contribuição para os Institutos do Algodão, do Caju e do Açúcar, que podem contratar empresas privadas para a extensão das culturas e para a investigação. As empresas de fornecimento de insumos, a despeito do uso limitado de insumos, têm um grande interesse na provisão de informação agrícola sobre o uso desses insumos (fertilizantes, drogas e medicamentos veterinários, sementes e pesticidas). As lojas de insumos e as farmácias locais nos centros (peri-) urbanos cobrem uma grande parte dos consumidores de insumos com informação técnica, muitas vezes apoiada pelas empresas farmacêuticas (como a Novartis e a Medimoc). Os empresários privados envolvidos na produção comercial apoiam os pequenos produtores através do fomento agrário.

Um dos mecanismos mais comuns para a disseminação de informação é através da extensão de produtor-para-produtor. Os serviços de extensão pública em si visa atingir indirectamente quatro vezes mais agricultores do que através dos contactos directos. Um mecanismo importante a este respeito é através de grupos de agricultores ou comunitários. O próprio princípio de formação de grupos ao nível da comunidade visa a partilha da informação entre os agricultores. Esta informação pode entrar para a comunidade através de vários pontos de ligações de informação como os contactos do mercado e a rádio rural. A UNAC facilita através da sua união nacional ou das suas redes provinciais ou distritais a troca de conhecimento e de informação entre as associações de agricultores. Formadores voluntários a nível

provincial são envolvidos na formação de grupos de agricultores e na facilitação da troca de visitas entre as associações. Um mecanismo similar existe ao nível da Associação dos Agricultores Comerciais que integra a Federação das Associações Económicas de Moçambique (CTA, 2004). Existem várias experiências com promotores agrícolas (assistentes veterinários, fumigação de cajueiros, trabalhadores da extensão da cadeia de valor para o girassol etc.).

Embora as ONGs mantenham os doadores informados acerca dos seus problemas e do seu progresso, existe pouca troca de ideais programáticas e de informação financeira entre as ONGs e os gestores da extensão pública. Dado que Moçambique detém um Sistema Nacional de Extensão pluralista (SISNE), várias tentativas foram feitas para promover um esforço de colaboração no seio dos principais intervenientes. O grau de colaboração e de coordenação das actividades varia de província para província. O MINAG, através da DNEA e dos Serviços Provinciais da Extensão Rural, SPER, criou um bom ambiente para aumentar a troca de informação e de experiência. A maioria das ONGs e das organizações privadas com fins lucrativos nas províncias participa nas reuniões anuais de revisão da tecnologia (REPETE) e na preparação do orçamento organizada pelos Serviços Provinciais da Extensão Rural (SPERs). Ao nível central, o MINAG através da DNEA organizou uma série de reuniões com ONGs e com empresas privadas para coordenar as actividades do MINAG e dos parceiros. Todos os intervenientes são convidados a participar na reunião anual nacional de extensão agrária. Os contactos regulares são feitos com os fornecedores de insumos agrários e com os comerciantes locais. Porém, resta ainda muito por fazer para melhorar a interacção efectiva entre a extensão pública, privada e das ONGs em Moçambique.

3.2.2 Sistema Unificado de Extensão

O Primeiro Plano Director da Extensão (DNER, 1997) enfatizou a necessidade de se ter um Sistema Unificado de Extensão Agrária do Ministério da Agricultura, integrando técnicos ramais de Serviços Agrários, Serviços de Pecuária e de Terra e Floresta. A nível Distrital a integração dos técnicos da área de culturas e da pecuária num só sistema desenrolou-se sem problemas, mas isso mostrou-se mais complicado em relação aos que trabalhavam na área das florestas, porque estes têm também a função de fiscalização dos recursos naturais. O Serviço Distrital para as Actividades Económicas (SDAE) pode dar um novo ímpeto à integração das tarefas de Extensão num único sistema público ao nível distrital, dado que a produção agrícola, pecuária, as pescas e a fauna bravia, a indústria, comércio, turismo e desenvolvimento rural vão se juntar num só serviço distrital. (BdR, 2006).

3.3 Gestão dos Recursos Humanos

Os serviços de extensão dentro do MINAG tinham em 2006 um total de 579 extensionistas (incluindo 83 supervisores e 8% de mulheres extensionistas) (o total era de 629 em 1999). As qualificações variam de licenciados (4%), técnico médio (59%), técnico básico (32%) e outros (5%). Em 2005, apenas 23% do pessoal eram funcionários públicos e os restantes eram contratados, porém a percentagem dos funcionários públicos aumentou em 2006. O sistema actual encontra-se organizado em redes, presentemente dentro dos distritos, tendo cada uma delas várias equipas

compreendendo técnicos, os seus supervisores e especialistas das áreas. Os Técnicos Ramais recebem a formação em áreas técnicas e depois transmitem os conhecimentos aos extensionistas que por seu turno trabalham com até 15 grupos de contacto de agricultores com 15-20 membros.

O número de ONGs a operar na área da extensão agrária está a aumentar gradualmente, tendo passado de 42 em 1999 para 89 em 2006, empregando 775 técnicos da extensão. As ONGs podem ter outras funções múltiplas como a advocacia, como o apoio à comercialização e uso e aproveitamento da terra. Outras dão enfoque a serviços específicos como a provisão de serviços veterinários numa base de recuperação dos custos.

Oficialmente, existem 23 empresas privadas operando na extensão agrária, essencialmente em relação ao tabaco e algodão, mas existem outras empresas de desenvolvimento de produtos agrícolas dedicadas à extensão de culturas de rendimento, empregando um total de 216 técnicos. As organizações privadas da extensão empregam em geral mais pessoal do que as ONGs.

Não existem dados disponíveis sobre o número de promotores agrícolas, mas para o programa de vacinação contra a Doença de Newcastle centenas deles são envolvidos. A abordagem, Escola na Machamba do Camponês, EMC, envolveu em 2006 110 facilitadores em três províncias (DNEA, 2006).

Uma avaliação das necessidades feita recentemente para o programa de desenvolvimento dos recursos humanos da extensão pública concluiu que os extensionistas de campo necessitam de aumentar o seu nível pelo menos para o nível de técnico médio. Porém, para além disto, existe a necessidade urgente de formação adicional especial e não formal. Os extensionistas precisam de formação sobre novas abordagens de extensão participativa e de capacitação dos agricultores, mas também na análise dos problemas e no pensamento analítico. Para além disto, o nível de conhecimento técnico sobre o saber dos pequenos produtores agrícolas, de um modo geral, requer cursos especiais, principalmente sobre o desenvolvimento pecuário e sobre as questões agro-florestais (Gemo, 2006).

Extensionistas de campo trabalham em condições difíceis, entre dois “fogos”, a demanda das comunidades e as instruções das autoridades locais e provinciais, muitas vezes em habitações que não respondem as condições mínimas, com falta de meios de transporte além de bicicletas, sem instrumentos de trabalho e com pouca perspectiva para a melhoria de sua posição em termos de carreira, incentivos de desempenho e formação e estudos.

3.4 Cobertura

O Serviço Unificado da Extensão pública, SUE, apoiado pelos Serviços Nacionais e Provinciais de Técnicos Ramais tem vindo a operar através de grupos de contactos com os agricultores numa proporção limitada das aldeias de um distrito. Os distritos foram seleccionados com base nos seguintes critérios: (i) potencial para incrementar a produção agrícola com a tecnologia disponível; (ii) densidade da população rural; (iii) facilidade de acesso por estrada; (iv) presença de outros serviços de extensão, investigação e de apoio.

O Sistema Nacional de Extensão Agrária, SISNE, está a operar tanto nos distritos rurais assim como dá apoio técnico aos extensionistas recrutados localmente nas zonas verdes dos distritos municipais da capital do País e em três capitais provinciais.

Em 2006 a rede da extensão pública cobre uma parte de 86 dos 128 distritos rurais, as ONGs encontram-se presentes em 116 distritos rurais, enquanto 57 distritos têm a extensão proporcionada pelo sector privado. Muito poucos distritos, havendo o registo de 2, estão sem qualquer extensionista (DNEA, 2006, ASP, 2005).

O primeiro Plano Director da Extensão tinha como pressuposto que cada extensionista poderia assistir anualmente 200-250 agregados familiares directamente e cerca de 750-800 agregados indirectamente ou seja aproximadamente 1 000 agregados por cada extensionista por ano. Os 500 extensionistas do campo da extensão pública poderiam cobrir 500 000 agregados indirectamente, ou seja 125 000 agregados directamente. Se os mesmos princípios forem aplicados a todos os extensionistas da extensão agrária (publica, privada e ONG) então quase 2 000 000 de agregados seriam cobertos indirectamente e 450 000 agregados familiares teriam contactos directos com a extensão. Assim estatisticamente 26 distritos rurais em Moçambique têm cobertura suficiente, e outros 50 distritos têm uma cobertura de 50% (ASP, 2005). A cobertura oficial da extensão em 2006 em relação aos serviços de extensão do sector público, das ONGs e do sector privado era de 191 629; 322 700 e 259 346 respectivamente, estatisticamente somando 773 675 agregados familiares recebendo assistência, (DNEA, 2006).

No contexto do PARPA I e II e do PROAGRI I e II, a monitoria do desempenho da extensão baseia-se nos indicadores agregados dos elementos da extensão. O PARPA I tinha uma meta de 460 000 pequenos agricultores adoptando pelo menos uma nova tecnologia até 2005, o que representa 14,4% do número total de agregados rurais. A variável de base para a monitoria deste indicador foi o número de agregados que efectivamente está em contacto directo com a extensão, mas fixado a níveis mais altos, e.g. em 2004 a meta era de 20% no total, com uma meta especial combinada para a extensão pública e para os serviços veterinários de 5% ou seja 164 000 agregados, tendo subido para 222 000 em 2007.

A cobertura total efectiva dos agregados em 2003 relativamente aos contactos com a Extensão Agrária era de 13,3% ou seja 425 600 agregados (TIA, 203). A extensão pública, incluindo a campanha de vacinação contra a doença de Newcastle situava-se em perto de 4,7% ou 150 000 agregados em 2004, representando uma subida em relação aos 122 000 em 2003. A cobertura total varia bastante entre as províncias, sendo mais baixa na Zambézia (8,6%) e mais alta em Sofala (24%). Ao nível das comunidades, cerca de um terço dos grupos de focos nas aldeias afirmavam que tinham tido acesso à informação sobre a Extensão Agrária e sobre os preços dos produtos agrários.

3.5 Organizações de Produtores e Comunitárias

Moçambique tem, para além dos 33 municípios urbanos (com plena descentralização política), 128 Distritos Rurais e os respectivos 394 Postos Administrativos e 1 071 Localidades e um total de 10 025 Comunidades. Cada comunidade é constituída por um agrupamento de pequenas povoações e aldeias, atingindo um número estimado de 40 000 nas zonas rurais. Nesta estrutura e com base nos regulamentos da LOLE, as prioridades das comunidades para efeitos da planificação distrital são agregadas ao nível da localidade, mas baseiam-se na avaliação por parte das comunidades e dos seus Comitês de Desenvolvimento da Comunidade, CDC. Potencialmente, existem cerca de 10 000 CDCs ou CDLs, Comitês do Desenvolvimento Local,

atingindo uma média de 80 por Distrito. Na realidade existem muito menos, dependendo da fase de desenvolvimento, da província e das agências intervenientes.

Os **Comités de Gestão da Extensão Rural**, CGER, foram criados em quatro províncias de Moçambique (Gaza, Manica, Tete e Nampula) Os CGER ou Núcleos em Nampula, têm 12 à 26 membros, que são escolhidos pela comunidade. O objectivo dos CGER é ligar a provisão dos serviços de extensão agrária as comunidades, para promover as actividades de desenvolvimento rural e para assegurar a planificação, monitoria e avaliação participativa, assim como para a prestação de contas aos beneficiários. Os CGER foram criados pela DNEA, mas também por ONGs, como a “Save The Children” em Gaza. Num exemplo apresentado pela DNEA, a CGER integra representantes de vários grupos associativos ligados a produção, processamento, profissão, fornecimento de insumos e da extensão agrária (vide Figura 1). Os CGER podem assemelhar-se aos CDL, quando envolvidos em actividades da comunidade ou, Comitês de Gestão de Recursos Naturais, CGRN, quando o seu enfoque é sobre questões ligadas a conservação dos solos e pós-colheita. As necessidades principais identificadas em relação aos CGER são o seu registo e a formação, assim como as necessidades de informação sobre o HIV/SIDA. No equivalente ao nível distrital, os Comitês de Gestão da Extensão Distrital, com provedores diferentes dos serviços de extensão e outros, não se encontram operacionais, mas fazem parte dos Conselhos Consultivos Distritais. Até os finais de 2004, a DNEA e respectivos SPER haviam criado 44 CGER, com um total de 647 membros representativos dos grupos.

Figura 1 Comité de Gestão da Extensão constituído por representantes locais de grupos de agricultores e por outros actores (MINAG, 2004)



Diferentes tipos de **associações de agricultores** podem ser distinguidos em Moçambique, como o fez Bingen et al., 2000: (i) associações com contrato simples para a produção de culturas agrícolas, que se baseiam inicialmente no capital de investimento financeiro de uma empresa ou comerciantes; os serviços disponíveis aos pequenos produtores são orientados pela oferta (e.g., associações criadas pelos comerciantes do algodão para facilitar a canalização de insumos e a comercialização); (ii) associações para o sistema de prestação de serviços foram

criadas para ajudar na prestação de serviços ou na transferência de tecnologia; os serviços disponíveis aos pequenos produtores são essencialmente mediados por uma agência ou programa de fora da comunidade (e.g., “grupos de extensão” criados por ONGs para providenciar tecnologia e formação agrária); e, (iii) associações de comercialização e desenvolvimento surgiram do investimento contínuo no capital humano e social; os serviços disponíveis aos pequenos produtores são essencialmente orientados pela procura (e.g., grupos apoiados pela CLUSA que recebem formação intensiva na organização de grupos e em gestão). As associações formais e registadas são essencialmente operacionais ao nível da comunidade, mas, às vezes, também ao nível dos Postos e Distritos. Exemplos disto são as 64 Uniões Distritais das Associações de Agricultores que se encontram registadas pela UNAC. Grupos e grupos associativos encontram-se maioritariamente ao nível das aldeias e podem evoluir para associações ou uniões de associações oficialmente registadas. O SUE através das suas Unidades Nacional e Provinciais de Apoio as Organizações de Produtores promove a criação de grupos de produtores, enquanto que são principalmente as ONGs e a UNAC que se encontram envolvidos na facilitação do registo dos grupos como associações, que necessitam de planos de negócios e da elaboração de estatutos.

Muitos dos **grupos associativos** são de natureza social, por exemplo para a gestão da procura de força de trabalho, associações de crédito e de poupança e actividades de desenvolvimento comunitário; outros são de natureza económica, por exemplo, para o fornecimento de insumos e para a comercialização dos produtos agrícolas. Em 2004, a DNEA referia que trabalhava com 3 996 grupos de agricultores com 140 923 membros e 1 434 grupos associativos, com 44 724 membros, resultando em grupos (informais) com uma dimensão média de 35 membros e grupos associativos com 31 membros. O número de grupos baixou gradualmente desde 2001 (7 412 grupos), enquanto o número de associações mais do que duplicou no mesmo período (a partir de 575). Os grupos fizeram uma fusão, pois a dimensão dos grupos aumentou de 21 para 35 membros, enquanto outros transformaram-se em associações. A maioria das associações de produtores é fortalecida com a assistência de ONGs. Uma ONG, como a OLIPA trabalha com 333 grupos associativos só em Nampula, com 53 fóruns de associações efectivamente registadas.

As **Escolas na Machamba do Camponês**, EMC, constituem uma categoria especial de grupos de produtores, que é bastante relevante para a extensão agrária. Até 2006, 157 EMCs haviam sido criadas em três províncias e 12 distritos. As EMCs podem, através de uma abordagem participativa de aprendizagem, transformar-se em actores mais fortes na planificação participativa e na monitoria e avaliação e mesmo na facilitação de criação de novas EMCs da segunda ou terceira geração. A expansão dos actuais programas vai aumentar ainda mais o número destes grupos, de 1 000 para 2 000 dentro de poucos anos, assim como estimular a constituição de redes de EMCs ao nível Distrital e Provincial.

3.6 Financiamento de Extensão Agrária

3.6.1 Considerações Gerais

A Nova Parceria para O Desenvolvimento de África (NEPAD, 2002) apela para importantes novos financiamentos de investimento na investigação e

desenvolvimento agrário por parte das agências de desenvolvimento, do sector privado e dos governos africanos. O objectivo é duplicar o actual investimento anual na Investigação Agrária, Disseminação e Adopção, de apenas 0,69% do PIB da Agricultura para 1,4% do PIB da Agricultura em 2015. A NEPAD recomenda que o financiamento dos serviços de extensão provenha de dotações orçamentais do Governo, de empresas privadas, das taxas de utilização, enquanto que a investigação pode, em parte, ter financiamento internacional.

O PIB da agricultura de Moçambique em 2004 era de 1 080 milhões (20% do PIB), o que significa que o investimento total do governo na investigação e desenvolvimento agrária, e na extensão deve subir para USD 15 000 000 ao ano em 2015, com base no actual PIB da agricultura e nas recomendações da NEPAD

3.6.2 Sector Público

O serviço da extensão pública é financiado através do PROAGRI e do seu fundo comum resultante das contribuições do Governo e dos doadores e através de alguns projectos de PROAGRI mas fora do fundo comum. Grandes flutuações no tamanho do fundo provocaram problemas de continuidade financeira e de desembolso para a Extensão Agrária. Estes problemas sublinham a necessidade de uma maior participação financeira do Governo e de descentralização financeira. O orçamento da extensão pública durante o PROAGRI I situava-se em cerca de USD 15 000 000 para os cinco anos, estimado na base de Fundo Comum (actividades através de DNEA, DNTF, DNSA e DNSV) de dos projectos paralelos. Presume-se que os Distritos, Províncias e o nível Central tenham todos obtido uma proporção igual deste montante. Com base no número de distritos em que a extensão agrária se encontrava operacional durante o PROAGRI I, isto significa uma média estatística de USD 16 700. Em termos de despesa por ano em relação a cada agregado que recebeu assistência, isto significaria um investimento de USD 20 por agregado familiar ou 4500 -5000 USD por extensionista do campo.

3.6.3 Sector Privado e das ONGs

Sabe-se pouco sobre os custos e os benefícios da extensão agrária das ONGs. De igual modo, seria útil saber quanto os agricultores estariam predispostos a pagar pelos serviços de extensão. A maior parte das avaliações das ONGs são muitas vezes preparadas para os doadores e, frequentemente, estas não são partilhadas com os gestores da extensão pública.

A extensão privada é maioritariamente financiada pelos respectivos sectores, como o do algodão, caju e tabaco, e pelos fornecedores de insumos, como sementes, produtos químicos, e empresas de fornecimento de medicamentos; enquanto que a extensão das ONGs é essencialmente financiada por doadores bilaterais, directamente ou através de ONGs internacionais. Os próprios produtores encontram-se também directamente envolvidos na extensão, como os promotores da agricultura recrutados por empresas privadas na base da recuperação de custos, promotores da agricultura que trabalham com as ONGs e com os Serviços Distritais de Actividades Económicas na prestação de assistência veterinária, vacinação de galinhas e fumigação das culturas, mas também através dos facilitadores das associações e dos grupos das uniões de produtores. As contribuições dos produtores para o custo da extensão agrária têm-se limitado, na melhor das hipóteses, às contribuições em

espécie, mas o valor da extensão informal de produtor-para-produtor é enorme, embora seja difícil de estimar.

3.6.4 Terciarização

A terciarização está a ter lugar através do Ministério da Agricultura quer seja gerida ao nível nacional como ao nível provincial, enquanto cada vez mais alguns arranjos de terciarização de pequena escala estão a ser desenvolvidos ao nível local e.g. através contratos dos promotores da agricultura.

O MINAG iniciou uma actividade piloto de terciarização em dois distritos (Nicoadala, na Zambézia, e Murrupula, em Nampula) com os dois seguintes objectivos: (i) comparar a eficiência e eficácia de diferentes serviços de extensão; e (ii) gradualmente substituir a extensão pública caso os provedores contratados sejam mais eficientes e equitativos. As revisões anuais e de meio-termo indicam que: (i) a coordenação entre todos os parceiros é razoável; (ii) a monitoria e a supervisão por parte dos funcionários distritais e provinciais carecem de fortalecimento; (iii) é fraco o intercâmbio com outras experiências de terciarização; (iv) é prematuro tirar conclusões sobre a eficiência e eficácia, e para a análise do retorno em função dos custos. A DNEA considera a terciarização como sendo um método caro de provisão dos serviços, mas é clara a sua conveniência como forma de estender a cobertura ou de satisfazer necessidades específicas sem um compromisso financeiro a longo prazo. Pode também suceder que a sua eficácia justifique os custos, caso os contratos dos serviços sejam devidamente baseados no desempenho, com prazos e custos estipulados e com metas explícitas. A terciarização necessita de uma monitoria e avaliação forte, capacidade que presentemente não se encontra disponível na DNEA, nem ao nível central, provincial ou distrital. O orçamento total de três anos ascendia a USD 1,9 milhões para os serviços da extensão em dois distritos para 11 000 agregados ou seja cerca de USD 60 por agregado, três vezes mais caro que através da Extensão Agrária pública directa. A Direcção Nacional dos Serviços Agrários do MINAG iniciou um programa de terciarização nas províncias de Inhambane, Niassa, Nampula e Zambézia. As experiências de produção de enxertos de fruteiras e a replantação de coqueiros, assim como o repovoamento pecuário, serviços veterinários (postos de saúde, serviços de banhos carracicidas, fornecimento de insumos), campanhas de vacinação e a promoção da tracção animal são recentes e ainda não foram avaliadas. Em 2006, a PRONEA prestou assistência a 30 559 agregados, ou seja 16% do total de agregados familiares assistidos, através da terciarização, dos quais 10 494 através dos contratos de Murrupula e Nicoadala.

A União Europeia está a apoiar um vasto programa de terciarização no desenvolvimento da agricultura em geral e na extensão em relação ao caju e ao algodão, em particular, embora fora do PROAGRI. A apropriação destes contratos, (financiados pela UE), incluindo a monitoria e a avaliação foi transferida dos Institutos do Algodão e do Caju para as autoridades provinciais. Avaliações internas recentes sugerem que as metas a ser alcançadas nos termos dos contratos têm de ser mais realistas e orientadas em moldes empresariais, e a monitoria e as parcerias ao nível distrital devem ser melhoradas.

A capacidade de terciarização está também a desenvolver-se ao nível distrital, mas de uma forma mais modesta. As Direcções Distritais da Agricultura assinaram contratos com as associações e com promotores individuais da agricultura para

serviços como a multiplicação de semente e de material de plantio e para a gestão de tanques carracicidas, e contratos de fumigação do caju e do amendoim assim como em relação a vacinação de galinhas.

3.7 Abordagem da Extensão

3.7.1 *Treinamento e Visita*

A Abordagem do Treinamento e Visita, T&V, com relação à extensão foi introduzida em 1988 com o estabelecimento do Programa Nacional da Extensão, mas foi modificada em 1992. Em 1998, o conceito de Sistema Unificado da Extensão foi introduzido, que combinava extensionistas em diferentes subsectores da agricultura incluindo extensão, produção agrária, pecuária e gestão dos recursos naturais num único sistema. A abordagem modificada de T&V ainda aplicada tem os seguintes indicadores principais por atingir: (i) um funcionário da extensão trabalha com 10-16 grupos de 15-20 pequenos produtores, totalizando entre 200 e 250 de agregados familiares, directamente contactados, (ii) o funcionário da extensão visita e treina estes grupos duas vezes por mês, seguindo uma abordagem de transferência de tecnologia de certa forma linear. Com a passagem para um Sistema de Provisão Múltipla de Serviços de Extensão Agrária e com a desconcentração da prestação do serviço público ao nível distrital, uma abordagem alternativa, e mais holística e participativa em relação à extensão foi desenvolvida. O novo paradigma que está a ser desenvolvido enfatiza esta necessidade de abordagens da base para o topo, parcerias entre os sectores público-privado relativamente à extensão e a desconcentração em relação à provisão dos serviços, esta é uma combinação com ênfase colocada na provisão de serviços orientada pela procura; a prestação de contas aos beneficiários em relação os serviços prestados, os comités locais de gestão da extensão, as abordagens da extensão baseadas na aprendizagem interactiva, como as Escolas na Machamba do Camponês e as abordagens da extensão de produtor-para-produtor, reiteram o apelo para a remoção completa, embora gradual, da abordagem tradicional de T&V, mas mantendo alguns elementos de gestão de extensão agrária.

Um destes elementos é a gestão da variedade de categorias diferentes de demonstrações nos campos de cultivo com uma vasta gama de potenciais tecnologias. As categorias disponíveis para os testes nos campos de cultivo são sobre: (i) tecnologias apropriadas para a agricultura intensiva, (ii) irrigação de pequena escala, (iii) produção pecuária, (iv) tecnologia para o pós-colheita e para o agro-processamento, (v) gestão recursos naturais como as florestas, a conservação dos solos, a gestão da fertilidade dos solos, (vi) piscicultura, (vii) controlo integrado de pestes e doenças, (viii) multiplicação de fruteiras, e (ix) mitigação do HIV/SIDA. Em cada categoria existem opções diferentes, que podem também gerar interesses diferenciados, dependendo do agricultor, nível de pobreza e categorias de género.

As tecnologias agrárias acordadas por vários comités locais são disseminadas através de Campos de Demonstrações de Resultados, CDRs, de 1 000 m² cada, geridos pela extensão e pelos agricultores.

Alguns CDRs, maiores com 5 000 m² são estabelecidos pelos produtores e outros líderes locais envolvidos na disseminação, enquanto as Unidades de Demonstração (UDs) se concentram mais nas questões temáticas como os currais melhorados, gaiolas de retenção, secadores, campos de piscicultura, irrigação e controlo da

erosão. Os campos de multiplicação de sementes (CMSs) e 5 000 m² de campos de incentivos (CIs) são usados para incentivar os extensionistas, ao mesmo tempo que se avalia o desempenho dos funcionários, que muitas vezes são contratados.

3.7.2 *Abordagens alternativas da extensão*

As ONGs de um modo geral enfatizam a formação de grupos como forma de melhorar a prestação de serviços, mas igualmente para aumentar a procura pelos serviços de extensão assim como para estabelecer a ligação com os mercados. A área de operação fica mais direccionada em termos geográficos e em termos temáticos, com enfoque em temas específicos como a segurança alimentar, a gestão dos recursos naturais, a mitigação do HIV/SIDA, ou o desenvolvimento de uma cadeia específica de produtos agrícolas com um forte envolvimento do sector privado. A extensão das ONGs opera através de grupos e associações de produtores, também para a promoção da aprendizagem de produtor-para-produtor. A CARE Nampula trabalha com as comunidades que contratam a extensão, com vista a providenciar um certo pacote de serviços, com base em obrigações claras para a própria comunidade.

O serviço de extensão do MINAG experimentou amplamente as abordagens das Escolas na Machamba do Camponês. Os serviços distritais da extensão ganharam desta forma experiência sobre a formação de grupos de produtores, extensão de produtor-para-produtor, grupos de produtores fazendo a monitoria do desempenho dos trabalhadores da extensão, grupos de agricultores exigindo contas aos serviços de extensão em função do programa acordado. Os grupos de agricultores desenvolveram a capacidade de monitoria e avaliação participativa, exigindo contas aos extensionistas, a capacidade de auto-aprendizagem e a capacidade de gestão financeira, por causa do pequeno donativo atribuído ao grupo. Os custos do programa forçaram a abordagem a tornar-se inovador, como por exemplo envolvendo os produtores facilitadores na criação de outros grupos com o apoio de ONGs contratadas, mas também melhorando a partilha de custos com o grupo e desenvolvendo ligações com o mercado para o financiamento dos grupos graduados.

A extensão pública vai tomar em consideração todas as abordagens e desenvolver uma nova abordagem baseada nas experiências anteriores e harmonizada com os diferentes e principais actores numa extensão pluralista. Os pontos de atenção especiais para a harmonização e análise são: abordagens de criação de grupos e associações, abordagens de aprendizagens para os agricultores, relação custo-eficiência das Escolas na Machamba do Camponês e mecanismos de terciarização na base das experiências pilotas. A implementação do novo paradigma da extensão necessita de ser acompanhada por um programa de capacitação robusto para o pessoal da extensão.

3.8 **Ligação entre a Investigação e a Extensão**

Ao nível central a interacção formal entre Investigação e Extensão tem sido limitada a participação nas reuniões anuais e nos encontros no conselho consultivo de MINAG.

Existem alguns outros mecanismos formais diferentes para a coordenação entre a investigação e os diferentes provedores de serviços de extensão agrária, produtores e outros intervenientes locais relativamente à procura e disponibilidade da tecnologia.

Os encontros de Revisão Periódica da Tecnologia (REPETEs) reúnem-se pelo menos uma vez por ano ao nível provincial e, às vezes, ao nível distrital para analisar as melhores práticas no fornecimento da tecnologia com base na procura. Ao nível local extensão e investigação têm trabalhado em conjunto na execução de Diagnósticos Rápidos Participativos, DRPs, e alguns outros estudos, como também na implementação de CDRs.

Cada vez mais as províncias decidem contactar e contratar directamente algum apoio de investigação de centros zonais para os programas da extensão provincial. Uma prática que teve como pioneiros diversas ONGs, como a OLIPA e CARE, que contratavam os serviços da investigação para o aumento da produção de novas culturas de rendimento em Nampula.

A abordagem tradicional na extensão é demonstrar tecnologias aos produtores nos seus campos. A extensão pública e do sector privado tem vindo a estabelecer demonstrações com os agricultores sobre culturas, pecuária e gestão dos recursos naturais em todas as áreas de operação. Normalmente espera-se que a Investigação providencie o necessário suporte técnico a este programa, mas a sua capacidade é inadequada para isso. Como alternativa, o Centro Zonal de Investigação, CZI, de Sussundenga, em estreita colaboração com a extensão do sector público, privado e das ONGs organizou demonstrações num número limitado de campos dos produtores (Ensaio no Meio Rural, EMR, ou On-Farm Trials), representando as diferentes zonas agro-ecológicas, de todas as tecnologias disponíveis. Os grupos de produtores e outros actores, que seleccionam tecnologias para as demonstrações subsequentes nos campos na época seguinte visitam o 'mercado de tecnologia situado nestes campos'. As tecnologias agrárias acordadas por vários comités são disseminadas através de CDRs, geridos pela extensão e pelos agricultores, e os EMRs são geridas em colaboração com o IIAM.

Alem destes contactos formalizados há muitos contactos informais embora mais ao nível central, mas também organiza-se dias de campo nos centros zonais, e na base dos CDRs em que investigadores e extensionistas se encontram.

3.9 Monitoria e Avaliação

O desempenho do Ministério de Agricultura no quadro de PARPA depende de quatro indicadores principais, na área de serviços de extensão, serviços de rega, serviços veterinários e serviços de terra e florestas. Dados em relação a estes indicadores devem ser recolhidos a todos os níveis, e servem como indicador do desempenho dos diferentes serviços. Em relação a extensão agrária recolhem-se dados sobre os números de agregados familiares assistidos e o número de famílias adoptando uma tecnologia nova.

O Director Dos Serviços Distritais de Actividades Económicas faz a monitoria do papel da extensão pública e das ONGs na implementação da extensão, com base, por exemplo, no número de agricultores assistidos, número de demonstrações estabelecidas e no número de grupos criados. Actualmente as comunidades têm um papel muito limitado na monitoria do desempenho dos provedores dos serviços de extensão agrária. A coordenação e a planificação assim como a supervisão e monitoria dos contratos de terciarização são neste momento feitas principalmente ao nível provincial.

Existe pouca experiência sobre a **monitoria e avaliação participativa**, porém alguma experiência foi desenvolvida através da Abordagem das Escolas na Machamba do Camponês. As populações das aldeias valorizam os serviços providenciados pelo funcionário da extensão e os extensionistas vão receber um incentivo correspondente. A DNEA reportou uma taxa de adopção 85% relativamente às tecnologias disseminadas através da Abordagem das Escolas na Machamba do Camponês.

O número de **estudos sobre a adopção** é extremamente limitado. O Centro de Estudos Socio-económicos (CESE) do IIAM já começou a desenvolver um trabalho sobre este aspecto, assim como em relação à avaliação do impacto. De acordo com o PARPA, o inquérito aos agregados familiares, TIA, deverá recolher dados sobre a percentagem de agregados que adoptaram uma nova tecnologia nos últimos doze meses. Os critérios para se estimar adequadamente esse dado têm ainda de ser desenvolvidos. Algumas experiências de adopção podem ser encontradas nos projectos e junto das ONGs. A CARE reportou um aumento na adopção de tecnologias e práticas agrárias no programa da extensão da CARE em Nampula. As tecnologias adoptadas foram: uso de insecticidas botânicos; estrume; palha; valas para plantio; rotação; plantação alinhada; espaçamento e armazenagem de sementes assim como as variedades e a diversificação das culturas, como por exemplo, as variedades da batata-doce de polpa alaranjada. O aumento da adopção foi alcançado através de 20% de cobertura directa da extensão, todavia, isso não conduziu ainda a um impacto mensurável.

Vários estudos **sobre o impacto** da extensão nacional encontram-se disponíveis com base na análise de dados do inquérito nacional aos agregados, o inquérito aos agregados dos agricultores e nos dados recolhidos pelo próprio PRONEA. Estudos conduzidos por Finney (2003) e Eicher (2002 em grande medida, foram inconclusivos relativamente ao impacto da extensão na produtividade. Um estudo recente do Banco Mundial (WB, 2005) deu apoio aos bancos de dados existentes com um inquérito adicional e específico aos agregados familiares. Os dados sugerem que a extensão, quer pública quer não-pública, tiveram de facto um efeito positivo na adopção da tecnologia, acesso aos insumos como instrumentos e sementes, assim como aos mercados. Um estudo de IIAM (Walker et al., 2006) concluiu que o impacto de extensão geral na pobreza não é significativo, mas sim na área de produção agrícola (5% de aumento dos rendimentos financeiros), mas há sobretudo também efeitos positivos de informação de mercados e preços dos produtos e apoio a criação e formação de grupos.

Os estudos sobre os impactos das intervenções de ONGs na Extensão Agrária ocasionalmente aparecem disponíveis, mas na maior parte dos casos não para as autoridades distritais ou provinciais; exemplos incluem o estudo sobre o impacto da VETAID em Gaza; o estudo sobre o impacto da UDC/SNV em Nampula; e a revisão conduzida pela CARE em Nampula. Não se encontram disponíveis dados sobre o custo da extensão das ONGs, muito menos em relação aos benefícios. A avaliação geral do desempenho das ONGs indica que a extensão das ONGs: resulta numa maior cobertura da extensão (3 x maior); novas abordagens como a aprendizagem participativa e a extensão baseada em grupos de agricultores foram introduzidas; as melhores práticas são promovidas e.g. Escolas na Machamba do Camponês, as Organizações de Agricultores, a orientação para os mercados, e a advocacia da agricultura melhoraram; novas tecnologias são introduzidas; e está a ser prestada uma maior atenção ao HIV/SIDA.

4 ESTRATÉGIA DA EXTENSÃO 2007-2016

4.1 Visão do MINAG

Dado que a extensão constitui uma das principais actividades apoiadas e orientadas pelo PROAGRI II, torna-se importante apresentar a visão e a missão do MINAG. A visão do PROAGRI II para o MINAG é prestar assistência para o desenvolvimento a longo prazo de: *“Um sector agrário integrado, sustentável, competitivo, diversificado, base do bem-estar e acumulação económica, articulado em cadeias que acrescentam valor, em que os benefícios são amplamente partilhados”* (PROAGRI II, 2004). A Visão define quatro pilares críticos para o desenvolvimento da agricultura:

(i) mercados; (ii) serviços financeiros; (iii) tecnologia; e (iv) acesso aos recursos naturais.

A missão a longo prazo do Ministério da Agricultura é: *“Contribuir para uma melhor segurança alimentar e para a redução da pobreza através do apoio ao sector familiar, ao sector privado, a agências governamentais no sentido de aumentarem a produtividade agrícola, agro-indústria, e marketing dentro dos princípios da exploração sustentável dos recursos naturais”*.

Moçambique busca melhorar a segurança alimentar da família e nacional, gerando emprego e alcançando o desenvolvimento económico sustentável. O objectivo principal do PROAGRI II para 2006-2010 é contribuir para os esforços em curso, transformando a agricultura predominantemente de subsistência numa agricultura comercial com base em recursos naturais sustentáveis.

4.2 Visão de Extensão Agrária Pública

A visão para a Extensão Agrária para os próximos dez anos baseia-se no Plano Director da Extensão para 2006-2010 (2ª versão) e na documentação para a operacionalização do programa da extensão do PROAGRI II (ASP, 2005). Na Reunião Nacional da Extensão Agrária realizada na Namaacha, de 9 a 13 de Outubro de 2006 os elementos principais desta visão foram analisados e discutidos, resultando nas seguintes expectativas para os próximos dez anos.

- (i) **Descentralização.** Os programas distritais da Extensão Agrária vão-se basear nos Planos e Orçamentos para o Desenvolvimento Distrital Integrado, o que permitirá que os recursos humanos e financeiros sejam colocados à disposição da Administração do Distrito. A aprovação e a coordenação em relação a estes programas de extensão distrital vão ocorrer ao nível central mas principalmente ao nível provincial.
- (ii) **Desconcentração** da provisão de serviços do MINAG. A planificação, implementação, monitoria e avaliação das actividades da extensão vão ter lugar ao nível do Distrito. Ao nível provincial, a planificação distrital vai ser consolidada com os planos estratégicos nacionais e do sector e os programas do nível provincial vão ser implementados. O papel do nível central é essencialmente o da formulação de políticas, o desenvolvimento de estratégias e a regulamentação do sector e do sub-sector.

- (iii) **Sistema de provisão múltipla de serviços de extensão agrária.** A Extensão Agrária Pública define as políticas da Extensão Agrária ao nível central e coordena a extensão em geral tanto ao nível provincial como distrital. A extensão pública pode contratar serviços de extensão do sector privado, das ONGs, das organizações de produtores e de outros com base nas necessidades e nas vantagens comparativas.
- (iv) **Capacitação dos produtores.** As organizações dos produtores são beneficiários, mas também parceiras do serviço da extensão na planificação, implementação e na monitoria e avaliação das actividades. As organizações dos produtores, de preferência, deveriam também envolver-se na afectação dos recursos da extensão pública, mas vai ser preciso tempo para desenvolver a capacidade para isso.
- (v) **Terciarização dos serviços da extensão.** Os serviços da extensão do sector privado vão ser contratados ao nível provincial e distrital com base nas vantagens comparativas e competitivas. A capacidade ao nível distrital não permite ainda a subcontratação de todos os serviços da extensão e o serviço complementar da extensão pública continua importante.
- (vi) **Parcerias.** Desenvolvimento de parcerias e ligações entre o serviço da extensão pública e outros provedores de serviços da extensão assim como com outros parceiros do sistema de inovação agrária como a investigação agrária, os empreendedores (agricultores e empresas), serviços financeiros e de infra-estruturas e os actores do mercado, incluindo os consumidores.
- (vii) **Abordagem da extensão.** Espera-se que a abordagem se baseie no sistema de conhecimento e informação agrária (AKIS) ao nível provincial e distrital com base na aprendizagem interactiva sendo o papel do funcionário da extensão o de facilitador da aprendizagem interactiva quer ao nível local assim como na cadeia de valor com todos os actores relevantes. O funcionário da extensão vai prestar contas à base, i.e. ao produtor.

4.3 Objectivos Estratégicos da Extensão Agrária

O objectivo geral da Estratégia de Extensão Agrária, é alcançar o objectivo geral do MINAG, de contribuir para (Anexo 1):

“uma melhor segurança alimentar, para o crescimento económico e para a redução da pobreza, especialmente para os agricultores de subsistência quer sejam homens ou mulheres, incluindo os agregados chefiados por mulheres e desfavorecidos, através do aumento da produtividade agrícola e da produção por via do elevação firme da eficiência na produção e a provisão de novas tecnologias e inovações institucionais ao mesmo tempo que se promove a participação e o sentido de apropriação no seio dos produtores”

Os objectivos específicos que contribuem para o objectivo geral são:

- *“Aumentar a capacidade de implementação dos programas da extensão dentro de um quadro pluralista e participativo”,*
- *“Aumentar a capacidade técnica e de gestão dos produtores relativamente ao processo de planificação e de monitoria e avaliação, e na provisão dos serviços”*

- “*Providenciar serviços de extensão agrária ao nível provincial e distrital para a promoção da produtividade agrária e para o uso sustentável dos recursos*”

Um Programa Nacional de Extensão Agrária de PROAGRI II, PRONEA contribuirá para a realização destes objectivos através de três componentes principais que sejam: (i) Desenvolvimento da oferta de serviços de extensão agrária; (ii) Desenvolvimento da procura para serviços de extensão agrária; e (iii) Provisão de serviços de extensão agrária ao nível distrital e provincial.

Com vista a alcançar os objectivos específicos declarados do sistema da extensão pública, as seguintes componentes, sub-componentes e áreas alvo de intervenção foram identificadas, e estas vão requerer a colaboração e relações de trabalho com as instituições que tomam decisões relativamente aos investimentos em infra-estruturas rurais e quanto a provisão de serviços de comercialização e financeiros.

4.4 Principais componentes do Plano Director da extensão

4.4.1 Componentes e sub-componentes

O quadro das componentes, sub-componentes, ou áreas de resultado propostas, assim como as actividades principais do Programa encontram-se resumidos e descritos de forma sucinta a seguir:

A. Desenvolvimento da oferta de serviços de extensão agrária

A.1 Reorientação e Apoio do Sector Público

As actividades principais vão abordar:

- (i) *Reorientação e Apoio da Agência Central; e*
- (ii) *Desenvolvimento Provincial e Distrital através da:*
 - Reorientação das características do sector público e reforma ao nível central, provincial e distrital e para os níveis inferiores; ênfase na participação, facilitação e prestação de serviços com eficácia de custo;
 - Desenvolvimento da consciencialização e do consenso no seio do público com relação ao Programa Nacional da Extensão Agrária - e provisão da formação, recursos e sistemas para a extensão do sector público e melhoramento do desempenho da investigação;
 - Assistência às agências nacionais e provinciais no desenvolvimento do código de conduta e regulamentos para os provedores de serviços relativamente aos termos e condições dos contratos e a factores de desempenho; e
 - Fortalecimento específico da capacidade distrital e provincial de planificação, implementação e supervisão na área da agricultura; organização, supervisão e controlo da qualidade da provisão dos serviços com base nos contratos.

A.2 Promoção e Apoio do Sector privado/ONGs

As actividades principais irão abordar o:

- (i) *Desenvolvimento dos Provedores dos Serviços,*
- (ii) *Promoção dos provedores dos serviços do sector privado e ONG, e*
- (iii) *Estabelecimento de produtores-promotores, através do:*

- encorajamento, refinamento e expansão/aprofundamento do processo de terciarização já em curso, em particular para a extensão agrária, formação, informação e serviços técnicos;
- facilitação, assessoria profissional, e assistência financeira para os provedores de serviço emergentes.

B. O desenvolvimento da procura de serviços de extensão agrária

B.1: Organização dos Agricultores e Capacitação

As actividades de levantamento, de fortalecimento dos grupos, criação de redes, planificação participativa e graduação e registo das associações para cada um das diferentes categorias de distritos, dependendo do potencial, capacidade e prioridade.

B.2: Grupo, Associação e Desenvolvimento Empresarial

As actividades são sobre o desenvolvimento de planos de negócios, formação em gestão, desenvolvimento de ligações, capacidade de provisão de serviços e investimento inicial nas associações separadas para as referidas diferentes categorias de distritos através do:

- agrupamento dos agricultores a volta de interesses comuns ou afiliação para efeitos de interlocução;
- clarificação e fortalecimento da procura real – equilibrada em termos de género, HIV/SIDA ou outras desvantagens – para os serviços de produção/produktividade agrária, e meios para a provisão;

C. A Provisão dos Serviços Extensão Agrária:

C.1: Provisão dos Serviços de Extensão Agrária ao nível provincial

Contratos estratégicos/temáticos e/ou consolidados, por exemplo para a multiplicação de sementes, prevenção de doenças e actividades ligadas à gestão dos recursos naturais ao nível provincial.

C.2: Provisão dos Serviços de Extensão Agrária ao nível distrital

As actividades que se diferenciam para cada categoria de distrito são de contratos de aconselhamento, estudo, informação e aplicação da tecnologia ao nível distrital/local, além de um programa geral

4.4.2 Desenvolvimento da oferta

Reorientação e Apoio do Sector Público. Os provedores de serviços agrários irão usar abordagens participativas para desenvolver e consolidar uma parceria entre o sector público e privado para uma prestação pluralista de serviços aos agricultores e aos grupos por um conjunto misto de entidades contratadas. Em conformidade com a política do Governo e com os objectivos do PARPA, o propósito será elevar o desempenho da extensão através da redução da implementação directa do Governo

no terreno, e substituindo-a por uma capacidade institucional central com enfoque para orientar, apoiar e monitorar a provisão de serviços. Isto irá depender da evolução da abordagem da extensão nacional com o reconhecimento do novo paradigma e preparação dos sistemas, guiões e da documentação a ser colocada em prática. A DNEA e as Direcções Ramais vão também tornar-se centros de especialização e de recursos para consultas ao nível provincial e distrital. No terreno, os principais blocos edificadores serão os Planos Distritais de Desenvolvimento, PDD, com a sua componente de agricultura (PDDAs), desenvolvidos com base nos planos da comunidade, através de técnicas de DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), com assistência dos actores do nível distrital e provincial. As PDDAs irão indicar os papéis dos diferentes actores na extensão agrária e na prestação de serviços agrários.

Reorientação e Apoio da Agência Central. Esta actividade vai ser direccionada principalmente para a própria Unidade do PROAGRI e para a Direcção Nacional da Extensão Agrária do MINAG.

Desenvolvimento Provincial e Distrital. Esta actividade irá providenciar apoio directo aos aspectos da agricultura ligados a planificação e implementação do desenvolvimento distrital e provincial. Novos arranjos institucionais irão melhorar e fortalecer o governo local, contribuindo directamente para o processo de descentralização. Ao mesmo tempo, os provedores de serviços do sector privado e das ONGs vão ser encorajados e apoiados, e agricultores individuais e instituições ligadas a agricultura serão capacitadas e facilitadas para jogar um papel cada vez mais activo e contínuo na gestão e na provisão dos serviços exigidos.

A extensão agrária distrital vai fazer parte da Função de Agricultura do Serviço Distrital para as Actividades Económicas, SDAE (BdR, 2006) com neste momento uma média de 4 funcionários da agricultura ao nível distrital e 3-6 funcionários da extensão, mas crescendo por médio para uma equipa de 8 extensionistas com um supervisor. Os termos de referência dos extensionistas vão ser revistos para reflectir a introdução do novo paradigma da extensão e das novas responsabilidades pela gestão dos serviços de extensão e em particular a comercialização da provisão dos serviços e o apoio do sector privado. Um membro da equipa da Extensão Agrária, o supervisor, terá a responsabilidade de melhorar a capacidade de planificação e de garantir que as preocupações dos agricultores sejam efectivamente expressas nos PDDAs, assim como reforçando a capacidade de monitoria e avaliação da prestação dos serviços. O Director dos SDAE terá a responsabilidade de assegurar que os operadores do sector privado sejam informados das actividades no distrito, ajudando a preparar concursos e na gestão dos contratos resultantes, e facilitando as relações entre as organizações dos agricultores e as entidades do Governo local.

A implementação por parte dos distritos da reforma institucional da sua capacidade de extensão no terreno poderá envolver a racionalização do número e das competências dos funcionários. Isso vai envolver também a revisão e o desenvolvimento da terciarização do fornecimento de bens e serviços; um apoio mais forte da província em relação à planificação distrital; e o melhoramento significativo das PDDAs, como a provisão de serviços orientados pela procura, e vai ser criada a agenda dos provedores, com uma forte participação e assistência da comunidade na criação de órgão representativo dos produtores. Com a crescente participação do sector privado e com as facilidades da comunicação moderna e sistemas melhorados de operação, a ênfase da reforma ao nível do terreno será sobre: (i) a promoção dos produtores-promotores, incluindo as mulheres, que emergem dos processos de consultas aos produtores e da formação organizacional e vocacional como pessoas

de recurso ao nível da base, como canais de comunicação e, eventualmente, como conselheiros; e ainda (ii) sobre grupos e associações de produtores como os portadores principais das mensagens, de e para o extensionista ou provedor de serviços e de grupo para grupo.

Para além da assistência técnica que vai ser providenciada centralmente – mas principalmente com a preocupação da prestação de apoio às províncias e distritos - a actividade vai compreender: desenvolvimento de recursos humanos no seio dos funcionários ao nível da província e distrital, e acima de tudo, uma campanha de consultas aos intervenientes, seminários e workshops; provisão de veículos, equipamento e meios de comunicação e escritórios; aumento do pessoal ao nível distrital; e assistência relativamente ao financiamento dos custos crescentes, principalmente com relação às actividades no terreno. O resultado principal desta actividade será o inculcar de uma visão para o exterior e uma abordagem proactiva em relação a provisão de serviços técnicos; e o de dentro do sector público para ir ao encontro das expectativas dos agricultores através da provisão dos seus próprios serviços ou de serviços obtidos de outros.

Promoção e Apoio aos Serviços do Sector privado/ONGs. Paralelamente com os desenvolvimentos no sector público, um enfoque chave na transformação da prestação de serviços vai ser a mobilização e o apoio aos provedores de serviços do sector privado e das ONGs/OBC. Esta sub-componente vai lidar com estes desenvolvimentos. Os potenciais actores que provavelmente estarão envolvidos na provisão de serviços não-públicos incluem as instituições de investigação privadas; ONGs nacionais e internacionais; universidades e instituições académicas; consultores individuais, extensionistas e cientistas; empresas de consultoria do sector privado e contratados. Com base nos critérios estabelecidos, as associações de produtores registadas podem também jogar um papel importante na disseminação e adopção da tecnologia através das abordagens de aprendizagem dos produtores.

A experiência existente indica que podem ser distinguidas quatro categorias de provedores de serviço do sector privado: (i) empresas dedicadas a agricultura comercial, como os concessionários para a cultura do algodão, firmas dedicadas ao tabaco, fornecedores de insumos e esquemas comerciais de fomento; (ii) ONGs locais, que usualmente são apoiadas pelas ONGs internacionais; (iii) pequenas empresas envolvidas na Extensão Agrária, que estão na fase de arranque, como as lojas de venda de insumos, farmácias de medicamentos veterinários e produtores locais de sementes; e (iv) os produtores-promotores envolvidos na extensão, tanto mulheres como homens, incluindo representantes das associações que apoiam outras organizações numa base de recuperação de custos. Vão ser decididas modalidades diferentes de contrato para estas diferentes categorias com ênfase particular nos elementos da capacitação como a orientação, o desenvolvimento de planos de negócios, aconselhamento, formação profissional e alfabetização para as últimas três categorias.

A Extensão Agrária Pública irá envolver os agricultores principais ligados à Extensão Agrária, directamente ou através de contratos de terciarização. Existe a experiência com produtores-promotores, que se podem graduar para trabalhadores da extensão de produtor-para-produtor através da formação e exposição a diferentes experiências. Outras opções são o envolvimento dos extensionistas da comunidade através de incentivos baseados no desempenho e/ou numa base de recuperação dos custos; e redes locais de associações de agricultores ligados a extensão agrária na mesma base.

Alguns destes serviços vão incluir a facilitação de aconselhamento profissional e a assistência financeira para as empresas emergentes de provisão de serviços. Atenção é particularmente necessária para que cada contrato de extensão inclua um plano para a monitoria do desempenho do consultor ou da firma de consultoria, ONG, ou empresa privada. Os registos das avaliações vão ser mantidos para se ter uma base de dados de firmas de consultoria disponíveis para o trabalho da extensão e para se registar a avaliação do desempenho da firma ou do provedor. A capacidade de monitoria e avaliação dos contratos é crucial. Considerando a experiência limitada de terciarização, metas com prazos vão ser incluídas nos contratos, e os objectivos dos contratos devem ser claros e apoiados por indicadores de monitoria verificáveis. As três actividades principais da sub-componente encontram-se descritas a seguir.

(i) Desenvolvimento do Provedor de Serviço. Esta actividade vai compreender a montagem de uma campanha nos órgãos de comunicação, concentrada nos distritos, mas com uma perspectiva nacional para promover o conhecimento sobre o Programa e criar interesse sobre as oportunidades e modalidades de provisão de serviços agrários; isto vai ser seguido pela adjudicação de três contratos, um em cada região (Norte, Centro e Sul), para que os consultores ou agências de desenvolvimento promovam e apoiem o surgimento e o desenvolvimento dos provedores de serviços.

(ii) Promoção dos Provedores de Serviços do Sector Privado e ONG. Esta actividade vai consistir principalmente na formação profissional e na provisão de aconselhamento sobre a planificação e gestão de negócios para pequenas e médias empresas estabelecidas ou emergentes e para ONGs locais que operam na área de provisão de serviço, incluindo o pessoal do serviço público que possa ser desvinculado ou que voluntariamente possa optar por ser transferido para uma ONG ou para o sector privado. O aconselhamento profissional técnico e empresarial e a orientação para o desenvolvimento e promoção empresarial de uma associação profissional de contratados e provedores de serviços competentes vão ser apoiados. Esta actividade vai também incluir a disponibilização e a possível facilitação - ou provisão - de assistência financeira complementando os acordos de doação ou de aluguer para os investimentos iniciais para o estabelecimento de pequenos negócios e para o desenvolvimento deste tipo de negócios e agências: tais doações poderão cobrir a aquisição de meios de transporte ou um computador ou mobiliário de escritório e produtos como um pacote para o arranque.

(iii) Estabelecimento de Produtores-promotores. A terceira actividade de provisão de apoio ao sector privado/ONGs vai contemplar a formação profissional e a alfabetização funcional em estreita coordenação com os Serviços Distritais da Educação para os que aspiram a ser produtores-promotores, baseados nos distritos ou noutros níveis inferiores. O Programa vai igualmente disponibilizar incentivos para a formalização das actividades dos produtores-promotores providenciando fundos complementares na forma de doação para o investimento inicial por parte de produtores individuais ou grupos a semelhança das pequenas e médias empresas e das ONGs.

4.4.3 *Desenvolvimento da procura*

Organização e Capacitação dos Produtores. Grupos comunitários e de produtores existentes, emergentes vão ser contactados, consultados e assistidos para: organizar e estabelecer redes de comités e fóruns; melhorar o seu estatuto jurídico e receber

aprendizagem e orientação para a definição do potencial e dos meios de materialização e desenvolvimento. O capital social existente na produção agrária ao nível da comunidade pode ser mobilizado e fortalecido para a participação nos Comités de Desenvolvimento da Comunidade, CDCs, que devem representar adequadamente as diferentes categorias de agregados da comunidade. As principais actividades subsequentes para esta mobilização dos agricultores serão:

- Levantamento baseado no distrito dos grupos e associações de agricultores homens e mulheres, para incluir o número e o estágio de desenvolvimento dos grupos e associações agrárias existentes, o nível de inclusão de diferentes categorias de pobreza e de grupos vulneráveis e os principais actores envolvidos no apoio capacitação dos agricultores ao nível distrital;
- Aprendizagem participativa, dinâmica de grupo, auto-suficiência e inclusão, num programa de apoio aos grupos existentes, por via dos provedores de serviço existentes e de grupos novos, através da Equipa Técnica Distrital ou de contratos para a prestação de serviço, através do uso de DRPs, avaliações do potencial agrário e da classificação do bem estar;
- Transformação de redes de grupos em CDCs e em fóruns da localidade, capacitação e formação de ligações, através do uso da experiência dos Comités da Gestão da Extensão com as Escolas na Machamba do Camponês, Uniões das Associações Distritais e outros grupos, para a participação na planificação agrária do governo local;
- Fortalecimento do papel dos comités e dos fóruns na determinação das prioridades agrárias e na planificação, através do envolvimento nas actividades prioritárias e sub-projectos e na formação em planificação participativa, M&A e prestação de contas para os escalões inferiores dos grupos membros e das suas categorias diferentes de agregados; e
- Apoio para a graduação e registo jurídico das associações de produtores, através do sistema distrital com a assistência de ONGs e dos provedores de serviços.

Desenvolvimento de Grupos, Associações e Empresas. Associações de produtores vão receber apoio e orientação para se tornarem grupos de produção agrária sustentáveis e orientados para o mercado, com acesso equitativo e inclusivo aos benefícios por parte das mulheres e homens, seguindo interesses técnicos e comerciais comuns, assim como para interagir com os provedores de serviço público e comercial, e para se envolverem na provisão de serviços agrários junto do governo local. As actividades principais serão:

- Transformação dos grupos de produtores em associações rentáveis, através do uso do conhecimento das ONGs/sector privado;
- Formação na orientação para o negócio, administração e gestão financeira;
- Facilitação das ligações e do acesso a outras fontes de assistência, incluindo projectos afins, ligados às finanças rurais e à assistência para o desenvolvimento empresarial e esquemas de ONGs para o melhoramento das culturas e da pecuária, e a apropriação;
- Preparação das associações para a provisão dos serviços agrários, incluindo a formação de indivíduos com aptidões para facilitadores dos outros grupos; e

- Provisão de financiamento limitado complementar na forma de doação para empresas ou esquemas de desenvolvimento viáveis e bem fundamentados, onde outra fonte não se encontra disponível.

Estas actividades serão consideradas como tendo sido bem sucedidas quando os produtores, através dos seus grupos, associações e redes, forem capazes de determinar e articular as suas próprias necessidades e aspirações; assumir a autoridade, recursos e a capacidade para contribuir e influenciar o conteúdo dos PDDs e a consequente afectação dos fundos; exigir prestação de contas aos provedores de serviços do sector público e privado; e, assim, estabelecer parcerias reais para o desenvolvimento com o Governo e com os actores do sector privado e das ONGs.

4.4.4 Provisão de Serviços Agrários

Esta terceira componente do Plano Director vai compreender a prestação dos serviços transformados e melhorados, traduzindo as reformas e a capacitação providenciada aos agricultores e as agências de provisão de serviços; e a prestação de serviços para a Extensão Agrária, informação, aplicação da tecnologia e outros tópicos técnicos. Os serviços vão compreender uma vasta gama de actividades agrícolas e afins. Os grupos e as associações de agricultores – não os extensionistas, as administrações locais ou os Ministérios ao nível central ou os doadores e os consultores – vão determinar que aconselhamento, apoio ou tecnologia é necessária. Deste modo, não é possível determinar com exactidão o que vai ser necessário. É um princípio fundamental que o Programa permita aos clientes dos grupos e associações de agricultores terem um controlo significativo sobre a afectação e gestão dos recursos para os serviços agrários. Isto vai iniciar através da transferência gradual dos recursos do orçamento do financiamento directo da extensão pública e das actividades de desenvolvimento agrário para fundos especializados desembolsados através de agências distritais e de escalões inferiores e controlados pelos beneficiários.

A Extensão Agrária para os pequenos produtores essencialmente implica ainda a provisão de bens públicos, embora cada vez mais se recorra consideravelmente à terciarização. A forma tradicional de financiamento dos serviços de extensão envolve o fluxo de fundos do Governo ou dos doadores para o provedor do serviço. Com poucas excepções, a cadeia da prestação de contas é ascendente, para o financiador ou para o gestor. Os utentes do serviço ficam assim excluídos da cadeia. A inversão do fluxo financeiro através da provisão de fundos directamente ao produtor para contratar os serviços dos provedores muda toda a estrutura dos incentivos e da prestação de contas, assim como a eficiência da prestação. Embora esta seja uma meta a longo prazo, é importante ter isso em mente no contexto do PROAGRI II. Similarmente, as opções para as contribuições dos agricultores e para as contribuições da comunidade na provisão de serviços agrários em espécie ou na forma monetária vão ser seguidas.

Os contratos da extensão e dos serviços de técnicos ramais serão de dois tipos principalmente, implementados através de duas sub-componentes:

- (i) **Provisão de Serviços ao nível Provincial** – esta será uma actividade mais a longo prazo, de um a dois anos, cobrindo tópicos temáticos como a gestão da terra e a protecção das margens dos rios, investigação adaptativa sobre

tópicos específicos levantados pelos distritos, desenvolvimento das operações de comercialização ou a provisão de aconselhamento técnico ou sobre a gestão das actividades agrárias para um grupo maior e parcialmente de produtores comerciais; e

- (ii) **Provisão de Serviços ao nível Distrital e Local** – para as actividades mais a curto prazo, variando de alguns dias a alguns meses; estes contratos poderiam ser adjudicados através de um método célere que não necessitaria de um concurso competitivo, mas mesmo assim incorporaria a necessidade de aplicação para ocorrências como surtos de doenças ou problemas de infestação de pestes, em que a investigação, a apresentação de relatórios e as acções curativas poderiam ficar concluídas com o trabalho de uma semana; ou com base em procedimentos normais, por exemplo para a investigação sobre a exploração da oportunidade de um mercado específico; para aconselhamento e assistência prática numa base *ad hoc* para um grupo em relação a aplicação da nova tecnologia, o que poderá envolver subsídios, possivelmente periódicos, durante várias semanas ou alguns meses; ou acordos anuais para sessões periódicas de aconselhamento técnico e de gestão para uma associação individual ou para um conjunto de grupos de produtores, por exemplo para actividades do género Escolas na Machamba do Camponês (EMC).

Ao nível local – e conforme requerido pelos produtores e grupos beneficiários, o PROAGRI II irá financiar o: (i) estabelecimento de um sistema de Fundos Distritais para a provisão de serviços para a agricultura orientada pela procura; (ii) a geração, disseminação e adaptação de tecnologia e conhecimento relevante; (iii) aquisição de serviços de aconselhamento, capacitação e contribuição para os custos operacionais para grupos e associações de agricultores controlados pelos clientes, incluindo a investigação, extensão, informação e condições de comunicação orientados pela procura; e (iv) uma crescente provisão de serviços por parte do sector privado.

5 DETERMINAÇÃO DO GRUPO ALVO

5.1 Considerações Gerais

O serviço da extensão pública vai se concentrar na produção agrária dos pequenos produtores com ênfase na melhoria da segurança alimentar assim como na transformação das características essencialmente de subsistência da agricultura dos pequenos produtores para um sistema de produção mais orientado para os mercados. A Extensão Agrária Pública normalmente concentrava-se nos distritos com um potencial agrário mais alto e vai continuar a proceder desse modo, porém irá cada vez mais jogar um papel complementar em relação a extensão das ONGs e do sector privado, quer em termos temáticos assim como geográficos, por forma a se ter os serviços da extensão em todos os distritos. A Extensão Agrária Pública vai dar prioridade específica ao fortalecimento da procura e acesso aos serviços da Extensão Agrária, com base nos princípios da capacitação dos produtores e inclusão, como por exemplo em relação às mulheres dedicadas a agricultura, os agregados chefiados por mulheres e grupos desfavorecidos como por exemplo os agregados afectados pelo HIV/SIDA.

Ao mesmo tempo a Extensão Agrária reconhece a necessidade de envolver os produtores do tipo médio e grande como parceiro de desenvolvimento agrário, como fonte de conhecimento e agente de comercialização com acesso ao mercado e interveniente em programas de fomento e provisão de serviços de Extensão Agrária

Existem vários níveis para a priorização das actividades de extensão agrária em relação os alvos definidos:

- (i) Áreas temáticas relevantes para o grupo alvo-pequenos agricultores
- (ii) Género e agregados familiares vulneráveis
- (iii) Categorias de pequenos agricultores
- (iv) Categorias de distritos

Com vista a alcançar os objectivos declarados dos serviços de extensão, existem cinco áreas alvo de intervenção (desenvolvimento do sistema de sobrevivência e da cadeia de valor, assim como três questões transversais) que requerem a colaboração e relações de trabalho com instituições que tomam decisões sobre os investimentos nas infra-estruturas rurais, e sobre a provisão de serviços de comercialização e de serviços financeiros.

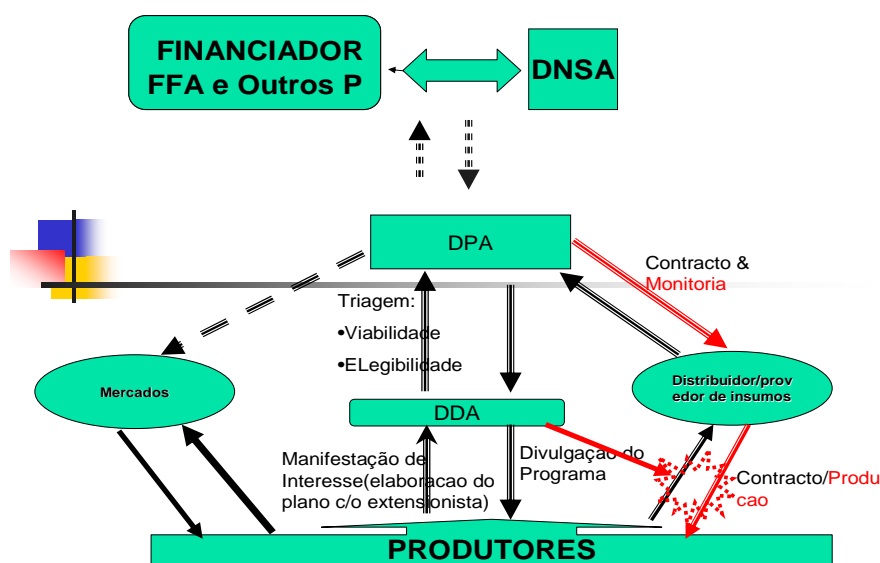
5.2 Principais áreas temáticas tidos como alvo

5.2.1 Melhoria do sistema de sustento dos pequenos produtores

O enfoque dos esforços da extensão agrária é no sentido de ajudar a aumentar a segurança alimentar ao nível familiar, uso sustentável de recursos naturais, gerar novos fluxos de receitas e de emprego a partir da produção tradicional e não tradicional de alimentos, animais e culturas de exportação, assim como actividades de geração de receitas dentro e fora dos campos de cultivo. A essência é que a

geração de excedentes fiáveis de alimentos ao nível familiar joga um papel crítico no melhoramento das condições de vida no meio rural. Todavia, a geração de novos fluxos de receitas é igualmente de grande importância para a geração do emprego rural, melhorar as condições de vida nas zonas rurais e para reduzir a pobreza rural. O desenvolvimento do sistema de sobrevivência toca portanto no aumento de capital social, humano, físico e natural, além de desenvolvimento de capital financeiro.

Figura 2: O papel dos extensionistas na intensificação da produção agrária e no programa de diversificação (MINAGb, 2006)



(DNSA- Direcção Nacional dos Serviços Agrários; FFA – Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura; PD – Parceiros do Desenvolvimento; DPA - Direcção Provincial da Agricultura; DDA - Direcção Distrital da Agricultura, passando agora para SDAE).

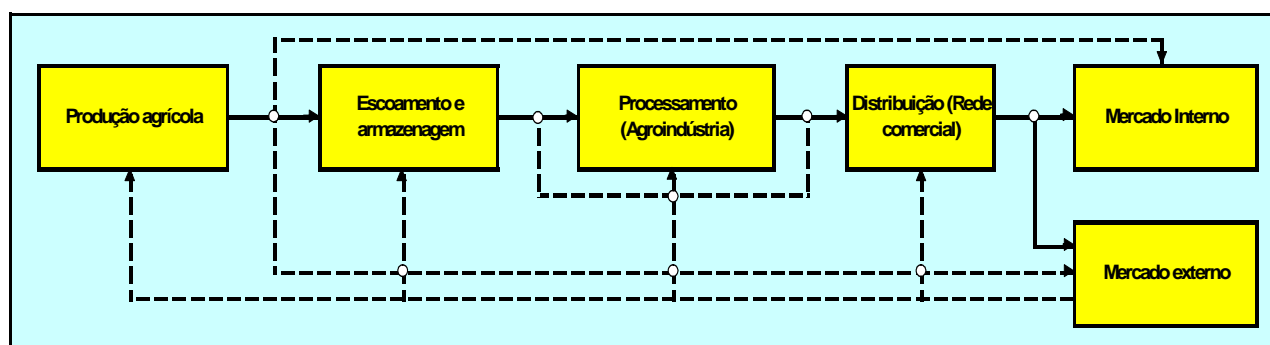
Os técnicos da extensão têm um papel crucial na facilitação do desenvolvimento de estratégias de sobrevivência local que vão para além da mera produção agrária (vide Figura 2). A capacitação dos agricultores é considerada como um dos aspectos mais importantes que contribuem para o melhoramento da sobrevivência das famílias que se ocupam da agricultura. Os produtores e os grupos de produtores vão ser encorajados a organizar e estabelecer redes de associações de produtores, e comités e fóruns de gestão da extensão. Para além do apoio de fora, o capital social existente e potencial ao nível das comunidades vai ser mobilizado para financiar iniciativas e projectos locais de auto-ajuda.

5.2.2 Abordagem da cadeia de valores

Existe a consciência que uma economia rural crescente irá gerar empregos e rendimento para a construção de casas melhoradas, compra de bicicletas e para a criação de emprego no comércio, processamento e comercialização (MPD, 2006). Os extensionistas com especialização em comercialização deveriam ser recrutados pela DNEA para ajudar a expandir o crescimento de micro empresas, o processamento de alimentos e a comercialização. A estratégia de comercialização agrária para 2006-

2009 (CdM, 2006) providencia um quadro para a aplicação da abordagem da cadeia de valor em que a inovação em estágios diferentes da cadeia ocorre através da aprendizagem interactiva na cadeia de valor e para a capacitação das organizações de produtores nesta cadeia. Os funcionários da extensão vão não só concentrar-se na produção mas irão também interagir com outros actores com vista a melhorar a eficiência da cadeia de valor. Com base na determinação das prioridades do sector da agricultura (MINAGa, 2006, MINAGb, 2006) cadeias de valor chave vão ser priorizadas ao nível provincial e distrital para um maior desenvolvimento (vide Figura 3).

Figura 3 A cadeia de valor e a comercialização agrária (CdM, 2006)



5.2.2 Questões transversais

Ao se abordar a sobrevivência rural assim como as cadeias de valor, é necessária uma atenção especial para uma série de questões que dizem respeito a todas as actividades e resultados. Estas relacionam-se com a atenção equilibrada para com as categorias baseadas na idade e género e na vulnerabilidade, como os afectados pela pandemia do HIV/SIDA, os portadores de deficiências, os órfãos e outros. O uso sustentável dos recursos naturais constitui um outro elemento que necessita de ênfase especial em todas as actividades da extensão.

(i) O género e as mulheres

Mais de 95% das mulheres em Moçambique dedicam-se a agricultura comparativamente com 66% dos homens. A maioria das mulheres envolvidas na agricultura não tem rendimentos provenientes de fora da agricultura. Os serviços de extensão irão assegurar que os agregados familiares pequenos, chefiados por mulheres, marginais e menos favorecidos sejam adequadamente incluídos e beneficiem do programa. As questões do género serão incorporadas no PRONEA porque o género influencia as oportunidades socio-económicas e as oportunidades culturais das mulheres e dos homens na garantia da sua sobrevivência dentro de um determinado ambiente económico, cultural e político. O género determina os papéis e o estatuto social das mulheres e dos homens. O serviço da extensão irá abordar e definir as diferentes necessidades, constrangimentos, recursos disponíveis e a partilha de responsabilidades entre as mulheres e os homens para o bem estar do agregado familiar e para a redução da pobreza, e para o melhoramento da segurança alimentar. As questões do género serão incluídas nas políticas e programas para o desenvolvimento da agricultura. O pessoal da extensão vai receber formação para perceber o papel do género em relação ao processo de tomada de decisões dentro das famílias e nas sociedades e no acesso aos recursos e aos mercados. Níveis

aceitáveis de participação de mulher nos grupos, associações, fóruns e actividades serão estabelecidos para poderem ser monitorados.

(ii) HIV/SIDA

O efeito do HIV/SIDA sobre a agricultura é profundo porque este afecta o maior sector da sociedade e irá afectar a composição da força de trabalho na agricultura relativamente as gerações vindouras. O HIV/SIDA afecta mais as mulheres do que os homens como resultado de factores biológicos e sociais. Por exemplo, a taxa de infecção pelo HIV no seio das jovens pode ser três a cinco vezes mais alta do que entre os jovens. Adicionalmente, as mulheres carregam o fardo mais pesado nas comunidades rurais. O impacto previsto do HIV/SIDA sobre a disponibilidade de mão-de-obra é extremamente preocupante dado que a falta de mão-de-obra sazonal cria estrangimentos à produção agrária (PROAGRI II, 2004). A extensão agrária pública irá colaborar a todos os níveis com os órgãos públicos e privados relevantes para combater a pandemia do HIV/SIDA. Um programa de consciencialização contínua vai ser levado a cabo para manter o pessoal da extensão informado com dados actualizados sobre as medidas de combate ao HIV/SIDA. A DNEA irá orientar o seu pessoal para a implementação de acordos firmados com entidades relevantes como o Ministério da Saúde, ONGs e outras. Atenção especial será dada a participação das famílias afectadas nos grupos e actividades de extensão agrária, como também as tecnologias apropriadas para os agregados vulneráveis

(iii) Gestão sustentável dos recursos naturais

A manutenção da base dos recursos naturais é chave para o desenvolvimento sustentável. A gestão dos recursos naturais requer ligações fortes com a investigação aplicada e adaptativa, registo da terra, assim como com uma maior acção comunitária. Os produtores serão encorajados a participar activamente e a ficar responsáveis pela gestão sustentável dos recursos nas suas respectivas áreas. A Gestão dos Recursos Naturais é prevista também como uma tarefa importante dos Serviços Distritais para as Actividades Económicas de que a extensão agrária distrital faz parte.

5.3 Grupo Alvo

5.3.1 Categorias

Em Moçambique existem três grupos de produtores: pequenas, médias e grandes. A Tabela 2 ilustra as principais características dos três tipos.

Tabela 2 Moçambique: Características Principais dos Tipos de Machambas (TIA, 2003)

Indicadores	Tipos de Machamba			Total
	Pequenas	Médias	Grandes	
Número de Agregados de Agricultores	3 172 598	36 997	601	3 210 196
% do total	98,8%	1,2%	0,02%	100%
Área Total Cultivada (ha)	4 554 128	292 276	76 456	4 261 635

Área de Terra por Agregados de Agricultores (ha)	1,4	7,9	127,2	1,28
% de área cultivada com culturas alimentares básicas	84,4	74,2	7,6	81,8
% de área cultivada com culturas de rendimento	4,7	5,1	30,2	4,5

O grupo alvo principal dos serviços da extensão pública vai continuar a ser o dos pequenos produtores (sector familiar) ou seja 99% dos produtores. Neste contexto um agricultor pequeno será caracterizado como aquele que tem menos de 10 hectares de terra arável menos de 10 cabeças de gado, ou menos de 50 ruminantes de pequena espécie ou 5000 galinhas (TIA, 2003). O enfoque principal vai ser sobre a disponibilização de meios para o aumento da produtividade das culturas e da pecuária através do uso de técnicas e tecnologias apropriadas que se situam dentro das capacidades e recursos dos agricultores. Actividades específicas e direccionadas vão ser incluídas para responder as necessidades e requisitos dos produtores médios de orientação comercial. Os produtores médios e de grande escala serão usados como parceiros nas actividades de prestação da extensão pública pois estão em condições de assumir maiores riscos do que os produtores do sector familiar e de experimentar novas tecnologias, e explorar novos mercados. Porém, os grandes agricultores tendem a colocar enfoque nas culturas e empreendimentos rentáveis em zonas com potencial abundante.

5.3.2 Beneficiários Directos

A visão para a agricultura distingue três categorias de famílias de pequenos produtores: os mais pobres, os pobres e os pequenos produtores emergentes (Tabela 3). A dimensão das categorias pode ser estimada através de um indicador de demonstração como o tamanho da machamba, porém a categorização real só pode ser feita durante o processo de planificação participativa. O objectivo principal da categorização é planificar actividades para todas as categorias. As categorias não serão usadas para a monitoria, mas apenas para a avaliação do impacto. Neste contexto, um produtor pobre ou mais pobre será caracterizado como aquele que cultiva uma área inferior a 2 hectares praticando a agricultura de sequeiro ou 1 hectare com irrigação sem limites específicos quanto ao número de animais.

Tabela 3 Número de agregados familiares assistidos em cada categoria de pequenos produtores

Agregados Familiares	Mais pobres	Pobres	Emergentes	Numero total de agregados familiares em 2016
Área Cultivada	< 1 ha	1 – 2 ha	> 2 ha	
Número total de agregados familiares	1 440 000	1 006 000	700 000	3 200 000
Agregados familiares assistidos	317 000	242 500	155 000	700 000
Agregados familiares adicionais adoptando a tecnologia (20%)	63 400	46 500	31 000	140 000

O objectivo é de promover os produtores de uma categoria para outra. Conforme a visão sobre a transformação de agricultura de subsistência para uma agricultura de mercado. Neste processo, os números de cada categoria de produtores poderá mudar de tal maneira que haverá mais agregados familiares na categoria dos produtores emergentes.

5.3.3 *Beneficiários Indirectos*

Os contactos de produtor-para-produtor apoiados pelos órgãos de comunicação de massa constituem um dos meios principais para a difusão lateral da informação. Está previsto o desenvolvimento das capacidades e aptidões necessárias para se alcançar um grande número de produtores indirectamente. Campanhas de extensão, grupos de auscultação dos agricultores, teatro, programas no rádio e outros meios de comunicação vão ser usados para apoiar o esforço da extensão; e os extensionistas vão ser formados em habilidades de comunicação, incluindo a promoção da disseminação da informação de produtor-para-produtor. O propósito da organização de grupos ao nível da comunidade é apoiar a promoção da partilha de informação entre os agricultores. Os serviços de extensão irão promover a difusão lateral da tecnologia com vista a cobrir um grande número de produtores indirectamente. As actividades que iriam promover a difusão lateral da informação entre os agricultores incluem dias de campo em que os próprios agricultores irão demonstrar e explicar as suas práticas, fazer o intercâmbio de visitas para a troca de experiências e informação, providenciando apoio para os produtores-promotores passarem tempo em aldeias seleccionadas para demonstrar uma opção tecnológica que tenham constatado que é produtiva, e a formação de produtores-líderes (promotores) como forma de melhorar as suas aptidões e eficácia na transmissão do seu conhecimento aos outros. Adicionalmente, uma outra actividade importante é a organização de feiras agrárias onde os produtores e os serviços de extensão podem demonstrar os resultados dos seus esforços. O acesso indirecto à Extensão Agrária tem como meta atingir quatro vezes o número de agregados assistidos directamente e irá, portanto, ascender a 2 000 000 (500 000 contactos directos e 1 500 000 contactos indirectos) de agregados familiares em conjunto em 2009, ou seja 2 800 000 agregados em 2016, já alcançado em 2014.

5.4 **Área alvo e cobertura geográfica (2007 – 2016)**

Basicamente todos os distritos rurais têm alguma cobertura da extensão quer seja dos provedores da extensão do sector público, privado ou das ONGs. Os distritos municipais com agricultura peri-urbana também possuem pessoal da extensão assim como orçamentos municipais para a Extensão Agrária. No âmbito do PROAGRI II, o MINAG está a providenciar apoio técnico a estes distritos municipais. Espera-se que o serviço da Extensão Agrária pública cada vez mais desempenhe o papel de coordenação de todas as actividades de Extensão Agrária realizadas por diferentes actores ao nível provincial e dos distritos rurais. A cobertura da função nuclear do programa da Extensão Agrária irá assim cobrir brevemente 128 distritos rurais no País, mas a capacidade em termos do número e qualidade das equipas de extensão ao nível distrital irão permanecer relativamente fracas.

O serviço da extensão pública enfrenta um grande desafio para o aumento da cobertura efectiva, em termos de agregados assistidos e da adopção real de tecnologias e práticas de melhoramento das formas de subsistência ou de geração de rendimento. A implementação do novo paradigma para a extensão (extensão participativa baseada na planificação participativa ao nível distrital, prestação de serviços por parte de intervenientes múltiplos e prestação de contas para as organizações de agricultores) vai ser introduzido gradualmente ao nível distrital. Esta introdução gradual da nova abordagem é necessária tendo em vista a ênfase sobre a capacidade de desenvolvimento ao nível distrital. Para este efeito, três categorias de distritos podem ser distinguidas com base no estágio de desenvolvimento, propensão para aceitar e implementar a reforma e as características físicas, agrárias, económicas e sociais dos distritos individualmente, as suas agências ao nível local e as comunidades que as integram. A classificação dos distritos é necessário para acomodar um programa de capacitação e para a racionalização dos recursos.

Um número estimado de 60 distritos que se beneficiaram de assistência substantiva através da descentralização e/ou de projectos agrários, em locais de grande potencial e, de certa forma, com necessidades menos urgentes são considerados como distritos da categoria 1. A categoria 2 é constituída por outros 40 distritos que por causa das suas necessidades ou potencial justificam que sejam considerados prioritários em termos de mobilização e reforma e provisão dos serviços possuem uma capacidade limitada, enquanto a categoria 3 compreende 28 distritos cuja base de recursos naturais, escassez populacional ou condições especiais, como terras áridas, muitas vezes com potencial para pecuária extensiva, ou zonas de parques nacionais torna-os menos potenciais, mas mesmo assim poderão ter necessidade de assistência, em termos de necessidade de apoio de subsistência, principalmente elevação da segurança alimentar. Com base nesta categorização, as províncias irão decidir sobre uma assistência faseada aos distritos prioritários (vide Tabela 4), enquanto o programa geral de extensão em curso irá continuar como função nuclear em todos os distritos. No primeiro ano, todos os programas de formação, guiões da planificação participativa, orientações de contratação etc. serão desenvolvidos e nos anos subsequentes o novo paradigma da extensão vai ser introduzido através do desenvolvimento da capacidade e da afectação de recursos.

Tabela 4 Faseamento na capacitação dos distritos para a implementação da nova abordagem de extensão agrária

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Total	0	10	30	54	34	128

A categorização aproximada acima descrita dos distritos vai ser apurada pelas províncias e usada para o faseamento com base nas prioridades estabelecidas e na afectação dos recursos.

6 CONTEXTO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL

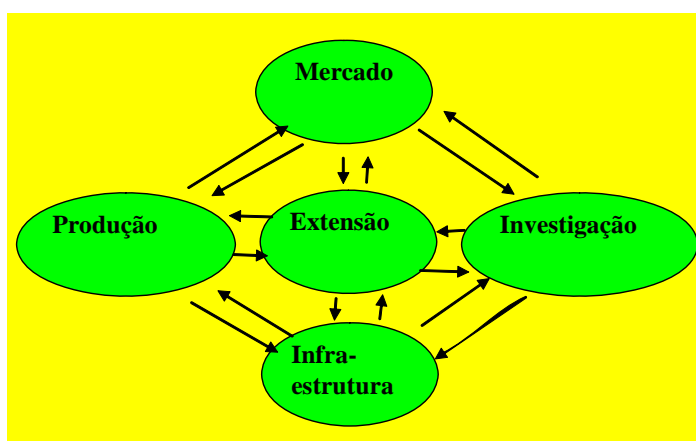
6.1 Considerações gerais

A organização de Extensão Agrária ao nível distrital, provincial e central deve ser considerado no contexto de sistemas para a geração e gestão de conhecimento como também para o papel de extensão agrária no sistema de inovação agrária.

6.2 Sistema de Inovação Agrária

Um quadro para o sistema de inovação agrária tem como ponto de partida a importância da inovação na competitividade hoje. A inovação é definida como a aplicação do conhecimento e consiste no 'processo através do qual os actores passam a dominar e implementam a concepção e a produção de bens e serviços que sejam novos para si, independentemente de serem ou não novos para os seus concorrentes', para os seus países ou para o mundo. Muitos pequenos melhoramentos na concepção e na qualidade do produto mudam a forma como a produção é organizada, e as rotinas da gestão, a criatividade na comercialização e as modificações nos processos e técnicas de produção podem colectivamente tornar a produção e a comercialização mais eficazes em termos de custos, aumentar a eficiência e assegurar a sustentabilidade ambiental. Desta forma estes poderiam contribuir para o alcance de benefícios económicos e sociais a longo prazo assim como para a competitividade (Mytelka, 2000, CdM, 2006, Conselho de Ministros, 2006). Importante nos sistemas de inovação agrária e tanto a inovava-o tecnológica, inovação organizacional como inovavam institucional.

Figura 4: Principais grupos de actores no Sistema de Inovação Agrária



Como acima indicado, as inovações não são apenas o produto das actividades organizadas de investigação e desenvolvimento realizadas nas universidades e nos institutos de investigação e desenvolvimento. Nem se deve esperar que os resultados da investigação ou o aumento do investimento na ciência e tecnologia irão automaticamente ter aplicação económica. Os actores principais

nos sistemas de inovação agrária podem ser colocados em cinco grupos: (i) Sector de mercado (consumidores, mercados, agro-processamento), (ii) sector da investigação (actores do sistema nacional de investigação agrária); (iii) sector empresarial de produção (agricultores e empreendedores); (iv) sector das infra-estruturas (fazedores de políticas e estratégias, serviços financeiros, transportes, comunicação, serviços de regulamentação, etc.); (v) sector da divulgação (serviços da extensão pública e privada, ONGs e OBC, organizações de agricultores e do comércio, fornecedores de insumos e de serviços). A Figura 3 indica o papel crucial

dos serviços da extensão na facilitação das ligações e na aprendizagem interactiva para a inovação no Sistema de Inovação Agrária (AIS).

6.3 Sistema de Conhecimento Agrário e de Informação

A Extensão Agrária opera dentro de um sistema mais amplo de conhecimento que inclui a investigação, a educação agrícola e rural e os produtores, que designa como Sistema de Conhecimento Agrário e de Informação para o Desenvolvimento Rural (FAO/WB, 2000). A essência mais uma vez é que os actores (quer públicos quer privados) interagem uns com os outros num sistema ao invés dum processo linear.

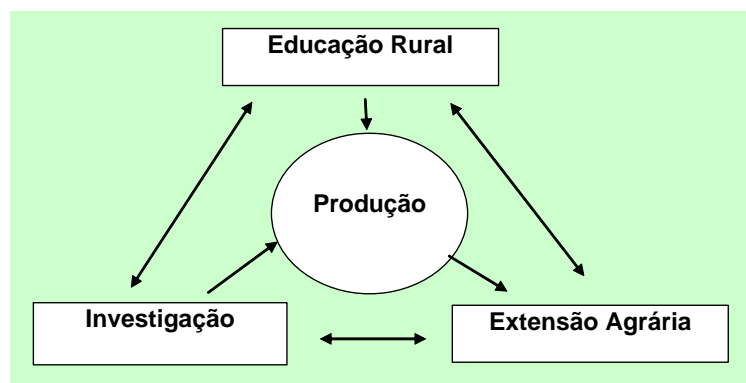


Figure 5: Sistema de Conhecimento Agrário e de Informação (AKIS)

O fortalecimento da colaboração entre os agricultores, a investigação, a extensão e as instituições do ensino superior e rural na geração e disseminação de tecnologias apropriadas é uma questão fundamental que deve

ser tomada em consideração na implementação da investigação e do desenvolvimento que vão responder às necessidades dos agricultores. Um elemento chave na gestão de sistema de conhecimento agrário é a interacção entre os actores de investigação e extensão agrícola.

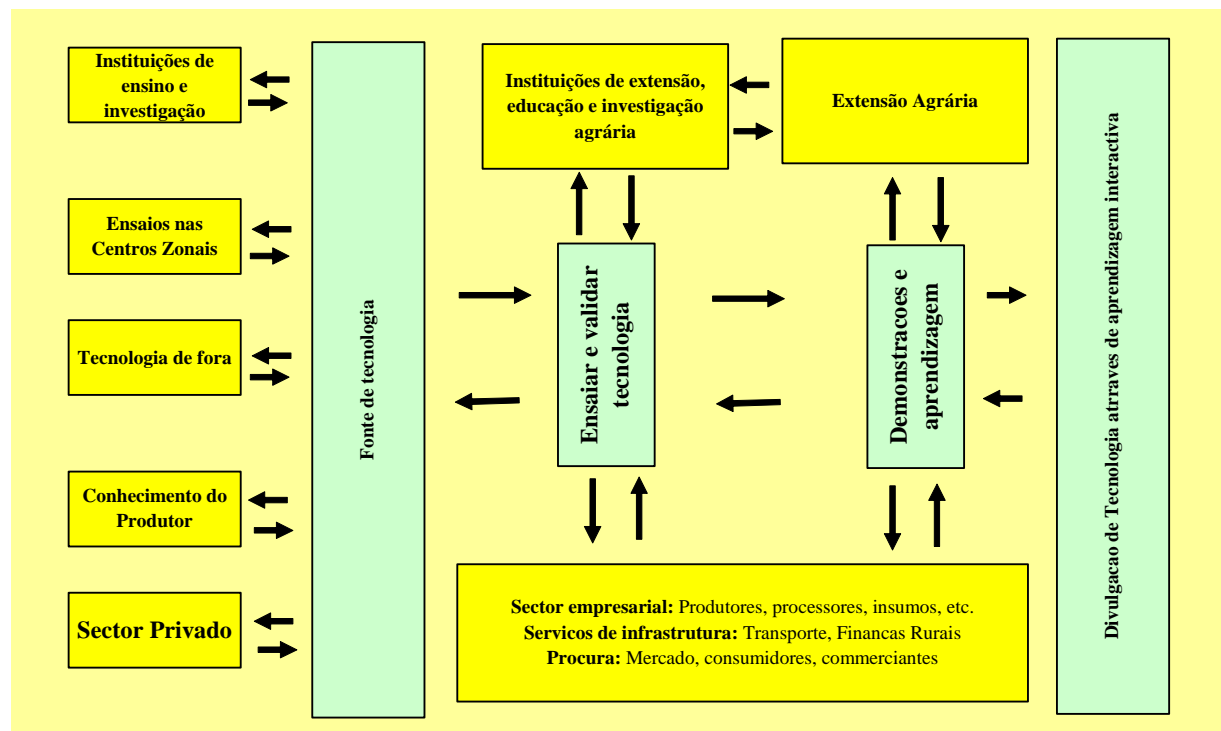
6.4 Interacção Investigação e Extensão Agrária

O Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) irá contribuir para o fortalecimento das ligações entre extensão e a investigação. A Direcção para a Formação, Informação e Transferência de Tecnologia do IIAM, DFDTT é responsável pela avaliação socio-económica das tecnologias, pela sua transferência e documentação. A colocação de pelo menos um cientista social em cada um dos Centros Zonais irá contribuir para o desenvolvimento de parcerias entre a extensão, institutos de investigação nacionais e internacionais públicos e privados e as escolas de formação agrícola, faculdades de agronomia e outros locais de formação agrícola. Uma parceria forte entre a DNEA e o IIAM é relevante pelas seguintes razões: (i) acesso a tecnologias agrícolas que sejam tecnicamente viáveis, economicamente apropriadas, amigas do ambiente e socialmente aceitáveis; (ii) acesso conjunto à tecnologia do sector privado e internacional; e (iii) falta de dados básicos sobre a economia da tecnologia e das práticas agrícolas.

A interacção entre a Investigação e a Extensão vai em todos os estágios de todo o processo abordar o problema da identificação, estabelecimento das prioridades, planificação, implementação e M&A (Figura 6). O sistema de provisão múltipla de Serviços de Extensão Agrária ao nível provincial irá cada vez mais envolver os Centros Zonais de Investigação Agrária do IIAM com base nas prioridades estabelecidas ao nível distrital. Os fóruns provinciais da agricultura com intervenientes múltiplos, mas sobretudo os fóruns zonais na base de zonas agro-ecológicas vão

influenciar a agenda da investigação dos Centros Zonais de Investigação na base das necessidades dos actores no sistema local de inovação agrária.

Figura 6: Processo de Geração, Verificação, Demonstração e Difusão de Tecnologias aos Intervenientes Múltiplos



Ao nível central haverá além das reuniões estratégicas como o Conselho Consultivo do MINAG, reuniões para estabelecimento de prioridades no Fórum Nacional de Parceiros (ao nível da IIAM) e a Reunião Nacional de Extensão Agrária (ao nível de extensão), mas também reuniões técnicas anuais, por cadeia de valor ou em geral como os Reuniões de Revisão Periódicas da Tecnologia, REPETE, ao nível provincial. Os REPETEs provinciais terão lugar pelo menos uma vez por ano, com a participação dos agricultores, investigadores e outros intervenientes (ONGs, fornecedores de insumos, etc.). As Direcções Provinciais da Agricultura podem contratar os serviços de investigação e não só de IIAM, com base nas necessidades identificadas nos planos distritais, e vai ser implementada a investigação conjunta assim como as actividades da extensão, como os levantamentos de diagnóstico (DRPs), e estudos adopção e de impacto. Grupos de trabalho temáticos vão ser constituídos para se debruçarem sobre questões específicas como o desenvolvimento da cadeia de valores, incluindo questões como a pós-colheita e a conservação dos produtos agrários. Os investigadores serão envolvidos na formação dos técnicos da extensão agrária, tanto ao nível provincial e local como nos programas de Escolas de Machamba de Camponês e o programa de Campos de Demonstração de Resultados e actividades como dias de campo desde zonal a dias de campo locais.

O IIAM, especificamente DFDTT, e a Unidade de Comunicação de Extensão Agrária vão colaborar na área de comunicação e gestão de informação com elementos como o website de investigação (www.iiam.minag.org.mz) e Extensão

(www.dnea.minag.org.mz) como o programa de apoio aos programas de rádio nas províncias e a elaboração de distribuição de material escrito.

6.5 Organização e Gestão da Extensão

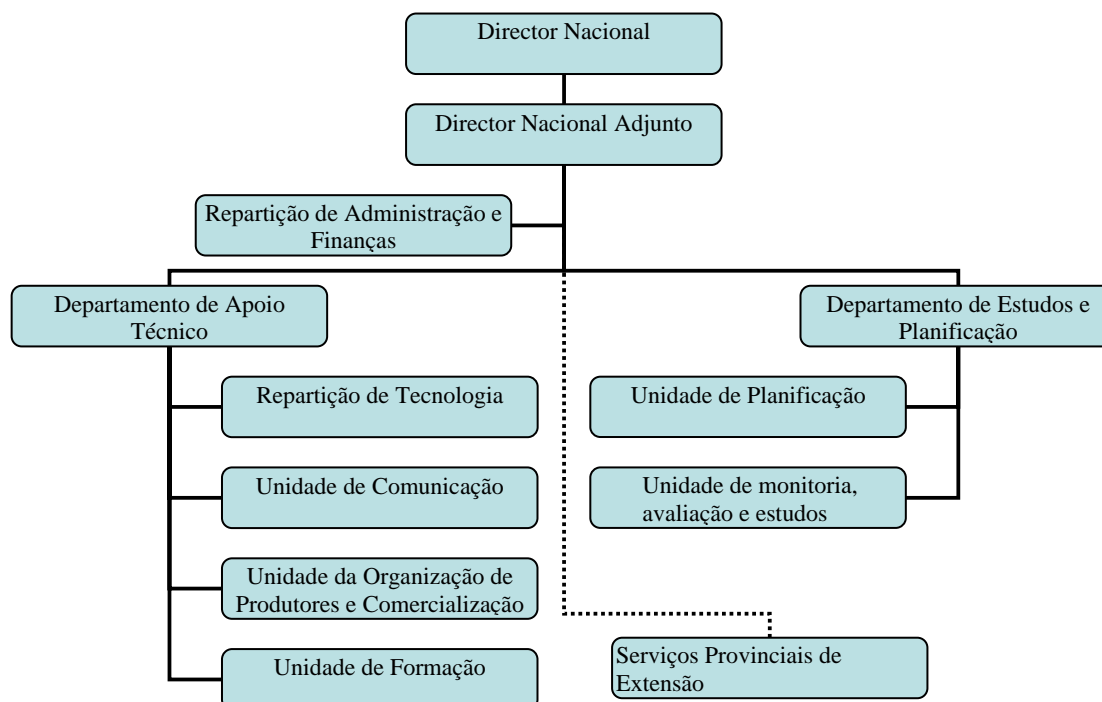
6.5.1 Direcção Nacional da Extensão Agrária, DNEA

A Direcção Nacional da Extensão Agrária, DNEA, é uma das 6 Direcções do Ministério da Agricultura. Esta opera em estreita coordenação com as outras Direcções, uma coordenação que é efectuada no Conselho Consultivo (reuniões internas regulares) e no Conselho Coordenador, que envolve as províncias e intervenientes externos, e que se reúne pelo menos uma vez por ano.

O MINAG tem, depois da reforma do sector público, seis Direcções (Serviços Agrários, Florestas e Terra, Extensão Agrária, Economia, Recursos Humanos e Administração e Finanças), assim como uma série de institutos e centros (BdR, 2005). Simultaneamente, a desconcentração para as províncias, distritos e localidades visa garantir a reorientação do modelo anterior de planificação e monitoria do topo para baixo para um modelo de planificação mais participativo, que envolve a prestação de contas para os escalões inferiores, o que também implica uma função de maior facilitação por parte do sector público.

O objectivo será o de desenvolver um quadro institucional que vai permitir que as províncias, distritos e as entidades dos níveis inferiores assumam um maior papel na planificação, gestão e monitoria dos recursos e serviços públicos e da comunidade.

Figura 7: Estrutura organizacional para a Extensão Agrária ao nível central

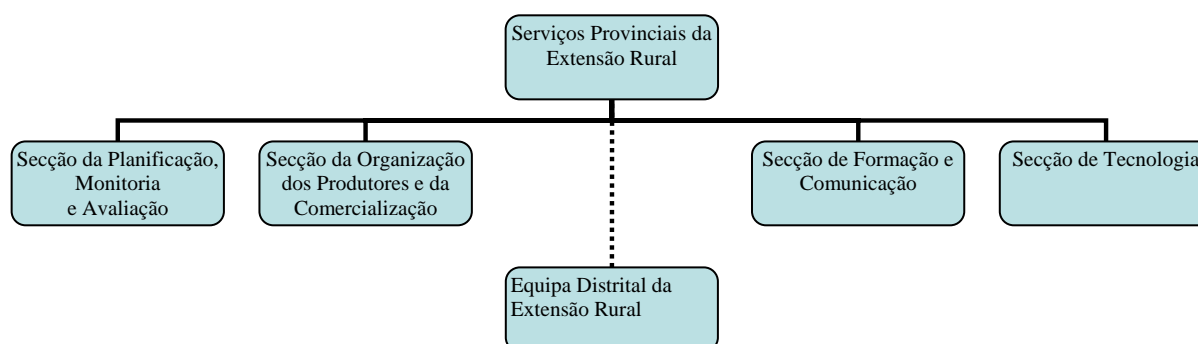


A responsabilidade geral ao nível central vai incluir as funções da formulação e actualização regular das questões da política nacional, regulamentação, coordenação, supervisão e monitoria, bem como o controlo da qualidade dos serviços prestados. A Direcção (Director Nacional e Director Nacional Adjunto), com a assistência da Repartição de Administração e Finanças lidera dois departamentos, o de Apoio Técnico e o de Estudos e Planificação. O Departamento de Apoio Técnico, com dez funcionários, compreende quatro repartições de tecnologia, organizações de produtores e comercialização, comunicação e formação. O departamento de apoio técnico tem vagas para um perito de género, e para um oficial de comercialização. O Departamento de Estudos e Planificação, conta com nove funcionários e é responsável pela orientação, preparação e consolidação do plano de trabalho anual e pela preparação orçamento, pela monitoria da implementação desses planos, e pela implementação e coordenação dos estudos de avaliação da extensão, e apoia as unidades de monitoria e avaliação nas províncias. A Repartição de Administração e Finanças presta contas ao Director e tem dez funcionários.

6.5.2 Serviços Provinciais de Extensão Rural

Ao nível provincial a Extensão Agrária é um dos serviços ou departamento de Extensão Rural ou Agrária da Direcção Provincial de Agricultura, como também tem outros serviços ramais (Serviços Agrários, Serviços Pecuários, Serviços de Florestas) que providenciam apoio técnico a extensão agrária. O Serviço Provincial de Extensão Agrária, SPEA, irá operar em estreita coordenação com os Serviços Provinciais da Agricultura, Serviços Provinciais da Pecuária, serviço da irrigação e com os Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia e Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro, todos da Direcção Provincial da Agricultura.

Figura: 8 Estrutura organizacional ao nível provincial



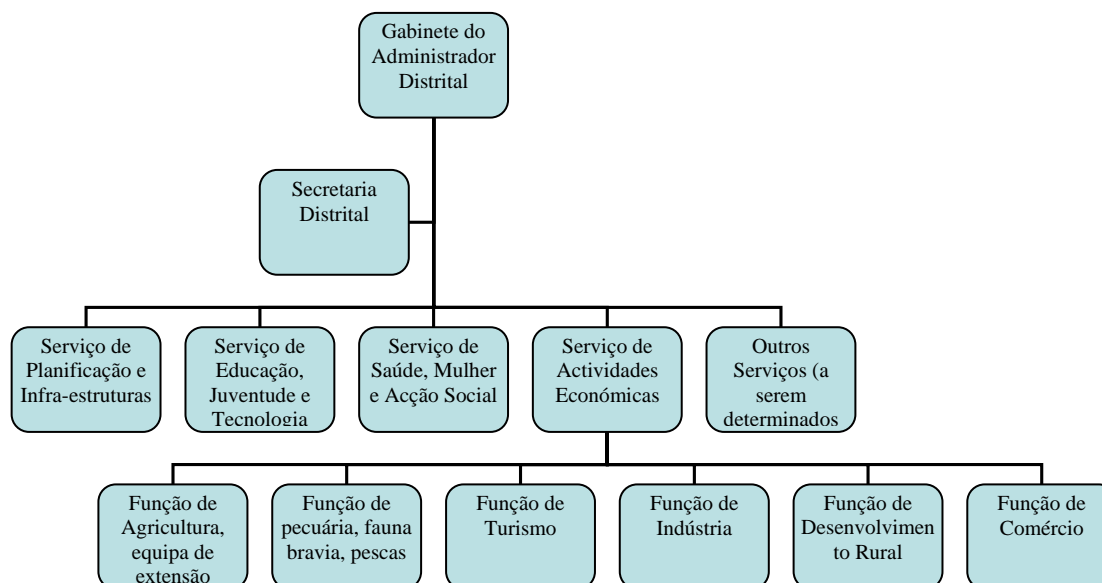
O Chefe dos SPER será o responsável provincial pelo serviço da extensão agrária e dirigirá a equipa provincial. O pessoal técnico ocupa-se da comunicação, formação, organização dos agricultores, comercialização, e da especialização da monitoria e avaliação. As necessidades actuais de pessoal ao nível provincial estão a ser revistas. O número mínimo de pessoal técnico da extensão ao nível provincial é de sete (7). O Chefe dos SPER presta contas ao Director Provincial da Agricultura, DPA, e, tecnicamente, ao Director Nacional da Extensão Agrária. As funções nucleares são a planificação, formação, apoio técnico, supervisão e apoio e monitoria aos serviços

distritais da extensão. O nível provincial é igualmente responsável pela coordenação e consolidação das actividades que abarcam mais do que um distrito, como os contratos e a ligação entre a formação e a investigação. No caso de projectos ao nível provincial, o serviço provincial da extensão em colaboração com as equipas da extensão distrital serão responsáveis pela identificação e formulação de projectos e pela sua submissão para aprovação pela Direcção Provincial da Agricultura.

6.5.3 A equipa distrital da Extensão Rural:

Em conformidade com a abordagem da descentralização do PROAGRI II, o distrito vai ser a unidade básica do serviço da extensão agrária do MINAG. A extensão agrária distrital é uma das funções de Serviço Distrital de Actividades Económicas, SDAE (BdR, 2006). O SDAE terá uma composição típica de quatro funcionários (sem incluir os extensionistas). A equipa da extensão agrária do SDAE tem um número médio de quatro extensionistas, mas a meta será de ter pelo menos uma equipa de 8 extensionistas com um supervisor em cada distrito, em média 1-3 extensionistas em cada Posto Administrativo. Com o maior envolvimento dos provedores da extensão não-pública, através de parcerias e terciarização, redes pública-privadas de extensão agrária podem ser formadas, com a coordenação feita ao nível Distrital e dos Posto Administrativos.

Figure 9: Estrutura Orgânica Distrital (BdR, Decreto Lei 6/2006)



A equipa de extensão agrária distrital é liderado pelo supervisor distrital e irá contribuir para o desenvolvimento da planificação participativa com a respectiva capacidade de implementação, monitoria e avaliação. O supervisor é responsável pela orientação, supervisão, programação e implementação das actividades de extensão para assegurar que o programa distrital de extensão produza o impacto esperado. O supervisor deveria despende pelo menos 15 dias por mês em visitas ao campo para organizar as sessões

regulares de formação e para participar nas reuniões regulares ao nível distrital e provincial. Este deverá também contribuir para a coordenação no Serviço Distrital de Actividades Económicas relativamente a todas as actividades da extensão no distrito. O supervisor distrital é responsável pela organização de reuniões do comité distrital da gestão da extensão que junta representantes dos serviços da agricultura, ONGs, o sector privado e os produtores para discutir problemas, prioridades e coordenar as actividades de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural no distrito.

O distrito será equipado com extensionistas do campo que ficarão responsáveis pela implementação dos serviços da extensão e pelas actividades da organização dos agricultores, através da abordagem participativa e da capacitação dos produtores. Pelo menos uma (1) Equipa da Extensão deveria ser criada nos distritos, e a referida equipa teria 8 extensionistas e 1 supervisor da equipa. O número total será de pelo menos 1024 extensionistas e 128 supervisores de equipas no País. Os extensionistas vão ficar baseados nas áreas de residência das populações a quem este presta assistência. As autoridades provinciais e cada vez mais as distritais serão responsáveis para o recrutamento de extensionistas

7 IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRECTOR DA EXTENSÃO 2007 – 2016

7.1 Introdução

Esta secção discute a implementação do segundo Plano Director da Extensão. O Plano Director da Extensão foi operacionalizado no contexto do PROAGRI II, através do Programa Nacional da Extensão Agrária para 2007-2014, PRONEA, do MINAG. Este programa foi desenvolvido com o apoio do IFAD (ASP, 2005 ao abrigo de um acordo de empréstimo entre o GdM e o IFAD. O PRONEA vai durar até 2014 muito depois do PROAGRI II. Outros programas da extensão pública fora do contexto do PROAGRI II têm operado através da colaboração com a FAO, FINIDA, Governo da Itália, DANIDA, Banco Mundial e outros parceiros. O PDE para 2007-2016 propõe-se providenciar um quadro para a implementação dos programas da extensão agrária pública e não só, através de uma estratégia de implementação comum. Os elementos chave desta estratégia de implementação são: (i) provisão múltipla do serviço de Extensão Agrária; (ii) abordagem da Extensão Agrária; (iii) planificação, monitoria e avaliação. A implementação não será possível sem atenção para o desenvolvimento de capacidade tanto ao nível individual (formação e equipamento), como ao nível de equipa e dos serviços distritais e provinciais como em termos institucionais.

7.2 Provisão Múltipla de Serviços de Extensão Agrária

7.2.1 Terciarização

Conforme advogado na Estratégia do PROAGRI II a terciarização dos serviços de extensão vai resultar numa extensão agrária de financiamento público, que seja sustentável, orientada pela procura, com maior responsabilização e que responde às necessidades dos agricultores e que seja operacionalmente mais eficiente. Vários níveis de terciarização ou de subcontratação dos serviços de extensão com base em fundos públicos podem ser distinguidos. Muitas das actividades de extensão das ONGs constituem uma forma de terciarização dos serviços através de fundos público internacionais (muitos são essencialmente doadores bilaterais). O PROAGRI II procura trazer parte destes fundos para o programa geral. A terciarização está também a ter lugar através do Ministério da Agricultura quer seja gerida ao nível nacional como ao nível provincial, enquanto cada vez mais alguns arranjos de terciarização de pequena escala estão a ser desenvolvidos ao nível local e.g. através contratos dos promotores da agricultura. Em relação a subcontratação dos serviços da extensão, o sector público tem também a função de contratar provedores da extensão registados. As Províncias e os Distritos podem contratar provedores do serviço da extensão, embora os mecanismos não tenham ainda sido instituídos. Os provedores da extensão podem ser registados ao nível provincial com base em critérios técnicos, financeiros e organizacionais, ainda por desenvolver, e serão categorizados em classes de provedores que podem operar ao nível Distrital, Provincial ou Central. Um sistema similar ao que é usado pelo Ministério das Obras Públicas foi sugerido. Os provedores de serviços podem ser contratados ao nível distrital e provincial dependendo dos respectivos planos, e com base na presença de provedores de serviços de qualidade, que comportam uma vantagem comparativa em relação ao sector público em áreas geográficas específicas ou com relação a temas, tópicos ou aptidões específicas.

7.2.2 O papel do sector público

O segundo Plano Director da extensão irá usar uma abordagem pluralista, baseada no princípio de sistema de provisão múltipla de serviços de extensão, com o Estado a funcionar com a entidade que providencia e financia os serviços da extensão serviços, e desempenhando também o papel de coordenação da provisão da Extensão Agrária por outros. O Sistema Unificado da Extensão, SUE, reúne toda a capacidade técnica do MINAG num só tecto, para a prestação dos serviços da extensão, o que requer uma boa coordenação dentro do MINAG assim como ao nível provincial e distrital. O papel de coordenação no SUE e no SISNE vai ser tornado possível através de mecanismos fortes de monitoria e avaliação ao nível local reforçando quer a prestação de contas aos beneficiários, para os produtores e processadores locais, quer a prestação de contas para os níveis superiores, i.e. para as autoridades distritais e provinciais.

Ao longo do tempo, a proporção e o papel da extensão pública e privada vai mudar em Moçambique. Muito embora, a prestação da extensão directa por parte do Estado poderá vir a reduzir ao longo do tempo, o Estado vai continuar a providenciar o financiamento ainda durante muito tempo. A extensão pública irá mudar para uma estratégia em que o serviço público preenche as lacunas deixadas por outros provedores de serviços, quer em áreas temáticas quer em áreas geográficas. A provisão de serviços da extensão pelas ONGs e pelo sector privado vai ser complementada pelos serviços da extensão pública e não vai substituí-lo como provedor de serviços e financiador, durante a vigência do Plano Director da Extensão entre 2007 e 2016. O Estado tem de ser informado sobre o que os outros provedores da extensão estão a fazer e tem de jogar o papel de órgão de coordenação aos níveis central, provincial e distrital. O Estado deve certificar-se de que cada ONG tem uma 'Estratégia de Saída' apropriada, de acordo com os respectivos planos de desenvolvimento distrital e provincial. A coordenação é igualmente necessária para uma cobertura adequada e complementar e para evitar a competição num mercado de conhecimento que se encontra ainda na fase embrionária.

7.2.3 Organizações dos Produtores (OP)

As organizações dos produtores são importantes para o fortalecimento da procura dos serviços extensão, pois estas podem alcançar mais agricultores (aumentar a eficiência), facilitar a participação nas actividades de extensão e de aprendizagem (aumentar a eficácia), e desenvolver recursos humanos e o capital social. As funções das organizações de produtores variam das de um cliente (que recebe serviços) para as de um parceiro (que ajuda na prestação de serviços) e para as de agência de execução (providenciando serviços aos seus membros) e de financiador (financiando os serviços). Os produtores receberão assistência para apoiar a formação de associações e de comités locais da gestão da extensão com vista a promover a participação das comunidades nas iniciativas económicas rurais e para esta ter voz na gestão das actividades da extensão. As organizações dos produtores (OP) e, com efeito, todas as formas de capital social ao nível da comunidade podem contribuir para agregar e formular as exigências dos agricultores relativamente aos serviços agrários. O objectivo é criar as bases que possibilitarão aos agricultores, através dos seus grupos, associações e redes, determinar e articular as suas próprias necessidades

e aspirações; assumir a autoridade; e obter a capacidade de contribuir para influenciar o conteúdo dos planos de extensão distrital, o seu financiamento e implementação; exigir contas aos provedores de serviços do sector público e privado; e, deste modo, estabelecer um sistema participativo real que envolve os agricultores, o Governo, as ONGs e o sector privado. As organizações dos agricultores serão também cruciais para a promoção e identificação assim como para a formação dos produtores- promotores ou dos extensionistas comunitários. Montantes limitados do fundo serão disponibilizados como donativos complementares para esquemas ou iniciativas de grupos que sejam viáveis e bem fundamentadas, nos casos em que não estejam disponíveis outras fontes de financiamento. O PRONEA necessita de desenvolver guiões e procedimentos apropriados para a utilização do fundo. A harmonização das abordagens e a coordenação das actividades das várias organizações envolvidas na promoção da formação das organizações dos agricultores é necessária, especialmente em relação à capacitação e para se evitar a síndrome de dependência por parte das associações dos agricultores. Isto vai requerer a preparação de guiões apropriados e a formação dos técnicos da extensão; e a colaboração de todos os intervenientes (sector público, privado e ONGs).

7.2.4 O Papel das ONGs na Extensão Agrária

Historicamente, a maioria das ONGs internacionais envolvidas no trabalho da extensão em Moçambique prestaram no passado assistência humanitária. Em 1993, muitas ONGs internacionais começaram a desenvolver a capacidade de implementação de acções relacionadas com o desenvolvimento rural, extensão, organização dos agricultores, e projectos de saúde. As visões, objectivos, abordagens e metodologias das ONGs nacionais e internacionais que presentemente prestam serviços de extensão em Moçambique variam consideravelmente. Algumas ONGs apoiam a criação e o desenvolvimento das organizações de produtores; outras apoiam o desenvolvimento rural em geral, e outras dão enfoque à investigação e à gestão dos recursos naturais.

As lições e a experiência mostram que existem oportunidades para as ONGs e para a extensão pública unirem forças e trabalharem de forma conjunta de uma maneira que resulte no fortalecimento mútuo. Por exemplo, a experiência das ONGs na formação de organizações dos produtores e relativamente a programas de desenvolvimento dos recursos humanos poderia complementar as aptidões técnicas do serviço de extensão pública.

Presentemente, as novas ONGs internacionais que pretendem trabalhar em Moçambique devem obter uma autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros relativamente as províncias e distritos em que preferem trabalhar, mas devem obter uma aprovação informal ou formal ou orientação da DNEA. As novas ONGs deveriam ter de discutir o seu local preferido de actuação com a DNEA, com a Direcção Provincial da Agricultura e por fim com as autoridades distritais para encontrar oportunidades de realização de actividades conjuntas.

Em função da situação acima descrita, está prevista a promoção da participação das ONGs (especialmente das ONGs locais) na prestação dos serviços de extensão. Assim, o serviço da extensão pública irá empregar, numa base contratual, os serviços de ONGs locais e irá apoiar o seu desenvolvimento.

7.2.5 O Papel dos Provedores de Serviços do Sector Privado

O sector privado tem um papel crucial na provisão de crédito aos produtores e no investimento na produção de equipamento e maquinaria de processamento simples, na construção de tanques para a piscicultura, na irrigação de pequena escala, e na provisão de serviços de saúde animal, espaço de armazenagem e áreas afins. Algumas empresas privadas possuem o seu próprio pessoal da extensão e algumas usam o pessoal da extensão das ONGs ou do Estado. Porque o nível de desenvolvimento do sector privado é relativamente limitado nas zonas rurais, o serviço da extensão pública vai tomar medidas para promover a criação de um ambiente favorável para este sector poder crescer e contribuir no que lhe compete para o desenvolvimento da agricultura. As organizações do sector privado como no caso das principais cadeias do mercado para as culturas de rendimento (tabaco, algodão e caju) têm um papel importante a jogar no âmbito da sua contribuição para o esforço nacional da extensão agrária. Assim, o serviço da extensão pública irá providenciar fundos complementares para a formação profissional e para aconselhamento sobre a gestão empresarial com vista a fortalecer ainda mais os provedores de serviço do sector privado; assim como para a contratação dos provedores de serviço do sector privado com ênfase especial para as pequenas e médias empresas (PMEs).

7.3 Abordagem da Extensão

7.3.1 Considerações gerais

A abordagem tradicional de Treinamento e Visitas da Extensão Agrária foi modificada e continua ainda a ser modificada (DNEA, 2006), até o ponto em que vai deixar de ser T&V. O PRONEA está, através da capacitação ao nível distrital, a substituir o T&V por uma outra abordagem da extensão que se baseia nos princípios da aprendizagem interactiva, orientação baseada na procura, prestação de contas aos beneficiários e a sua capacitação. Todos os distritos terão recebido apoio em termos de capacitação até 2011 tendo em vista a implementação da abordagem participativa de aprendizagem sobre a extensão. A introdução da nova abordagem terá de ser gradual para se evitar descontinuidade do programa normal mas também para acompanhar o desenvolvimento da capacidade e fazer face à resistência em relação as mudanças. Um elemento chave seria também de harmonizar a abordagem ao nível do distrito com todos os actores na área de extensão rural no distrito.

7.3.2 Extensão baseada na aprendizagem participativa

A implementação vai ser baseada na realização de testes e no uso de modelos da extensão que se coadunam com os requisitos e condições dos produtos e das diferentes circunstâncias nacionais e regionais. Os modelos e a abordagem pode variar dentro e entre províncias. A imposição de um modelo/abordagem de extensão uniforme vai ser evitada, permitindo assim que cada província tenha a oportunidade de experimentar e adoptar abordagens que se adequam às suas circunstâncias específicas (Birner et al., 2006).

A NEPAD (2002) recomendou quatro abordagens para encorajar os pequenos agricultores a adoptarem novas tecnologias, que se relacionam com a abordagem

dos sistemas de inovação agrária que requerem a interacção não só com uma variedade de provedores da tecnologia, mas também com as finanças rurais, mercados e através das organizações dos produtores. Os mecanismos são: (i) Promover o desenvolvimento de serviços financeiros rurais financeiramente sãos; (ii) Apoiar organizações voluntárias de produtores que reduzam os riscos e os custos de adopção; (iii) Partilhar os riscos e os custos da adopção de novas tecnologias através da disponibilização de donativos complementares às organizações de produtores e a outros; e (iv) Criar condições para os agricultores terem acesso ao conhecimento de diversas fontes.

O novo Plano Director da Extensão e o PRONEA irão promover uma abordagem participativa da extensão agrária que inclui, entre outras coisas, um processo de apoio a agricultores individuais e a grupos de agricultores com base nas suas circunstâncias, necessidades e sistemas de cultivo específicos. Está previsto que se continue com a implementação da abordagem SUE e que ao mesmo tempo se promova o Sistema Nacional de Extensão (SISNE) e as componentes da descentralização.

O serviço da extensão irá promover a planificação e a implementação participativa com um forte envolvimento da base, através da mobilização e organização dos produtores. Pretende-se empreender todos os esforços para que os beneficiários visados se transformem numa força coerente da mudança e para a auto-suficiência. A voz destes agricultores vai ter prioridade no processo de planificação, monitoria ao nível local e, assim, serão tomadas as medidas necessárias para que as suas necessidades sejam devidamente priorizadas e satisfeitas. A ênfase será sobre a facilitação da aprendizagem prática através da interacção com uma variedade de provedores do conhecimento.

7.3.3 Comunicação na Extensão

Vão ser usadas as diferentes oportunidades de comunicação de massa (televisão, rádio, panfletos, cartazes, grupos de escuta da rádio) para estabelecer a ligação com as populações rurais visando a montagem de campanhas de extensão dedicadas a questões específicas como o controlo das queimadas, tecnologia para a pós-colheita, e a agricultura de conservação. Vão ser desenvolvidas ligações estreitas com a SIMA e com o Ministério do Comércio, e vai ser disseminada informação sobre o mercado e sobre a agricultura nas línguas locais. A comunicação de massa vai se concentrar nos programas da rádio, porque o número dos que possuem aparelhos de rádios é alto nas zonas rurais (DNER 1997). Os grupos de escuta da rádio podem criar uma situação interactiva em que os produtores poderão exprimir as suas opiniões e reagir às mensagens transmitidas durante a campanha. Outros meios de comunicação como os panfletos, cartazes, folhetos, teatro, etc. irão também ser usados (DNEA 1997b). A unidade de comunicação dos serviços de extensão irá desenvolver relações de trabalho estreitas com a Direcção de Formação, Documentação e Transferência de Tecnologia do IIAM. A unidade de comunicação tem também de tirar vantagem das novas opções tecnológicas proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O uso da Internet e do correio electrónico será encorajado e promovido dentro do sistema da extensão para que os técnicos da extensão possam ficar ligado aos meios de comunicação de massa electrónicos. A DNEA vai possuir a sua própria página na Internet (www.dnea.minag.org.mz).

7.3.4 Colaboração com as Escolas Rurais

A colaboração com as escolas rurais vai ser consolidada através de um protocolo assinado entre o MINAG e o Ministério da Educação. Cada extensionista do sector publico irá trabalhar com pelo menos uma escola rural, resultando em 1024 escolas básicas em 2011. O serviço da extensão irá participar na formação dos alunos, na demonstração das opções tecnológicas, e na preparação dos materiais de formação. Esta abordagem de se trabalhar com as escolas vai trazer uma vantagem acrescida ao serviço de extensão na transferência de opções tecnológicas aos produtores. Os alunos vão ajudar no processo de transferência e alguns deles, como futuros agricultores, irão adquirir o conhecimento sobre práticas agrárias melhoradas. O número de escolas que estão a receber assistência da extensão vai subir de 349 (2005) para pelo menos 1024 escolas e possivelmente para mais, se os extensionistas da extensão privada, das ONGs e pública forem envolvidos. O programa das escolas vai também extrair lições das *Junior Farmer Field and Live Schools* apoiadas pela FAO, estando 28 estabelecidas em Manica e Sofala. As JFFLS providenciam não só uma abordagem inovadora para a aprendizagem familiar sobre a agricultura através das crianças, os futuros agricultores, mas proporcionam também opções para os órfãos.

7.4 Planificação, Monitoria e Avaliação

O processo de descentralização, o reconhecimento da necessidade da provisão de serviços orientada pela procura, o papel das organizações de agricultores e outros actores locais deverá decorrer em paralelo com a planificação, monitoria e avaliação participativas. O Governo estabeleceu a legislação sobre a descentralização em relação às finanças locais e à sua administração, o que deverá vir a ser implementado com a aprovação dos respectivos regulamentos e directrizes. Isto vai ajudar a satisfazer as necessidades dos produtores através de actividades desenhadas e implementadas com a participação plena dos níveis mais baixos da governação local, em que o desempenho e a prestação de contas possam ser imediatamente avaliados e garantidos. Estas medidas vão criar condições para um certo nível de desconcentração que ao longo do tempo criará condições apropriadas para uma planificação, implementação, e monitoria e avaliação fortes ao nível local. Deve-se dar ênfase ao desenvolvimento do sistema de planificação e de M&A da Extensão Agrária a todos os níveis. Um desafio importante é obter atenção suficiente atenção para a Extensão Agrária na agenda do desenvolvimento local, nos PDDs, que inicialmente são facilmente dominados pelos sectores sociais.

7.4.1 Planificação

No âmbito da abordagem descentralizada da prestação da extensão, os processos de planificação serão participativos e irão envolver produtores e outros intervenientes. O pessoal da extensão a todos os níveis receberá formação sobre as técnicas e princípios participativos. Adicionalmente, os guiões de planificação do serviço da extensão necessitam de ser revistos e actualizados numa base regular. Os grupos da extensão, associações de produtores e comités de gestão da extensão que trabalham directamente com os extensionistas constituirão os pontos de partida para o início do

processo de planificação. Deve-se disponibilizar tempo suficiente para o processo de planificação para assegurar a participação dos intervenientes locais, antes de se submeter o plano para os níveis superiores no âmbito do processo de planificação para aprovação. O plano de actividades dos extensionistas vai ser consolidado ao nível distrital e depois submetido ao serviço provincial da extensão para discussões adicionais e para consolidação. A orçamentação das actividades vai começar no nível distrital, pois o distrito é o centro de custos mais baixo. Isto está em conformidade com a actual política do Governo de caminhar para uma planificação distrital participativa, como forma de se alcançar uma melhor transparência e governação local. Os planos distritais não deveriam ser rígidos e devem ser suficientemente flexíveis para acomodar mudanças razoáveis durante a implementação. Os planos vão ser preparados com base nos planos das comunidades, com base em técnicas participativas de avaliação rural. Os serviços distritais da extensão irá receber apoio técnico quer do serviço provincial da extensão ou o serviço de extensão poderá usar os serviços dos provedores de serviço do sector privado numa base contratual. O Serviço Provincial de Extensão Agrária irá apresentar o plano consolidado de actividades e o orçamento à Direcção Provincial da Agricultura para aprovação. Ao mesmo tempo, o Serviço Provincial de Extensão irá participar na reunião nacional anual do PRONEA que se ocupa da harmonização dos planos e dos orçamentos. As reuniões distritais, provinciais e nacionais serão alargadas a outros intervenientes. O processo de planificação descentralizada vai também criar as condições básicas para um sistema funcional de monitoria e avaliação começando nos distritos, e passando para o Serviço Provincial da Extensão/Direcção Provincial da Agricultura e depois para o nível central.

7.4.2 Sistemas de Informação para a Gestão, Monitoria e Avaliação

A capacidade de monitoria e avaliação do serviço de extensão pública vai ser reforçada e consolidada a todos os níveis e será integrada no Sistema de Monitoria do MINAG para o desempenho do PROAGRI II. Embora os indicadores chave tenham sido estabelecidos para a Extensão Agrária pública no PARPA e no PES, indicadores mais detalhados da Extensão Agrária terão ainda de ser desenvolvidos e quantificados (vide o anexo). O PARPA II foi recentemente definido pelo MINAG, mas terá de ser desenvolvido ainda mais para permitir uma monitoria adequada e realista assim como a recolha de dados ao nível provincial e distrital, dados que também poderão ser verificados e inspeccionados. O número de agregados assistidos inclui todos os outros indicadores, que são apenas ilustrativos e não são cumulativos e.g. agregados das associações assistidas fazem parte do total dos agregados assistidos. O PARPA II e o PROAGRI II têm como meta para 2009 relativamente à Extensão Agrária pública directa, incluindo a terciarização, a assistência a 500 000 agregados de pequenos produtores. A meta para 2007 é de 222 300 agregados. O aumento vai ser conseguido essencialmente através do envolvimento de outros provedores de serviços por meio da contratação de provedores de serviço das ONGs e do sector privado, mas também através do envolvimento de produtores-promotores (Tabela 5). A qualidade desta assistência vai também aumentar com base numa taxa de adopção que vai passar de 28% em 2005 para 36% em 2009 dos agregados assistidos, que terão adoptado pelo menos uma nova tecnologia (PARPA, 2005). O aumento na adopção devido a esta assistência directa coloca-se no topo da adopção que tem sido referido no TIA. O Inquérito aos Agricultores (TIA) mede a adopção efectiva de novas

tecnologias ao nível de todos os agregados dos pequenos produtores, que deverá passar de 15% em 2005 para 20% dos agregados familiares contactados que adoptam pelo menos uma nova tecnologia de produção intensiva quer através da extensão pública ou através de outras fontes de tecnologia em 2009. Para 2016 está prevista uma meta de 700 000 agregados familiares assistidos pelo serviço de extensão pública dos quais um número adicional de 20% terá adoptado pelo menos uma nova tecnologia, o que cumulativamente para o grupo beneficiário iria representar 40% (ASP, 2005).

Tabela 5 Indicadores do PARPA II para a Extensão Agrária Pública, incluindo a Terciarização

Actividade	Indicador	De 2005 a 2009	PDE 2016
Difusão e disseminação de tecnologias agrárias	Número de novos pacotes tecnológicos disseminados anualmente	7 em 2007	Ainda por estabelecer
	Número de pequenos produtores assistidos pela Extensão Agrária pública	177 000 a 500 700	700 000
	Número de horas de radiodifusão com mensagens sobre a extensão	80 a 260 horas	Ainda por estabelecer
Adopção da tecnologia agrária	% de todos os agregados que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia (verificado pelo TIA)	15% a 20%	20%
	% dos agregados assistidos adoptando uma nova tecnologia (estudos de adopção)	28% a 36%	40%, 20% como resultado do PRONEA
Distribuição de material propagado vegetativamente	Número de plantas (enxertos, rebentos distribuídos)	1150000 em 2007	Ainda por estabelecer
	% de famílias assistidas que recebeu material de plantio	16 000 a 50 000	70 000
Assistência às organizações de produtores	Número de associações de produtores assistidos pelo MINAG ¹	2 476 a 4 250	Ainda por estabelecer
Melhoria da provisão de serviços veterinários	Número de galinhas vacinadas contra a Doença de Newcastle	1 988 000 a 3 600 000	Ainda por estabelecer

O Sistema de Informação e Gestão, como parte do sistema do MINAG para o PROAGRI vai ser estabelecido e irá gerar informação oportuna e relevante e dados para a tomada de decisões de gestão e para a avaliação da intervenção da extensão. O sistema de M&A irá providenciar dados necessários para a preparação de relatórios periódicos para a condução de estudos anuais de avaliação do impacto e para as revisões periódicas da implementação das actividades. Ao nível Central e Provincial existirão Unidades de Planificação, Monitoria e Avaliação. O sistema de monitoria tem de ser útil para os gestores a todos os níveis de operação. O sistema irá promover um fluxo de informação de dois sentidos. Os dados e a informação gerada pela monitoria de rotina das actividades de extensão vão ser usados para a gestão e para o funcionamento das actividades da extensão, para a revisão do

¹ Há necessidade de uma maior divisão em grupos associativos e associações reais, como a maior parte se encontra registada nos relatórios provinciais dos serviços da extensão

desempenho do passado e para a identificação dos melhoramentos necessários na gestão. Deste modo, o sistema de monitoria irá:

- Tornar disponível informação actualizada sobre as actividades de extensão com vista a possibilitar a tomada de decisões em tempo útil a todos os níveis e gerar a retro-alimentação;
- Melhorar o fluxo da informação e comunicação entre as várias agências envolvidas nas actividades de extensão com vista a promover a coordenação das actividades; e
- Estabelecer uma base de dados para fácil referência e para as avaliações periódicas e *ex-post* do impacto das actividades da extensão.

O sistema irá acompanhar as intervenções da extensão em tempo oportuno para assegurar que as metas chave da implementação sejam alcançadas como as visitas aos agricultores, demonstrações, colocação de pessoal, formação, calendário para os relatórios e actividades afins. Os Serviços Provinciais de Extensão irão manter um registo dos provedores de serviços, que será actualizado regularmente. O registo irá incluir informação básica, como as qualificações, recursos humanos, aptidões de desenvolvimento agrário, experiência no uso de aptidões e métodos participativos; gestão dos recursos naturais, actividades relacionadas com o HIV/SIDA, análise e inclusão do género; formação e capacitação; planificação e M&A participativa.

A monitoria e a avaliação do PRONEA vai ser integrada no sistema de M&A do MINAG para o PROAGRI II ao nível nacional, provincial e distrital, como se segue:

- Ao nível do Objectivo Geral, os indicadores vão medir o impacto em termos de aspectos relacionados com os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, como já previsto nos sistemas de revisão geral do PARPA e do PES através do Quadro de Avaliação do Desempenho, QAD, e o Observatório da Pobreza, complementado por estudos de impacto específicos.
- Ao nível do Propósito do Programa, os indicadores irão registar as mudanças dentro do sector da agricultura, através do Instituto Nacional de Estatística, INE; dos Inquéritos às Famílias, IAF; do Inquérito Agrário periódico do MINAG, TIA e do Censo Agrário, CAP, assim como dos estudos sobre a adopção.
- Ao nível dos Resultados, os indicadores estarão relacionados com os resultados pretendidos a partir das componentes e sub-componentes do PRONEA:
 - (i) A Reorientação e Apoio do Sector Público vai ser medido através dos indicadores obtidos a partir das fontes existentes no MINAG, incluindo os relatórios do TIA e relatórios periódicos das províncias e dos departamentos do nível central;
 - (ii) A Promoção e Apoio ao Sector Privado/ONGs vão ser medidos com base nos indicadores provenientes do sistema de submissão de relatórios do nível distrital ao nível central assim como a partir das análises periódicas ad-hoc para as auditorias do retorno em função dos custos dos programas de extensão subcontratados;
 - (iii) O desenvolvimento do lado da procura vai requerer indicadores com enfoque sobre os grupos e associações de agricultores, a sua composição e representatividade assim como a sua capacidade de implementar e gerir actividades económicas rentáveis; e

- (iv) A Provisão de Serviços Agrários irá principalmente usar indicadores já incluídos no QAD e no TIA, complementados por mecanismos para a monitoria e avaliação participativa e estudos de adopção de locais específicos.
- Ao nível das Actividades, a monitoria será integrada nas ferramentas do MINAG contidas no PROAGRI para a planificação e prestação de contas, e esta será complementada pela monitoria participativa dos resultados das actividades e pelo desempenho dos provedores de serviço.

A actividade de Monitoria e Avaliação participativa vai ser desenvolvida como uma ferramenta de aprendizagem para provedores dos serviços da extensão ao nível das actividades. Os produtores irão fazer a monitoria do desempenho da provisão de serviços com base nos indicadores de desempenho estabelecidos, mas indicadores de desempenho adicionais serão desenvolvidos pelos próprios agricultores. A avaliação participativa por parte dos agricultores conjugada com a auto-avaliação dos provedores de serviços irá trazer pontos de aprendizagem importantes para o melhoramento da qualidade do serviço. As lições da experiência das Escolas na Machamba do Camponês assim como de ferramentas como o Cartão de Classificação da (“Score Card”) Comunidade e a Gestão do Desempenho Baseada na Comunidade (“CBPM”) serão usadas.

As actividades principais do sistema da extensão devem ser documentadas e disponibilizadas em tempo oportuno. O sistema de submissão de relatórios existente e os respectivos formatos deveriam ser melhorados e actualizados. As unidades de planificação, monitoria e avaliação ao nível provincial e central são responsáveis pela coordenação e compilação dos relatórios. Os relatórios necessitam de medir o progresso físico e financeiro do programa da extensão. A avaliação do impacto e os relatórios sobre a adopção também fazem parte do sistema de submissão de relatórios. Os relatórios, para além dos aspectos relacionados com as actividades, irão também incluir informações sobre a fonte, o fluxo e o uso dos fundos. O sistema de submissão de relatórios incluirá ainda informações sobre as actividades principais dos intervenientes nos serviços de extensão com vista a facilitar o fluxo e a troca de informações no âmbito do Sistema Nacional da Extensão (SISNE).

Em estreita colaboração com o Centro para Estudos Socio-Económicos (CESE) do IIAM, estudos sobre a adopção assim como avaliações participativas serão realizadas para determinar a taxa de adopção bem como para obter *feedback* sobre o conhecimento tecnológico disseminado. A taxa de adopção para todos os agregados assistidos foi fixada em 20%, independentemente das tecnologias providenciadas e independentemente do provedor. A validação das taxas de adopção é crucial para a planificação, assim como para a afectação dos recursos. As províncias irão criar a capacidade institucional e humana para a realização de estudos e análises de adopção simples enquanto ao nível central a preocupação principal será com a avaliação e análise do impacto.

O sistema de extensão necessita de desenvolver a capacidade de avaliação do impacto do sistema da extensão. As actividades de avaliação e de análise do impacto serão realizadas em colaboração com as unidades relevantes dentro do Ministério como o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e a Direcção da Economia. O sistema de avaliação vai concentrar-se nas avaliações e análises profundas do impacto a serem realizadas por equipas multidisciplinares externas com a participação activa do pessoal da extensão. Uma “avaliação contínua” interna vai

ser levada a cabo, envolvendo principalmente o pessoal da M&A e outros técnicos da extensão. A medida que se tornar necessário, as actividades da avaliação contínua serão apoiadas por equipas externas. As avaliações contínuas irão consistir em inquéritos rápidos no terreno de um pequeno número de agricultores seleccionados de forma aleatória, enquanto a avaliação profunda incluirá estudos de caso, um inquérito de linha de base e uma avaliação no final do programa. O estudo da avaliação do impacto deverá gerar dados necessários para a avaliação do que foi alcançado em termos de capacitação institucional pelo programa, a taxa de adopção dos produtores, o seu impacto e eficácia de custos relativamente aos objectivos e estratégias da extensão. O estudo da avaliação do impacto irá avaliar o desempenho em função do plano geral e dos recursos atribuídos; e identificará os constrangimentos e as soluções, e apresentará recomendações. O sistema irá também estudar a reacção dos agricultores em relação ao serviço de extensão providenciado. O sistema de avaliação do impacto irá, adicionalmente, avaliar o envolvimento das mulheres e o impacto do serviço de extensão no seu bem-estar.

7.5 Desenvolvimento da capacidade de extensão agrária

7.5.1 Termos de referencia do extensionista

O extensionista é o ponto de contacto com os agricultores e actuará como o catalizador/facilitador dentro da abordagem da extensão participativa. A sua principal responsabilidade será a de trabalhar com os grupos de agricultores, formar os agricultores, realizar visitas regulares, apoiar na identificação dos seus problemas, organizar demonstrações no terreno, e dias de campo, explicar as novas opções tecnológicas, práticas de cultivo, e dar informação sobre os mercados, encorajar os agricultores a testar e comparar essas opções com as suas práticas actuais, e promover a troca e a disseminação da informação no seio dos agricultores e fazer a retro-alimentação aos Técnicos Ramais (TRs) e aos Centros Zonais de Investigação. A meta de desempenho para o extensionista é realizar as actividades da extensão, com base nas necessidades identificadas, e uma interacção regular com uma media de 250 agregados familiares anualmente. Os grupos e associações de produtores vão ser usados como os principais portadores das mensagens, de e para o extensionista ou provedor de serviço, e de grupo para grupo. Está igualmente previsto o estabelecimento de produtores-promotores que vão trabalhar estreitamente com os extensionistas para servir de canais de comunicação e, a longo prazo, como conselheiros no processo de extensão e desenvolvimento agrário. O extensionista vai organizar visitas regulares com os grupos de acordo com um calendário que tenha sido desenvolvido em colaboração estreita com os membros dos grupos, mas deverá ser pelo menos uma vez por mês. Os grupos irão proceder a monitoria do desempenho do funcionário da extensão com base em critérios a ser estabelecidos em parte pelos próprios grupos. Na medida do possível, o extensionista irá trabalhar com os grupos existentes, com base no inventário distrital realizado, ao invés de formar novos grupos.

Os extensionistas irão apoiar os produtores a diversificar as suas actividades agrárias através do acréscimo de novas actividades geradoras de receitas, como a produção de animais de pequena espécie, apicultura, fruteiras, processamento e trabalhos não agrários na construção de casas e na comercialização. O trabalho de extensão distrital inclui também o apoio às organizações de produtores e grupos da comunidade na gestão dos recursos naturais. Técnicos distritais irão apoiar a formação de comités

locais da gestão da extensão através dos quais os próprios produtores podem desempenhar um maior papel na gestão dos programas locais de Extensão Agrária.

7.5.2 Competências do extensionista

Com a mudança no paradigma da extensão para uma extensão mais participativa na base de aprendizagem interactiva, o ambiente de intervenientes múltiplos e com papéis mais de facilitação por parte dos funcionários da extensão resultante do processo de descentralização, as competências que os funcionários da extensão necessitam estão a mudar. Ao mesmo tempo, os serviços da extensão ao nível provincial e distrital enfrentam o desafio da gestão da extensão, não só porque os modelos introduzidos pelo nível central vão ser gradualmente abandonados, mas também porque a extensão pública vai cada vez mais desempenhar o papel de coordenação num sistema múltiplo de prestação de serviços.

Para além de usar pessoal de alto nível, o serviço de extensão vai ter de preparar perfis de competência, realizar avaliações das necessidades de formação, guiões e materiais de formação para apoiar na implementação de programas de formação de curta duração para os técnicos da extensão a todos os níveis. O currículo para o curso de pré-admissão que está a ser usado para a formação de pessoal recém recrutado vai ser revisto e actualizado. Os guiões e os materiais de formação sobre questões importantes (abordagens participativas, dinâmica de grupo, gestão dos campos de demonstração, organização dos agricultores, comercialização, gestão dos recursos naturais, monitoria e avaliação participativas, aptidões de facilitação, etc.) vão ser preparados para serem usados, especialmente pelos técnicos da extensão da linha da frente. O serviço da extensão necessita de colaborar com investigação e faculdades de agricultura no desenvolvimento dos materiais de formação.

Ao nível distrital o requisito mínimo de educação para os extensionistas será o de técnicos médios, e para os supervisores universitários a graduação universitária. O contributo dos especialistas técnicos vai ser necessário para dar assistência e providenciar apoio técnico aos supervisores e extensionistas. Ao nível provincial, o chefe dos Serviços Provinciais de Extensão, o oficial de tecnologia e o técnico de planificação e monitoria deveriam todos ter um grau universitário. Os restantes técnicos poderiam ter o nível médio. O pessoal técnico da extensão tem de aplicar o conhecimento técnico que adquiriram em condições socio-económicas, culturais e agrárias específicas ao invés de tentarem usar mensagens previamente empacotadas. Para além da formação técnica, os técnicos da extensão necessitam de formação em técnicas participativas e em métodos de trabalho com os agricultores, assim como novas aptidões e a mudança de atitudes.

Em resumo, os agentes da extensão devem ser capazes de compreender uma situação que muitas vezes é complexa, ter a capacidade técnica de identificar e diagnosticar problemas, possuir aptidões de gestão económicas para aconselhar sobre a rentabilidade das novas tecnologias numa base recorrente e com um nível de risco aceitável. Por outras palavras, deverão poder aconselhar sobre todos os aspectos de plano de negócios simplificado. Com vista a equipar os técnicos da extensão com as aptidões, conhecimento e atitudes necessárias, a formação a curto e longo prazo é importante para a manutenção de pessoal bem motivado e de qualidade. O desenvolvimento da carreira com base nos princípios da aprendizagem ao longo da vida constitui um incentivo importante para os funcionários da extensão.

7.5.3 Carreira de Extensionista

A maior parte dos extensionistas são contratados e não entraram ainda no quadro. Para os extensionistas do quadro nunca houve evolução nas remunerações, nem na base de número de anos no serviço e nem na base de desenvolvimento das competências. Na base das referidas mudanças da visão da Extensão surge a necessidade de novas competências para os extensionistas, assim vai se elaborar uma proposta para a carreira de extensionista.

Ao mesmo tempo será necessário a implementação dos Estatutos dos Funcionários Públicos, que prevêem a aplicação de subsídios de campo e de incentivos de desempenho. De um modo geral, um sistema de incentivos para os extensionistas com base no desempenho ao invés de incentivos fixos em dinheiro ou em espécie tem de ser desenvolvido com alguma urgência, como já foi recomendado no primeiro Plano Director da Extensão. Experiências da abordagem de EMC com a gestão do desempenho dos extensionistas baseada na comunidade precisam de ser consideradas na determinação dos incentivos.

7.5.4 Condições e meios de trabalho

Para além dos extensionistas terem uma remuneração razoável e essencial de se criar melhores condições de trabalho para se poder atrair e manter os extensionistas no meio rural ou seja nos postos administrativos e nas comunidades e na função pública.

(i) Habitação

Os Extensionistas são os quadros do Ministerio de Agricultura que mais próximo se encontram dos produtores nas zonas rurais. Estes necessitam de ter habitações razoáveis nestes locais de trabalho. Os extensionistas trabalham ao nível do distrito e respondem administrativamente ao Governo Distrital. Neste caso, os Distritos devem ter responsabilidade para a disponibilização de casas para extensionistas. Entretanto a proveniência da verba para construção destas casas poderá ser do orçamento do distrito, ou do MINAG através dos vários Programas ou até de outros parceiros aos vários níveis. De qualquer das maneiras é necessário que os extensionistas tenham condições de habitação nestes locais. Nem todos os extensionistas actuais têm uma casa própria, pelo menos os 500 extensionistas adicionais vão precisar de casa.

(ii) Transporte

Numa situação ideal prevê-se uma viatura para cada equipa distrital de extensão ou seja para os supervisores das equipas. Os extensionistas precisam de uma motorizada para poder implementar os seus termos de referência. Na base de um levantamento local dos meios de transporte define-se ao nível distrital quais são os recursos existentes e necessários e planificar-se-ão na base destas necessidades. Promotores vão precisar de bicicletas.

(iii) Equipamento

Extensionistas precisam de material de trabalho, e esta situação está prevista nos Estatutos de Funcionários de Estado. Um KIT completo inclui entre outros material de pulverização, tendas, fardamento, mochilas e outro equipamento. Com vista ao melhoramento de contactos com extensionistas deve se considerar um apoio ao uso de telemóveis pelos extensionistas.

8 INVESTIMENTO PARA O PLANO DIRECTOR DA EXTENSÃO 2007-2016

8.1 Introdução

O plano de investimento é indicativo e ficará sujeito a revisão e modificações. Cada Província, em consulta com a DNEA, fará ajustamentos tomando em consideração as condições dentro das suas respectivas áreas de operação, durante a preparação do plano operacional da província. Vão ser disponibilizados recursos para a coordenação técnica, supervisão, e para a monitoria e avaliação, e ainda apoio institucional e técnico ao nível central e os respectivos recursos para a transferência de tecnologia para a extensão provincial e para a coordenação das actividades, assim como para a implementação das actividades de extensão ao nível distrital. A duração do programa é de dez anos, mas o financiamento no contexto do PRONEA foi planificado para 8 anos.

8.2 Financiamento

8.2.1 Programa Nacional de Extensão Agrária, PRONEA

O orçamento da extensão pública durante o PROAGRI I foi de cerca de USD 15 000 000 durante cinco anos, baseado nos dados do Fundo Comum como os de diferentes projectos. Com base na dimensão dos distritos e da presença e funcionamento da rede da extensão, o orçamento disponível para as actividades ao nível distrital iria variar entre quase zero e USD 40 000, com uma média de USD 17 000. O orçamento para a extensão pública como parte da componente das funções nucleares mínimas do PROAGRI II foi fixado em USD 29 800 000 para os cinco anos do PROAGRI II, sem incluir as actividades efectivas orientadas pela procura. O período completo do presente Plano Director da Extensão irá consequentemente necessitar de pelo menos USD 60 milhões para o período de dez anos.

O Programa Nacional da Extensão Agrária, PRONEA, formulado para 2007-2014² tem um orçamento previsto de USD 50 milhões para o referido período. No período de cinco anos do PROAGRI II este ascende a USD 30 milhões. O IFAD irá contribuir com um montante total de USD 20 milhões, ou seja 39,3% dos custos totais do Programa, na forma de um empréstimo com termos altamente concessionários, dos quais quase 50% será para a provisão de serviços ao nível distrital e provincial; cerca de 25% para o desenvolvimento orientado pela procura, nomeadamente para apoiar as associações e grupos de agricultores; outros 20% para apoiar os provedores de serviço do sector privado; e perto de 5% para apoio directo ao MINAG, maioritariamente na forma de assistência técnica ao PROAGRI II. O Governo (e outros doadores através do apoio incondicional ao PROAGRI II) irão contribuir com um total de USD 30,1 milhão, ou seja 59,2% do custo total do Programa, do qual USD 3 milhões será para impostos e direitos e os restantes USD 27,1 milhões serão principalmente suster o nível actual de despesa pública na extensão, com algum investimento limitado na capacitação do sector público, nomeadamente para veículos e equipamento, e para a formação do pessoal da extensão. A contribuição do Governo compreende todos os seus recursos para a extensão ao abrigo do PROAGRI II excepto o empréstimo do IFAD, incluindo fundos contribuídos em apoio

² Elaborado com o apoio do IFAD, que designa a sua contribuição como Programa de Apoio à Agricultura.

ao orçamento geral e atribuídos pelo Governo ao MINAG para a extensão assim como fundos providenciados por outros doadores através do CFFM para a extensão. Os beneficiários das actividades do Programa deverão contribuir com USD 0,7 milhões, proveniente das empresas do sector privado /ONGs ou das associações dos agricultores como contribuição complementar em apoio ao investimento para o Programa. Presume-se que as associações dos agricultores terão de contribuir com 20% do investimento total, enquanto para os provedores de serviços do sector privado a contribuição será de 50% do investimento total (ASP, 2005).

8.2.2 Financiamento proveniente de fora do PROAGRI II

Para além deste financiamento directo à Extensão Agrária, do orçamento de investimento assim como do orçamento corrente ao nível nacional e das despesas de investimento e correntes ao nível provincial, existe também um orçamento disponível para cada Distrito³. Este orçamento para as actividades económicas locais vai em parte ser usado para o investimento na agricultura, principalmente na melhoria das infra-estruturas (irrigação, armazenagem, gaiolas de retenção, etc.).

Programas piloto especiais como as Escolas na Machamba do Camponês e as *Junior Farmer Field and Live Schools* são financiados numa base extra-orçamental pelo PAN II (apoiado pela FAO e pela Itália) e irão continuar a sê-lo no futuro imediato, ao tentar atingir 100 000 pessoas em 2008. As províncias podem também ter programas especiais de desenvolvimento com componentes da extensão, financiados por diversos, como o Programa do Vale do Zambeze financiado pelo Banco Mundial, assim como o apoio da FINIDA à extensão no Distrito de Mocuba, na Zambézia (DNEA, 2006). Para além disto, todos os programas de extensão das ONGs e extensão de vastas cadeias de culturas como o tabaco, algodão e caju são financiadas a partir de fora do referido orçamento do Programa Nacional da Extensão. Todos estes programas poderão ser financiados separadamente ou a partir de fora do PROAGRI II, mas seguem uma abordagem de extensão similar àquela que é defendida no presente Plano Director da Extensão.

8.3 Justificação do Investimento

A viabilidade do PRONEA ao nível de toda a economia foi estimada através duma análise económica de custo-benefício e medida pela Taxa Económica de Retorno (TER). Os cálculos basearam-se em modelos de agricultura emulados pela adopção da tecnologia, tendo como pressupostos custos e benefícios ao longo de 20 anos. O fluxo de custos e benefícios económicos para o cálculo da Taxa Económica de Retorno (TER) foi detalhado dos documentos de referência para o PRONEA (ASP, 2005). No cenário base, os investimentos do PRONEA geram uma TER aceitável de 12,1%, que é boa, considerando: (i) a natureza do programa, que visa principalmente providenciar serviços com um investimento produtivo limitado, e (ii) os pressupostos conservadores sobre o número de beneficiários e a taxa de adopção.

³ Em 2006 este montante ascendeu a USD 300 000 para cada distrito, mas em 2007 este vai basear-se nos dados populacionais e na incidência da pobreza.

O Programa contribuirá para o aumento da produção de diferentes produtos com base na adopção pelos grupos de beneficiários das tecnologias que aumentam a produtividade.

O maior aumento da produção é na cultura de girassol, que é uma cultura de rendimento nova, mas também porque a produção em 2003 foi mais baixa que a anterior e nos anos subsequentes devido á seca. A produção de girassol está expandindo rapidamente em Manica, onde há poucas alternativas de culturas para produção de óleo e há uma grande procura de bagaço de girassol para alimento animal. Outro incremento de culturas de rendimento tais como gergelim e castanha de cajú pode facilmente ser comercializados. Das culturas alimentares, milho, feijão, amendoim e arroz já são significativamente e o resultado adicional não trará grande constrangimento na venda; adicionalmente, já que a maior parte da produção alimentar será para consumo caseiro, em parte irá contribuir para a melhoria da situação da segurança alimentar familiar.

As perdas pos-colheita nas zonas rurais são reportadas serem tão altas como 30 % do resultado total da machamba. A introdução de tecnologias de gestão pos-colheita nas áreas do Programa também terão um efeito icrementador marcante. Irão melhorar a armazenagem dos camponeses e permitirão às famílias guardar seus produtos por períodos mais longos, incluindo a adição de valor pela introdução de alguns métodos de agro-processamento e permitindo os produtores procurar e encontrar melhor mercados. Elas também têm o objectivo de melhorar a diferenciação dos produtos e permitir aos produtores, principalmente mulheres, a poupar tempo e mão de obra no processamento dos produtos na machamba. As produções projectadas resultantes dos beneficiários primários do Programa são ilustradas e comparadas com os níveis nacionais de produção de 2002 na tabela abaixo.

Tabela 6 Programa do Incremento da Produção (ton/números vendidos)

Produtos	Resultados da Produção do PRONEA em ton/ano	Produção Nacional em ton e incremento em %	
	Total	TIA, 2002	%
Milho	31 618	1 178 792	3
Feijões	4 990	40 120	12
Amendoim	1 481	87 368	2
Gergelim	1 234	13 587	9
Algodão	3 703	75 098	5
Castanha de cajú	3 768	44 400	8
Girassol	1 294	3 997	32
Arroz	18 128	117 483	15
Cabritos	61 512	4 747 901	1
Galinhas	638704	17 646 679	4

O aumento apresentado da produção de galinhas e cabritos é em parte usado para consumo caseiro: 20% para cabritos e 40 a 75% para galinhas e parte para comercialização local. O incremento resultante do Programa pode facilmente ser absorvido pelo mercado local.

Tecnologias tais como de produção de batata-doce e mandioca através de material de multiplicação melhorado e melhoria na produção de galinhas pelo uso de vacina contra doença de Newcastle contribuíra principalmente para a melhoria da nutrição familiar. Pequenos excedentes que entram para o mercado são negligíveis em relação ao volume total do mercado.

8.4 Cenários de Despesas de Médio Prazo

Os cenários de despesa de médio prazo, CDMP, vão ser introduzidos no Ministério da Agricultura em 2007 contendo a planificação financeira que vai para além do plano anual de actividades e orçamento (PAAO).

Tabela 7 Resumo das Despesas do Programa Nacional da Extensão para 2007-2014 por Componentes

Componente	(USD '000)			% Divisas	% Base Total de Despesas
	Local	Externo	Total		
A. Desenvolvimento do lado da oferta					
1. Reorientação e Apoio do Sector Público	8 144	3 858	12 002	32	26
2. Promoção e Apoio do Sector Privado/ONGs	3 256	1 474	4 730	31	10
Sub-total Desenvolvimento do lado da oferta	11 400	5 332	16 732	32	36
B. Desenvolvimento do lado da procura					
1. Organização e Capacitação dos Agricultores	1 389	739	2 128	35	5
2. Desenvolvimento dos Grupos, Associações, Empresas	1 772	759	2 531	30	5
Sub-total do Desenvolvimento do lado da Procura	3 161	1 499	4 659	32	10
C. Provisão de Serviços Agrários					
1. Provisão de Serviços ao nível Provincial	5 826	1 134	6 960	16	15
2. Provisão de Serviços ao nível Distrital/Local	15 162	3 138	18 300	17	39
Sub-total da Provisão de Serviços Agrários	20 988	4 272	25 260	17	54
Total DESPESAS DA LINHA DE BASE	35 549	11 102	46 651	24	100
Contingências Físicas	63	42	104	40	-
Contingências de Preço	3 121	943	4 065	23	9
Total das Despesas do PROGRAMA	38 733	12 087	50 820	24	109

Antes da planificação anual deste CDMP poder ser introduzido, algumas medidas foram recomendadas (MINAGc, 2006): (i) revisão da lista das prioridades tendo em vista o desenvolvimento de um quadro lógico com objectivos, resultados, actividades em conformidade com o PARPA; (ii) selecção de uma ano como linha de base (2007 ou 2008) e orçamentação das despesas de investimentos e das despesas correntes para os dois anos seguintes; (iii) estimativa das receitas e despesas extra-orçamentais; (iv) estimativa das receitas do orçamento do Estado (receita própria e receita externa).

Os orçamentos elaborados para o Programa Nacional da Extensão Agrária, PRONEA (Tabela 6, Tabela 7 e 8) serão cruciais para o desenvolvimento dos CDMPs trienais, mas terão de ser consolidados com propostas de investimento para outros sub-sectoros do Ministério da Agricultura.

A despesa em curso do MINAG para a extensão na Tabela 6 foi colocada nas despesas correntes, pois considera-se que é um custo, baseado nos resultados dos anos passados, da existência do programa nuclear mínimo.

Tabela 8 Resumo das Despesas do Programa Nacional da Extensão por Conta de Despesa

Contas das despesas	(USD '000)			% Divisas	% Base Total De Despesas
	Local	Externo	Total		
I. Despesas de Investimento					
A. Meios de Transporte	979	1 239	2 218	56	5
B. Equipamento & Materiais	124	128	252	51	1
C. Formação e Workshops	6 791	2 910	9 701	30	21
D. Assistência Técnica e Estudos	165	1 481	1 646	90	4
E. Contratos para a Provisão de Serviços	6 009	4 006	10 015	40	21
F. Fundo de Investimento	1 176	504	1 680	30	4
Total das Despesas de Investimento	15 244	10 269	25 512	40	55
II. Despesas Correntes					
A. Despesas em curso do MINAG na Extensão	18 455	-	18 455	-	40
B. Salários e Subsídios	600	-	600	-	1
C. Operação e Manutenção	1 250	834	2 084	40	4
Total das Despesas Correntes	20 305	834	21 139	4	45
Total das Despesas de base	35 549	11 102	46 651	24	100
Contingências Físicas	63	42	104	40	-
Contingências de Preços	3 121	943	4 065	23	9
Total das Despesas do PROGRAMA	38 733	12 087	50 820	24	109

O orçamento da Extensão Agrária do PRONEA tem vindo a crescer rapidamente ao longo do tempo devido à expansão gradual da implementação do novo paradigma da extensão num grupo cada vez maior de distritos, até cobrir todos os distritos em 2011, após o que orçamento vai reduzir. O aumento do orçamento reflecte um grande investimento na capacitação ao nível distrital em termos de oferta e procura pelos serviços da extensão.

Tabela 9 Programa Nacional da Extensão Agrária: Orçamento (em USD '000) totais incluindo contingências

Componentes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
A. Desenvolvimento do lado da Oferta									
1. Reorientação e Apoio do Sector Público	1276	2187	3187	2379	1216	972	844	861	12921
2. Promoção e Apoio do Sector Privado/ONG	91	454	1029	1654	1411	430	0	0	5070
Sub-total Desenvolvimento do lado da Oferta	1367	2642	4216	4033	2627	1403	844	861	17991
B. Desenvolvimento do lado da Procura									
1. Organização e Capacitação dos Agricultores	0	72	378	808	770	268	0	0	2296
2. Desvto de Grupos, Associação e Empresas	0	0	53	337	905	1047	455	0	2796
Sub-total Desvto do lado da Procura	0	72	431	1145	1675	1315	455	0	5092
C. Provisão de Serviços Agrários									
1. Provisão de Serviços ao nível Provincial	606	690	778	975	1104	1126	1145	1172	7600
2. Provisão de serviços ao nível Distrital/Local	1000	1123	1687	2674	3313	3379	3446	3515	20137
Sub-total Provisão de Serviços Agrários	1606	1813	2464	3650	4417	4505	4591	4687	27737
Total dos Custos do Programa	2973	4527	7111	8827	8719	7223	5894	5548	50820

8.5 Considerações Específicas

Orçamentos mais detalhados foram preparados para o Programa Nacional da Extensão Agrária, PRONEA, para o período 2007-2016. Orçamentos adicionais poderão ser necessários para Distritos específicos com programas de afectação de recursos, possivelmente como parte do orçamento distrital integrado providenciado

através do MPD e do MF. As necessidades específicas relacionam-se com a habitação dos extensionistas no nível Distrital e dos Postos Administrativos assim como meios de transporte adicionais em termos de veículos para os distritos e novas motorizadas para todos os extensionistas, assim como outros incentivos possíveis, ainda por determinar, para os extensionistas de campo.

Sobretudo para os extensionistas adicionais no sector público serão precisas 500 habitações, estimadas na base de dados de DNEA, 2005, em custo basal de USD8000, que significara um montante ao nível nacional para dez anos de USD 4 000 000. Esta montante neste momento não esta incluído nos orçamentos totais de PRONEA, mas terá que ser visto ao nível de PROAGRI ou de Orçamentos Distritais.

Na mesma maneira estimou-se a necessidade em transporte (DNEA, 2005) que era de 116 viaturas de tracção a quatro rodas (central, provincial e por casa supervisor) e um total de 741 motorizadas, isto resulto num montante de USD 6 723 500, dos quais já forem orçamentados no PRONEA USD 2 218 000.

REFERÊNCIAS

- Alex, Gary, Willem Zijp and Derek Byerlee and others, 2002. *Rural Extension and Advisory Services: New Directions*. Rural Development Strategy Background Paper #9. Washington D.C.: World Bank.
- Anderson, Jock. R. and Gershon Feder, 2003, Agricultural Extension: Good Intentions and Hard Realities. *The World Bank Research Observer*. 19(1): 41 – 60.
- ASP, 2005. Agricultural Support Programme: Volume I: Main Report and Annexes; Working Paper 1: Community Development and Farmer Empowerment; Working Paper 2: Agricultural Development; Working Paper 3: Institutional and Programme Management Issues and Arrangements; Working Paper 4: Poverty and Development Perspective; Working Paper 5: Programme Costs, Financing and Financial and Economic Analysis. PROAGRI II and IFAD.
- Bias, Calisto and Cynthia Donovan, 2003. Gaps and Opportunities for Agricultural Sector Development in Mozambique. Research Report no. 54E. MAPUTO: MADER/DE Research Paper Series April.
- Birgegård L.E., 2006. A Review of the PARPA II, March 2006, SIDA.
- Birner Regina, Kristin Davis, John Pender, Ephraim Nkonya, Ponniah Anandajayasekeram, Javier Ekboir, Adiel Mbabu, David Spielman, Daniela Horna, Samuel Benin, and Wilberforce Kisamba-Mugerwa. March 2006. From "Best Practice" to "Best Fit": A Framework for Designing and Analyzing Pluralistic Agricultural Advisory Services Research. Brief IFPRI
- Boletim da República, 1987. Publicação Oficial da República Popular de Moçambique. I SÉRIE – Número 2. Diploma Ministerial n. 41/87.Maputo. 1987/83/25
- Boletim da República, 2006. Associações agro-pecuarias: Quadro legal. Decreto-Lei No 2/2006 de 3de Maio. I Serie, Numero 18.
- Boletim da República, 2006. Estatuto Orgânico do Governo Distrital. Decreto no 6/2006, 12 de Abril 2006. I Serie No 15.
- Boletim da República, 2006. Ministério da Agricultura. Diploma Ministerial No 202/2005 de 29 de Agosto de 2005. I Serie Numero 34
- Byerlee, Derek and Edith Hesse Polanco, 1986. "Farmers' Stepwise Adoption of Technological Packages: Evidence from the Mexican Altiplano." *American Journal of Agricultural Economics* 68(1): 519 – 527.
- Cabinet Council, 2006. Mozambique Science, Technology and Innovation Strategy (MOSTIS). Republic of Mozambique. Time Horizon: 10 years. Approved by the Cabinet Council in the 15th Regular Session on 27th June 2006.
- CdM, 2006. Estratégia da Comercialização Agrícola para 2006-2009. Aprovada na 11ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, CdM, do dia 2 de Maio de 2006.
- Coulter, Jonathan, Tiago Wandschneider and Fernando Carvalheira, 2004. Study on Contract Farming and Supply Chain Financing in Mozambique. London: Natural Resources Institute. Draft. August.
- CTA, 2004. Estratégias e Programas 2005 – 2009. Junho de 2004. Confederação Das Associações Económicas De Moçambique – CTA.

- DNEA, 2005. Extension Master Plan 2006 – 2010. Revised Draft. Ministry Of Agriculture. National Directorate of Rural Extension. Maputo, Mozambique, December 2005.
- DNEA, 2006. Programa Nacional de Segurança Alimentar, PAN II. Uma contribuição concreta aos objectivos do milénio. Direcção Nacional de Agricultura, Ministério da Agricultura.
- DNEA, 2006. Relatório e Procedimentos da Reunia Nacional de Extensão Agraria, Namaacha, Outubro de 2006..
- DNER. 1997. *Extension Master Plan*. Maputo: National Directorate of Rural Extension, Ministry of Agriculture and Fisheries, October.
- DNER. 1997a. Extension Master Plan, Annex. Modalities for Housing and Means of Transportation: Maputo, MADER, DNEA, August.
- DNER. 1997b. Extension Master Plan. Annex 8. Communication in Extension.
- Eicher, Carl K, 2002. Mozambique: An Analysis of the Implementation of the Extension Master Plan. Staff Paper No 2002-31. East Lansing, Michigan: Department of Agricultural Economics, Michigan State University. October
- Eicher, Carl K, 2002a. Building African Models of Agricultural Extension: A Case Study of Mozambique. Extension and Rural Development Workshop. Washington DC.: World Bank. November 12-15.
- Feder, G., A. Willet and W. Zijp. 1999, *Agricultural Extension: Generic Challenges and Some Ingredients for Solutions*. The World Bank. May 1999.
- Gautam, M. 2000, *Agricultural Extension: The Kenya Experience: An Impact Evaluation*. Washington DC: World Bank Operations Evaluation Department.
- Gemo, Helder and William Rivera, 2001. Mozambique's Move Towards a Pluralistic National System of Rural Extension. *Agricultural Research and Extension Network*. Network Paper No.10 London, ODI.
- Gemo, Hélder R., 2006 Recursos Humanos na Extensão Agrária Publica em Moçambique (1987-2006). Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, Direcção Nacional de Extensão Agraria. Ministerio de Agricultura.
- Gemo, Helder, Carl K. Eicher, and Solomon Teclmariam, 2004. Mozambique's Experience in Building a National Agricultural Extension System: 1987 – 2004. Maputo: DNEA.
- Kane, Sam and Carl K. Eicher, 2004. "Foreign Aid and the African Farmer." Staff Paper 2004 – 13. East Lansing, Michigan: Department of Agricultural Economics, Michigan State University. August. Available at http://agecon.lib.umn.edu/cgi-bin/pdf_view.pl?paperid=14820&ftype=pdf
- MADER, 1995. Política Agrária e Estratégia de Implementação (PAEI)
- Matsumoto, Tetsuo, Donal L Plucknett, and Kunio Takase, 2003. *Evaluation of the Sasakawa Global 2000 Program in Mozambique, 1995-2002*. Tokyo: Sasakawa Africa Association.
- MINAG, 2005. Regulamento Interno do Ministério da Agricultura (MINAG). Extensão Agrária: Artigos 23-26. Versão Final ainda publicada.

- MINAGa, 2006. Prioridades de Agricultura. Ministério de Agricultura. Versão preliminar.
- MINAGb, 2006. Plano Económico e Social, PES/2007. Direcção de Economia, Ministério da Agricultura, República de Moçambique, Julho, 2006.
- MINAGc, 2006. Metodologia de Construção do Cenário de Despesa de Médio Prazo (CDMP). Ministério da Agricultura, Setembro de 2006, 2ª versão.
- MPD, 2005 National Strategy for Decentralised Planning and Finance 2005-2015 (Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas, PPF). Ministério do Plano e Desenvolvimento, Direcção Nacional do Plano e Orçamento. (Draft for Discussion). August 2005.
- MPD, 2006. Estratégia de desenvolvimento Rural (EDR). Draft Final. Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Maputo, 28 de Setembro, 2006.
- Mytelka, L.K., 2000. "Local Systems of Innovation in a Globalized World Economy" *Industry and Innovation*, Vol.7, No.1, June 2000, p.18.
- Nagel, Uwe Jens, 1997. "Alternative Approaches to Organizing Extension: In *Improving Agricultural Extension: A Reference Manual*. Edited by B.E. Swanson, R. Bentz and A. Sofranco. Rome. FAO: 13 –20.
- NEPAD, 2002. Comprehensive Africa Agriculture Development Programme. New Partnership for Africa's Development (NEPAD). November 2002.
- PARPA II, 2005. Plano de Accao para a Reducao da Probeza Absoluta 2005-2009.
- PROAGRI II. 2004, *PROAGRI II: Strategy Document*. Maputo: (Ministry of Agriculture and Rural Development). March.
- Ruotsi, J., 2003. *Agricultural Marketing Companies as Sources of Smallholder Credit: Experiences, Insights and Potential Donor Role*. Rome: International Fund for Agricultural Development.
- Strange–Hansen, Jørgen, 2006. Definição de Funções Mínimas e Acções Estratégicas no Âmbito do PROAGRI. Relatório da Consultoria. Fevereiro de 2006. Consia Consultores, Dinamarca
- Swanson, Burton E. and Mohamed M. Samy, 2002. Developing an Extension Partnership among Public, Private and Nongovernmental Organizations. *Journal of International Agricultural and Extension Education*. 9(1): 5 – 10.
- Swanson, Burton E., 2004. Extension Strategies for Poverty Alleviation in a Global Economy. Paper presented at the 2nd International Conference on Agricultural Education on and Environment. Suwon, Republic of Korea, October 14.
- Teclerariam, S., Albertina Alage, Julieta Eliseu. 2000. The Formation and Role of Extension Management Committees. Maputo. DNER
- USAID, 2004. *Strategy for Linking Producers to Markets*. Washington DC:. U. S Agency for International Development
- Van den Ban A.W. and R.K. Samanta, 2006. *Changing Roles of Agricultural Extension in Asian Nations*. B.R. Publishing Corporation, India.
- Van den Ban, A.W. and H.S. Hawkins, 1996. *Agricultural Extension*. 2nd ed. Oxford:

Blackwell.

Walker T., R. Pitoro, A. Tomo, I. Siteo, C. Salência, R. Mahanzule, C. Donovan, and F. Mazuze, 2006. Priority Setting for Public-Sector Agricultural Research in Mozambique with the National Agricultural Survey Data. Research Report Series No. 3E. August, 2006. Directorate of Training, Documentation, and Technology Transfer, Institute Of Agricultural Research Of Mozambique, IIAM.

Walker, T., 1981. A Package versus a Gradient Approach in the Development and Delivery of Technology in Dry land Agriculture. Andhra Pradesh, India: ICRISAT

World Bank, 2002. AKIS (Agricultural Knowledge and Information Systems). Decentralization Agricultural Extension: Lessons and Good Practices. (Rural Development Family. Washington DC: World Bank, August.

World Bank, 2003. *Reaching The Rural Poor: A Renewed Strategy for Rural Development*. Washington D.C.: World Bank.

World Bank, 2005. Impacts of Extension Services in Rural Mozambique. Report 2005/015. ECON Analysis

Anexo 1 Quadro Lógico do Plano Director da Extensão 2007-2016

Lógica da Intervenção	Indicadores Objectivamente Verificáveis	Fontes de Verificação	Pressupostos
Objectivo Geral			
Contribuir para a redução da pobreza absoluta, para a segurança alimentar e para o melhoramento da qualidade de vida dos pobres das zonas rurais.	<p>Condições de vida melhoradas, manifestadas através de rendas mais altas e robustas, acumulação de bens pelos agregados/famílias e melhor condição de saúde e nutricional, particularmente no seio das crianças.</p> <p>Três Objectivos do Milénio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução da pobreza absoluta: • Redução do alastramento do HIV/SIDA, e • Desenvolvimento sustentável e ambientalmente sã. 	<p>Quadro de Avaliação do Desempenho (ao abrigo do PARPA), Planos de Avaliação Social e Económica (PESs), e Observatório da Pobreza</p> <p>Dados estatísticos sobre a renda dos agregados e estudos sobre a pobreza</p>	<p>Continuação do enfoque do Governo na redução da pobreza como uma prioridade</p> <p>Continuação do cometimento do Governo em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio</p> <p>Manutenção do apoio do Governo e dos doadores e aceleração do programa de governação descentralizada</p> <p>Apoio e cometimento dos parceiros do desenvolvimento</p>
Próposito do Programa			
Maiores retornos e segurança alimentar dos agregados melhorada, especialmente para as mulheres e homens que praticam a agricultura de subsistência, incluindo os agregados chefiados por mulheres e desfavorecidos, através dum aumento firme da eficiência da produção.	<p>Rentabilidade das actividades agrárias de pequena escala dos agregados chefiados por homens e mulheres.</p> <p>Comparticipação na produção e nas rendas pelos pobres, e crescimento da renda das mulheres a partir da agricultura.</p> <p>Progresso dos trabalhadores agrários tanto homens como mulheres e das suas famílias rumo ao desenvolvimento, comercialização e bem estar, dos mais pobres para os menos pobres/ categorias de rendas emergentes.</p>	<p>Dados estatísticos nacionais e inquéritos</p> <p>Relatórios de progresso e avaliações ao nível provincial e distrital</p> <p>Anexos do MdE do PROAGRI II – acordos anuais de financiamento, declaração das obrigações e esboço do calendário da intervenção e operação</p> <p>Sistema de M&A do PROAGRI II dentro do MINAG</p>	<p>Continuação da recuperação geral da economia do país</p> <p>Progresso complementar com outros pilares do sector do desenvolvimento: comercialização, infra-estruturas locais, Gestão dos Recursos Naturais e finanças rurais</p> <p>Apoio forte ao PROAGRI II por parte do Governo, sociedade civil e doadores</p>

Objectivos Específicos			
<p>1. Melhorar a capacidade de implementação dos programas da extensão dentro dum quadro pluralista e participativo</p> <p>2. Aumentar a capacidade técnica e de gestão dos produtores no processo da planificação, monitoria e avaliação e na provisão de serviços</p> <p>3. Providenciar serviços de extensão ao nível provincial e distrital para a promoção da produtividade agrária e o uso sustentável de recursos</p>	<p>1. Grau de descentralização, parceria e participação do sector privado e das ONGs na provisão de serviços; capacidade dos serviços públicos na supervisão da prestação de serviços de extensão de qualidade</p> <p>2. Grau de envolvimento dos grupos e organizações dos produtores na planificação, monitoria e avaliação, e na provisão de serviços ao nível provincial e distrital</p> <p>3. Aumento da produção e da renda, e eficiência na cadeia de valor</p>	<p>1. Relatórios periódicos e de avaliação de Meio Termo</p> <p>2. Relatórios periódicos e de avaliação de Meio Termo</p> <p>3. Inquéritos agrários, estudos de caso, relatórios do MIC sobre cadeias de valor prioritárias</p>	<p>Cometimento do Governo para com a implementação da reforma da política, descentralização e reforma institucional</p>

QUADRO LÓGICO – CONTINUAÇÃO

Lógica da Intervenção	Indicadores Objectivamente Verificáveis	Fontes da Verificação	Pressupostos
Resultados			
<p>1 Desenvolvimento da Oferta (para serviços de extensão/técnicos)</p> <p>1.1 Reorganização e apoio do Sector Público</p> <p>Reforço da capacidade de planificação e coordenação orientada localmente para a implementação ao nível central na Unidade do PROAGRI II, e na Direcção da Extensão e noutras afins.</p> <p>Capacidade de planificação e implementação competente pelo sector público estabelecida ao nível da localidade, do distrito e provincial, incluindo a subcontratação e gestão eficiente dos contratos de provisão de serviços.</p> <p>As prioridades de produção agrárias do sector familiar clarificadas e incorporadas nos planos locais e os serviços de apoio à produtividade fortalecidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número, qualidade e pontualidade na produção de planos nacionais/zonais e estabelecimento de procedimentos, sistemas e mecanismos de implementação ▪ Registo das tarefas realizadas pelas consultorias nacionais e internacionais ▪ Incorporação das necessidades dos agricultores pobres, incluindo os agregados chefiados por mulheres e desfavorecidos, nos planos distritais de desenvolvimento e da agricultura e nos planos de trabalho e orçamentos locais dos PES das Localidades/Distritos. ▪ Número e qualidade dos planos participativos da agricultura ao nível distrital e das localidades. ▪ Existência, metas e pontos fortes das unidades da linha da frente de prestação de serviços do sector público. ▪ Desempenho dos gestores de contratos no sector público. ▪ Nível de colaboração e esforços de cooperação com parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Registo dos diálogos e resultados das interações entre o sector público, privado e as ONGs ▪ Contratos e relatórios de Assistência Técnica ▪ Plano e manual de implementação do Programa; Anexos do MdE s – acordos anuais de financiamento e esboço dos calendários operacionais ▪ Planos de trabalho, orçamentos e revisões agregados ao nível provincial e nacional ▪ Planos de desenvolvimento e relatórios anuais ao nível provincial ▪ Planos agrários das localidades e Distritos ▪ Planos de desenvolvimento distrital e relatórios afins de resultados e contas 	<p>Desconcentração progressiva das responsabilidades de planificação e gestão, com mecanismos fiscais robustos</p> <p>Aceitação da primazia dos pontos de vista dos agricultores na racionalização dos recursos para o desenvolvimento dentro do sector</p> <p>Serviços complementares (estradas, micro-finanças) considerados prioritários nos mecanismos de planificação local</p>

Lógica da Intervenção	Indicadores Objectivamente Verificáveis	Fontes da Verificação	Pressupostos
<p>1.2 Promoção e Apoio ao Sector Privado/ONGs</p> <p>Encorajamento da evolução e estabelecimento – e aumento rápido no número e qualidade – de provedores de serviços, do desenvolvimento da tecnologia associada, de formação e informação provenientes do sector privado e das ONGs</p>	<p>Cobertura das zonas rurais pelos provedores de serviços, fornecedores de insumos, comerciantes e outros operadores da cadeia do mercado</p> <p>Acesso à informação e ao conhecimento</p> <p>Combinação do custo-eficácia e da provisão de serviços pelo sector público e privado</p>	<p>Registos distritais e provinciais</p> <p>Estudo de diagnóstico das barreiras ao desenvolvimento da capacidade de prestação de serviços</p> <p>Estudo sobre a relação Custo-Eficácia</p>	<p>Cometimento do Governo para com a relação custo-eficiência nos mecanismos pluralista de prestação de serviços</p>

Lógica da Intervenção	Indicadores Objectivamente Verificáveis	Fontes da Verificação	Pressupostos
<p>2 Desenvolvimento do lado da procura (para os serviços da extensão/técnicos)</p> <p>2.1 Organização e Capacitação dos Agricultores Grupos da comunidade/de agricultores existentes, emergentes e potenciais contactados, consultados e assistidos para organizar e estabelecer redes de comités e fóruns e melhoria do seu estatuto jurídico, recebendo aprendizagem e orientação para a definição do potencial e dos meios para o seu sucesso e melhoria</p>	<p>Grau de participação das organizações dos agricultores na planificação, monitoria e avaliação dos sub-projectos/actividades do Programa nas comunidades de todas as localidades e distritos</p> <p>Organizações dos agricultores com actividades económicas activas em curso produzindo lucros</p>	<p>Registos ao nível das Localidades, Distrital e Provincial</p> <p>Relatórios dos animadores e provedores de serviços</p> <p>Anexos do MdE do PROAGRI II – acordos anuais de financiamento e esboço dos calendários operacionais</p>	<p>Ambiente cada vez mais conducente para o desenvolvimento das pequenas empresas, incluindo o acesso aos serviços financeiros</p>
<p>2.2 Desenvolvimento de Grupos, Associações e Empresas Grupos e associações de produção agrária orientada para o Mercado, com acesso equitativo e inclusivo aos benefícios por parte das mulheres e homens, seguindo interesses técnicos e comerciais comuns, interagindo com os provedores de serviços públicos e comerciais e envolvidos na provisão de serviços agrários e com o governo local.</p>	<p>Número de grupos e associações orientadas para o Mercado, operando empresas e serviços lucrativos com contas bancárias e sem gestores e subsídios externos depois da fase inicial</p> <p>Grau de inclusão das organizações dos produtores rurais</p>	<p>Inquéritos Agrários (TIA), outros inquéritos oficiais e estudos de caso</p> <p>Relatório dos parceiros do sector privado/ONGs</p>	<p>Implementação dum programa sustentado de investimento nas infra-estruturas comerciais públicas, incluindo estradas e mercados</p> <p>Adopção de legislação melhorada, assim como o cometimento do Governo</p>

QUADRO LÓGICO – CONTINUAÇÃO

<p>3 Provisão de Serviços Agrários (Produtos e a sua Provisão)</p> <p>3.1 Provisão de Serviços ao nível Provincial</p> <p>Serviços efectivos com apoio do bem público prestados com base na procura aos sistemas de produção dos pequenos produtores em todas as províncias, como a multiplicação de sementes, regulamentos sanitários, prevenção de doenças, investigação aplicada/de adaptação específica contratada e actividades de Gestão dos Recursos Naturais</p>	<p>Disponibilidade de serviços essenciais de apoio para o sector da agricultura de pequena escala</p> <p>Resposta do sector público ao nível provincial através da provisão de aconselhamento e serviços para as diferentes categorias das necessidades das comunidades, e dos agregados e famílias de agricultores</p> <p>Existência e qualidade dos serviços, e alinhamento com as necessidades das mulheres e grupos de desfavorecidos</p>	<p>Registos Distritais e Provinciais</p> <p>Feedback das organizações de agricultores de homens e mulheres</p> <p>Relatórios dos Fóruns Provinciais ou dos grupos de associações</p>	<p>Cometimento do Governo para com a provisão de serviços que o sector privado não deve, não pode ou não irá providenciar: legislação, regulamentação, facilitação</p>
<p>3.2 Provisão de Serviços ao Nível Distrital/Local</p>			
<p>Aconselhamento apropriado, facilitação do acesso, conhecimento e tecnologia providenciados aos agricultores e criadores de gado ao nível distrital e aos escalões inferiores em resposta directa às necessidades identificadas e expressas nas consultas apropriadas.</p>	<p>Respostas dos agricultores homens e mulheres às tendências da procura do mercado</p> <p>Resposta do sector público ao nível distritos e dos escalões inferiores relativamente à provisão de aconselhamento, serviços para as diferentes categorias de necessidades das comunidades e agregados e famílias de agricultores.</p> <p>Produtividade agrária e prevenção de perdas</p>	<p>Dados estatísticos sobre a produção, preço e comércio</p> <p>Inquéritos sobre culturas, pecuária e renda dos agregados</p> <p>Relatório dos distritos ou dos agrupamentos das associações.</p> <p>Registos dos Conselhos Distritais</p>	<p>Conclusão da reorientação do desenvolvimento sectorial para uma abordagem orientada pelo Mercado, paralelamente com serviços locais adequados de bem estar e apoio as zonas remotas e marginais</p>